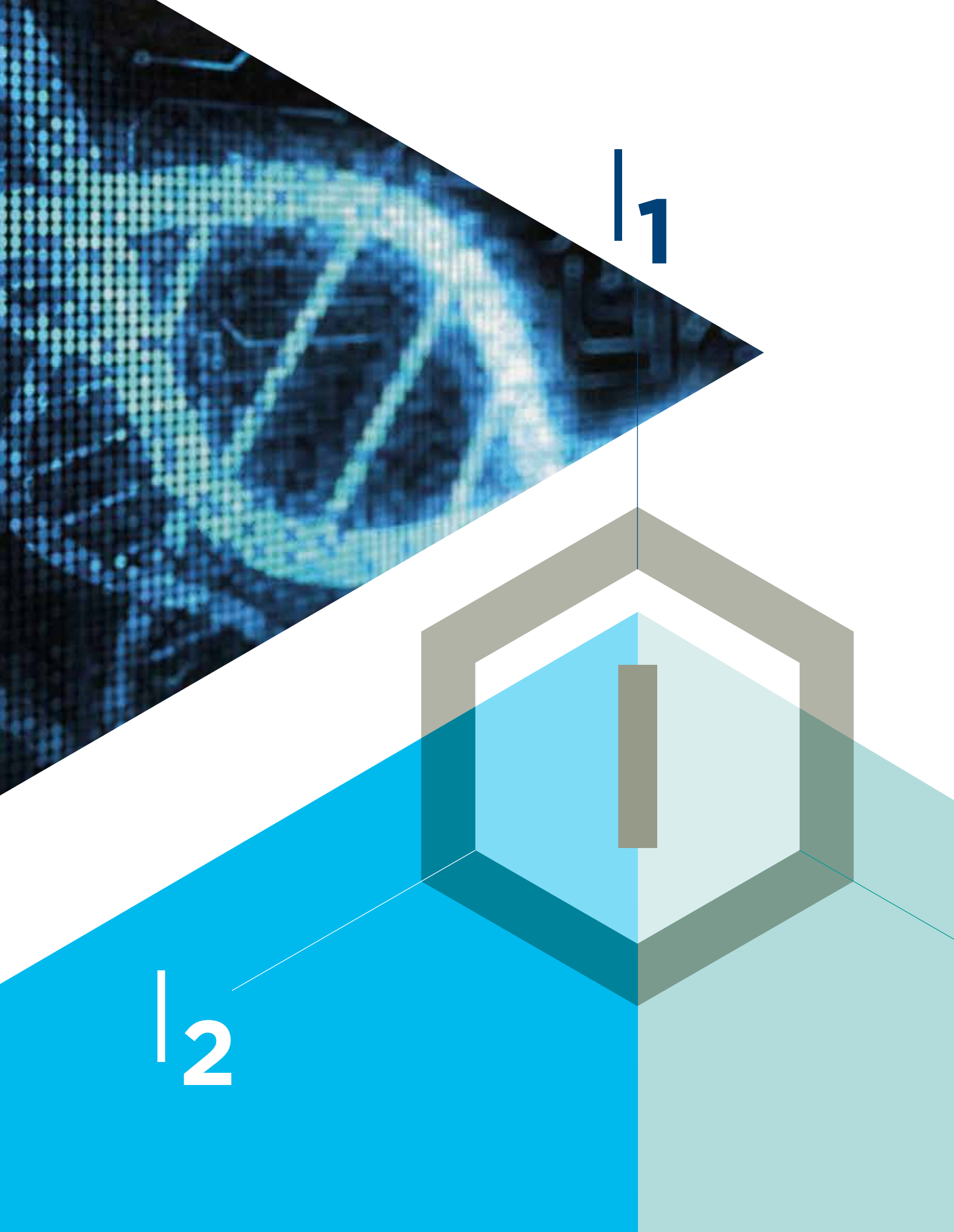


2013

RELATÓRIO ANUAL



I1

I2

ÍNDICE

1

4 GRUPO VISABEIRA

- 6 ABERTURA
- 10 MENSAGEM DO PRESIDENTE
- 12 ÓRGÃOS SOCIAIS
- 16 ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÕES
- 18 ONDE ESTAMOS
- 20 PRINCIPAIS NEGÓCIOS

2

52 2013 EM PERSPETIVA

- 54 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
- 60 FATORES DE RISCO
- 63 BENEFÍCIOS FISCAIS
- 64 EVOLUÇÃO DE NEGÓCIOS POR ÁREA
- 94 COMPROMISSO COM A SOCIEDADE
- 105 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO
- 106 PERSPETIVAS FUTURAS
- 107 ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3

108 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- 110 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
- 116 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
- 165 DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO

3





*GRUPO
VISABEIRA*



A

|
VISÃO
MISSÃO
VALORES



VISÃO

Ser um grupo económico de ampla expansão multinacional, procurar a liderança em todos os setores e mercados onde atua e marcar a diferença pelos conceitos inovadores e soluções integradas que criam valor para os seus clientes e acionistas.

MISSÃO

Melhorar e inovar continuamente os produtos e serviços que compõem o seu portefólio global, com o objetivo de exceder as expectativas dos clientes através da resposta antecipada às suas necessidades e preferências, conseguindo assim a sua plena satisfação e fidelização.

Simultaneamente, assegurar o crescimento dos seus negócios através de uma consolidação orgânica e de aquisições, otimizando os resultados mediante uma eficiente gestão de recursos (materiais e humanos), uma aposta constante na valorização dos seus colaboradores e a constituição de uma rede integrada e vencedora com os seus parceiros.

VALORES

O Grupo Visabeira assume como pilares fundamentais da sua atuação os seguintes valores:

CRIATIVIDADE
INOVAÇÃO
COMPETITIVIDADE
DINAMISMO
AMBIÇÃO

Estes valores, associados à marca Visabeira, fundamentam o seu posicionamento e norteiam a atuação de todos os profissionais da organização.

O ADN ORGANIZACIONAL DO GRUPO VISABEIRA

RECURSOS
DESEMPENHO

R, D

Podemos afirmar com segurança que o Grupo Visabeira possui um ADN de sucesso, resultante da combinação de todos os comportamentos individuais que o compõem.

Na descodificação desses traços de influência começamos por compreender as características únicas desta organização. Porém, a complexidade da sua “biologia”, enquanto entidade multioperacional de grande dimensão, determina que se institua como “novo ser”. Podemos, assim, considerar o peso de fatores individuais como “motivação”, “empatia”, “inteligência evolutiva”, “espírito de colaboração” e “perseverança” na concretização de um fenómeno uno, mas teremos de nos deter numa observação agregadora para entender a sua verdadeira identidade. Com efeito, assim como a molécula de cadeia dupla de ADN é realizada em conjunto por ligações entre pares de bases de quatro nucleotídeos – cuja sequência explicita as instruções exatas necessárias para criar um organismo único –, o ADN de uma organização viva pode dividir-se em quatro bases, que agruparemos sob a designação de ADN Organizacional.

Este paralelismo é ilustrado tendo como matriz os pilares de uma ramificação conceptual suportada em Recursos e Desempenho; Estrutura e Decisão; Motivação e Conhecimento; Visão e Adaptação. Em suma, uma boa e consistente execução corporativa ocorre somente quando as ações dos indivíduos que a compõem estão alinhadas umas com as outras, e com os interesses e valores estratégicos globais da empresa.

À organização cabe o correto alinhamento dos recursos, potenciando a estrutura de negócios e obtendo assim uma vantagem consistente no mercado. O sucesso, é, deste modo, a soma total das dezenas de milhares de ações que ocorrem diariamente numa grande empresa, de forma contínua e transversal. Este sucesso alcançado de forma consistente no mercado é suportado por capacidades bem definidas. O portefólio de produtos e serviços é o reflexo desta forma clara e diferenciada de criação de valor para parceiros e clientes. Um modo de estar e de atuar que continua em processo de aperfeiçoamento constante, determinante no desenho e execução de uma sustentada estratégia de crescimento.

M, C

MOTIVAÇÃO
CONHECIMENTO

ESTRUTURA

DECISÃO

E, D



V, A

VISÃO
ADAPTAÇÃO

M



MENSAGEM DO PRESIDENTE

“Em 2013, o Grupo, pela primeira vez, concretizou mais de 50% do seu volume de negócios no exterior. Marco importante que não afirmamos como ponto de chegada, mas, antes pelo contrário, como novo ponto de partida.”

Inovação, Dinamismo, Competitividade, Criatividade e Ambição são, desde sempre, os valores do Grupo Visabeira. São pilares da constante motivação, orientada para a ação, que, sempre sustentada por uma sábia dose de persistência, tem impulsionado o Grupo para a conquista de cada vez mais ambiciosos objetivos.

Em época que todos classificam como tempo de resiliência, encarámos o ano de 2013 como um desafio. Desafio que mais uma vez enfrentámos como uma oportunidade. E, como sempre tem acontecido, superámos os obstáculos e subimos mais um importante degrau no rumo que nos propusemos. Nunca baixando os braços e com o desígnio da orientação para a **Inovação**, perspetivando fazer hoje, sempre, melhor que ontem. Em 2013, o Grupo apresentou resultados que espelham a continuidade do registo que vem consolidando, ao longo do tempo, e que se materializa numa palavra: crescimento. A senda de crescimento que o Grupo trilha, desde a primeira hora, foi mais uma vez sustentada pelo reforço da sua posição competitiva em Portugal, ao mesmo tempo que continuou a assegurar um significativo crescimento nos mercados internacionais.

Aliás, se é possível selecionar um facto como o de maior relevo do ano, será com certeza o atingir de um desiderato antigo do Grupo Visabeira, que se quer cada vez mais multinacional: em 2013, o Grupo, pela primeira vez, concretizou mais de 50% do seu volume de negócios no exterior. Marco importante que não afirmamos como ponto de chegada, mas, antes pelo contrário, como novo ponto de partida.

Neste domínio, uma palavra muito especial para o mercado francês, onde incrementámos significativamente o volume de negócios e onde prevemos ainda crescer muito mais nos



INOVAÇÃO
 DINAMISMO
 COMPETITIVIDADE
 CRIATIVIDADE
 AMBIÇÃO

próximos anos. Referência a outros países na Europa, como a Alemanha e a Suécia, onde as atividades emergentes do Grupo vão seguramente crescer já no curto prazo. Crescimento continua também a ser palavra de ordem nos mercados mais tradicionais do Grupo, como são Moçambique e Angola. Mas, a estratégia delineada vai permitir avançar com muitas outras oportunidades que se perfilam em vários países. Não esquecendo nunca as dezenas e dezenas de mercados onde o Grupo continua também a crescer por via da presença dos seus produtos. Nestas duas frentes, nacional e internacional, a estratégia definida, com o **Dinamismo** que caracteriza o Grupo, continuou a ser executada com pertinaz eficácia, o que parece bem demonstrado nos resultados mais uma vez alcançados, mesmo num ano que se afiguraria particularmente adverso. De facto, os resultados de 2013, com o volume de negócios consolidado a atingir os 563 milhões de euros, correspondendo a um crescimento acima de 5%, e o EBITDA a situar-se nos 83 milhões de euros, crescendo na fasquia dos 16%, confirmam uma década de crescimento contínuo em que o Grupo supera sucessivamente os seus máximos históricos, apresentando um crescimento médio anual do volume de negócios superior a 13%. Confirmando o rumo definido na senda do crescimento, o ano de 2014 apresenta-se, desde já, como um marco de novas oportunidades que, seguramente, vão reforçar os principais vetores deste exercício: contínua melhoria de **Competitividade** e rentabilidade, a par do rigor e exigência, para manter o crescimento sustentado. A par da forte aposta nos mercados externos e na criação de valor, como principais desígnios do seu posicionamento.

Seguramente novos obstáculos se colocarão, mas estamos agora ainda mais preparados e motivados para os transformar em desafios e vencer. A rota de crescimento e otimização manterá o rumo seguro que nos levará a novos portos e seguramente a novos sucessos. Continuaremos com determinação a construir o futuro todos os dias. Sempre com uma atitude realizadora e com a indispensável **Criatividade**, de quem em cada obstáculo vê um desafio e em cada dificuldade vislumbra uma oportunidade. Recordo hoje as palavras que nos inspiraram na génese do Grupo e que sempre nos acompanharam: “fazer mais, com menos e melhor”. Espantosamente mantêm, mais de três décadas depois, uma acutilante e arrepiante atualidade. Prosseguiremos, com essa atitude, o cumprimento da nossa missão, fomentando um espírito empreendedor, contumazmente alavancado nas nossas capacidades, nas nossas competências e nas nossas vontades, para universalizar os valores que partilhamos e compatibilizar rigor com crescimento, num exemplo virtuoso.

Como corolário, e em nome do Grupo, expresso aqui o maior apreço e gratidão a todos os Clientes e Acionistas, pela indefetível confiança que sempre nos têm demonstrado; a todas as Instituições e Entidades com quem nos relacionamos pelo incondicional apoio com que nos têm honrado; e aos nossos Colaboradores e Parceiros, o reconhecimento pelo irrepreensível profissionalismo e inesgotável dedicação com que todos têm contribuído para o sucesso alcançado. Confiança em nós e no futuro é o nosso lema, sempre na senda do progresso.

Assim nos afirmamos. Com **Ambição**.

Fernando Nunes

GV



FERNANDO CAMPOS NUNES
Presidente do Conselho
de Administração

ÓRGÃOS SOCIAIS

GRUPO VISABEIRA, SGPS, SA

Fernando Campos Nunes
Paulo José Lopes Varela

Pedro Manuel Nogueira Reis
João Manuel Pisco de Castro
Alexandra da Conceição Lopes
José Luís Borba de Campos Nogueira
Luís Manuel Gonçalves de Paiva

Francisco Manuel Marques Bandeira
António Jorge Xavier da Costa

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Leopoldo de Sousa Camarinha *Presidente*
Marta Albuquerque Santos *Secretária*

FISCAL ÚNICO

Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, SA
representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

PAULO JOSÉ LOPES VARELA
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Visabeira Global



PEDRO MANUEL NOGUEIRA REIS
Membro do Conselho de Administração



JOÃO MANUEL PISCO DE CASTRO
Membro do Conselho de Administração



ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES
Membro do Conselho de Administração



JOSÉ LUÍS BORBA DE CAMPOS NOGUEIRA
Membro do Conselho de Administração



LUÍS MANUEL GONÇALVES DE PAIVA
Membro do Conselho de Administração



FRANCISCO MANUEL MARQUES BANDEIRA
Membro do Conselho de Administração
Em representação da Caixa Capital
Soc. de Capital de Risco, SA



ANTÓNIO JORGE XAVIER DA COSTA
Membro do Conselho de Administração
Em representação da Portugal Capital Ventures, SA



VISABEIRA
GLOBAL
SGPS, SA



VISABEIRA
INDÚSTRIA
SGPS, SA

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO JOSÉ
LOPES VARELA
Presidente

PEDRO MANUEL NOGUEIRA REIS

JOSÉ LUIS BORBA
DE CAMPOS NOGUEIRA

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

JOSÉ MANUEL
CARREIRAS CARRILHO
*Em representação da Caixa Capital
Sociedade de Capital de Risco, SA*

ANTÓNIO JORGE
XAVIER DA COSTA
*Em representação da Portugal
Capital Ventures, SA*

LUÍS MANUEL
GONÇALVES DE PAIVA
Presidente

LÁZARO FERREIRA
DE SOUSA

PEDRO MANUEL NOGUEIRA REIS

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

JOSÉ MANUEL
CARREIRAS CARRILHO
*Em representação da Caixa Capital
Sociedade de Capital de Risco, SA*

ANTÓNIO JORGE
XAVIER DA COSTA
*Em representação da Portugal
Capital Ventures, SA*

ASSEMBLEIA GERAL

LEOPOLDO DE SOUSA
CAMARINHA
Presidente

MARTA ALBUQUERQUE
SANTOS
Secretária

MANUEL MARQUES
DA COSTA FIGUEIREDO
Presidente

MARTA ALBUQUERQUE
SANTOS
Secretária

FISCAL ÚNICO

RUI MANUEL DA CUNHA VIEIRA
e suplente PEDRO JORGE PINTO
MONTEIRO DA SILVA E PAIVA
*Em representação da Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, SA*



VISABEIRA TURISMO

SGPS, SA



VISABEIRA IMOBILIÁRIA

SGPS, SA



VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

SGPS, SA

FREDERICO
DE FREITAS COSTA
Presidente

JOSÉ EDUARDO ARIMATEIA ANTUNES

PEDRO MANUEL NOGUEIRA REIS

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

ALCIDES SARAIVA DE AGUIAR

JOSÉ MANUEL
CARREIRAS CARRILHO
*Em representação da Caixa Capital
Sociedade de Capital de Risco, SA*

ANTÓNIO JORGE XAVIER DA COSTA
*Em representação da Portugal
Capital Ventures, SA*

FREDERICO
DE FREITAS COSTA
Presidente

JOSÉ EDUARDO
ARIMATEIA ANTUNES

PEDRO MANUEL NOGUEIRA REIS

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

JOSÉ MANUEL
CARREIRAS CARRILHO
*Em representação da Caixa Capital
Sociedade de Capital de Risco, SA*

ANTÓNIO JORGE
XAVIER DA COSTA
*Em representação da Portugal
Capital Ventures, SA*

LUÍS FILIPE
DA CONCEIÇÃO PEREIRA
Presidente

ALEXANDRA DA CONCEIÇÃO LOPES

PEDRO MANUEL
NOGUEIRA REIS

ANTÓNIO CAMPOS NUNES

JOSÉ MANUEL
CARREIRAS CARRILHO
*Em representação da Caixa Capital
Sociedade de Capital de Risco, SA*

ANTÓNIO JORGE
XAVIER DA COSTA
*Em representação da Portugal
Capital Ventures, SA*

MANUEL MARQUES
DA COSTA FIGUEIREDO
Presidente

MARTA ALBUQUERQUE
SANTOS
Secretária

LEOPOLDO DE SOUSA
CAMARINHA
Presidente

MARTA ALBUQUERQUE
SANTOS
Secretária

MANUEL MARQUES
DA COSTA FIGUEIREDO
Presidente

MARTA ALBUQUERQUE
SANTOS
Secretária

ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÕES

VISABEIRA GLOBAL

SGPS, SA 85%

Viatel	99,29%
Fibroglobal	94,98%
PDT	100,00%
Constructel França	99,27%
SCI Constructel	99,90%
Visabeira	60,00%
Aceec	50,00%
DST/ Visabeira, ACE	50,00%
Yetech México	50,00%
Beiragás	23,52%
Naturenergia	100,00%
Visagreen	100,00%
Real Life	65,00%
Real Life Tech. Moçambique	98,00%
Real Life Academy	98,00%
Edivisa	100,00%
Visacasa	100,00%
Vibeiras	11,07%

TVCABO Moçambique	50,00%
Televisa Moçambique	50,00%
TVCABO Angola	50,00%
Comatel Angola	100,00%
Constructel Alemanha	50,00%
Constructel Sweden	50,00%
Gatel França	100,00%
Constructel Bélgica	96,77%
Televisa Marrocos	80,00%
Constructel África	50,00%
Electrotec Moçambique	49,00%
Vibeiras Moçambique	59,00%
Selfenergy	40,00%
Edivisa Angola	99,00%
Electrovisa Angola	99,00%
Sogitel Moçambique	75,00%
Intelvisa Moçambique	49,00%
Visaqua Moçambique	50,60%
Hidroáfrica Moçambique	81,90%
Constructel Rep. Dominicana	51,00%

VISABEIRA INDÚSTRIA

SGPS, SA 100%

Cerutil	100,00%
Bordalgest	55,97%
Bordallo Pinheiro	83,99%
Vista Alegre Atlantis	76,89%
Ambitermo	50,99%
Ambitermo Marrocos	100,00%
Mob	97,78%
Mob Cuisines	100,00%
Pinewells	66,53%
Granbeira	98,75%
Marmonte Moçambique	80,00%
Agrovisa Mozambique	99,98%
Celmoque Moçambique	70,38%
Tubangol Angola	95,00%
Álamo Angola	95,00%
Visaconstroi Angola	95,00%

GRUPO VISABEIRA SGPS, SA

Fernando Campos Nunes	78,26% *
Caixa Capital, SA (Grupo CGD)	6,81%
Portugal Capital Ventures, SA	4,38%

VISABEIRA TURISMO SGPS, SA 100%

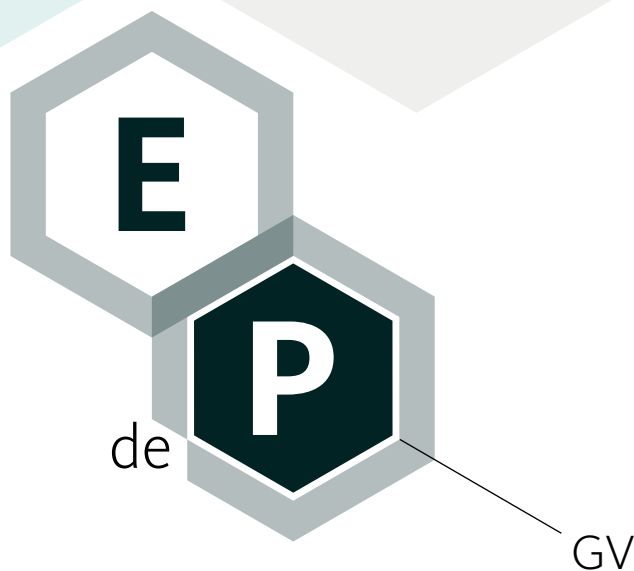
Empreendimentos Montebelo	99,83%
VAA Emp. Turísticos	80,99%
Doutibelo	20,00%
Sem Amarras	20,00%
Movida	94,17%
Mundicor	100,00%
Ródia	100,00%
Zambeze	50,00%
Prato Convivas	100,00%
Turvisa Moçambique	95,00%
Inhambane Moçambique	80,00%
Imobiliária Panorama	70,00%

VISABEIRA IMOBILIÁRIA SGPS, SA 100%

Visabeira Imobiliária	100,00%
Ifervisa	100,00%
Imovisa Moçambique	49,00%

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES SGPS, SA 100%

Benetrónica	100,00%
Digispirit	100,00%
lutel	50,00%
1101 Solutions	100,00%
Rentingvisa	100,00%
Parque Desp. de Aveiro	54,57%
Visabeira Saúde	100,00%
Porto Salus	39,97%
HPP Viseu	35,00%
Visabeira Pro – Est. e Invest.	100,00%
Gevisar	30,00%
Mercury Moçambique	95,00%
Combustíveis Songo	99,00%
Mercury South Africa	100,00%
Visabeira Moçambique	100,00%
Autovisa Moçambique	80,00%
Imensis Moçambique	49,00%
Martifer Amal Moçambique	35,00%
Visasecil Angola	70,00%
Visauto Angola	95,00%
Visabeira Espanha	60,00%
Mercury Angola	99,00%
Catari Angola	95,00%
Visabeira Angola	99,00%
Convisa Engenharia	50,00%
Visarocha Angola	60,00%
Visatur Angola	95,00%
Agrovisa Angola	95,00%



Visabeira Turismo e Imob.	100,00%
Fundo Invest. Imob. Tur. II	0,24%
Fundação Visabeira	9,00%
Moçambique Seguros	4,50%

(Participações mais relevantes da holding)

* Por via holding pessoal



N

NO

ONDE ESTAMOS



SO

O Grupo Visabeira nasceu em 1980 em Viseu, Portugal, onde mantém a sua sede, e afirma-se como uma *holding* multinacional com presença em Moçambique, Angola, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Suécia, Reino Unido, Dinamarca, E.U.A., Brasil, África do Sul e Caraíbas.

Além disso os seus produtos e serviços estão presentes em mais de 50 países.

Ao longo de mais de 30 anos de atividade, o Grupo Visabeira cresceu de forma sustentada, adaptando-se a novos objetivos, necessidades e expectativas, acompanhando a evolução social e tecnológica, compreendendo as exigências de um mercado em permanente mutação e enfrentando desafios continuamente renovados.

O Grupo Visabeira afirma-se hoje como o resultado de um percurso sempre atento ao seu tempo, constituído por uma estrutura dinâmica e versátil, em constante crescimento, orientada pelo rigor, pelo dinamismo e pelo talento dos seus colaboradores.

Presente nas mais diversas áreas de atividade, das telecomunicações à indústria, passando pelo turismo e pela imobiliária, o Grupo Visabeira granjeou uma posição de referência a nível global.

S





NE

SUÉCIA

BÉLGICA

REINO UNIDO

DINAMARCA

ALEMANHA

FRANÇA

PORTUGAL

ESPANHA

BRASIL

ANGOLA

MOÇAMBIQUE

ÁFRICA DO SUL

SE



PRINCIPAIS NEGÓCIOS

O Grupo Visabeira adota uma postura de integração e complementaridade em todos os aspetos da sua atividade.

Esta postura tem sido o principal pilar do desenvolvimento consolidado que vem caracterizando a sua dinâmica de crescimento.

A constância e a atenção aos pormenores é transversal às empresas que o Grupo detém, em todas as fases da sua expansão, contribuindo para consolidar experiência, retirar ensinamentos e aperfeiçoar o *know-how*.

Estas mais-valias são continuamente articuladas, dando origem a uma estrutura sólida e polivalente, mais preparada para enfrentar riscos, para estabelecer novas parcerias e para gerar novos diálogos, comerciais e tecnológicos, criando maior capacidade de resposta e maior índice de satisfação junto do cliente.

VISABEIRA GLOBAL

TELECOMUNICAÇÕES
TECNOLOGIA
ENERGIA
CONSTRUÇÃO

VISABEIRA INDÚSTRIA

CERÂMICA E CRISTALARIA
COZINHAS
BIOCOMBUSTÍVEIS E ENERGIA TÉRMICA
RECURSOS NATURAIS

VISABEIRA TURISMO

HOTELARIA
RESTAURAÇÃO
ENTRETENIMENTO E LAZER
DESPORTO E BEM-ESTAR

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

INVESTIMENTOS
TRADING
SAÚDE
SERVIÇOS

VISABEIRA IMOBILIÁRIA

COMÉRCIO
RESIDENCIAL
TURÍSTICO
GESTÃO E SERVIÇOS



V

VISABEIRA
GLOBAL



O alinhamento organizacional da Visabeira Global, abrangendo as empresas especializadas nos setores das Telecomunicações, Energia, Tecnologias e Construção, permite-lhe flexibilizar e potenciar importantes sinergias resultantes da complementaridade de competências, *know-how* e portefólio de serviços de cada empresa, disponibilizando soluções integradas e à medida das necessidades específicas de clientes e parceiros.





V



TELECOMUNICAÇÕES

Viatel
Fibroglobal
PDT
Televisa
Comatel
Constructel
Gatel
TVCABO Moçambique
TVCABO Angola

TECNOLOGIA

Real Life Technologies

ENERGIA

Visabeira
Beiragás
Electrotec
Hidroáfrica

CONSTRUÇÃO

Edivisa
Visacasa
Vibeiras
Sogitel
Visaconstroi



TELECOMUNICAÇÕES

Engenharia de redes de telecomunicações, intervenção em redes fixas e móveis, sistemas e todos os tipos de infraestruturas tecnológicas. Larga experiência em sistemas de comutação. Técnicos qualificados e certificados.

Especialistas nas áreas de planeamento, projeto, construção e manutenção.

Operadores digitais com serviços de multimédia, internet de banda larga e televisão por cabo.

Redes de cabos óticos e coaxiais de tecnologia totalmente digital.

TECNOLOGIA

Desenvolvimento e comercialização de software. Assistência e formação técnica, serviços de hosting, de multimédia, comunicação e desenvolvimento profissional de serviços de videoconferência, vigilância e controlo. Integrador de Tecnologias de Informação e Comunicação. Serviços completos de consultoria estratégica, análise de processos, auditoria, integração e *sourcing* em diferentes áreas, nomeadamente *networking*, *security*, *unified communications*, *data centre*, *storage*, *contact centre*, *applications* e *collaboration*. Elaboração de projetos inovadores nas áreas da biotecnologia, tecnologias da saúde, farmacêutica e energias renováveis.

ENERGIA

Serviços nos setores de eletricidade, gás, telecomunicações e serviços complementares.
 Desenvolvimento e conceção de caldeiras e sistemas de recuperação de energia industriais.
 Conformidade com Normas Europeias e CE.
 Produção de biocombustíveis sólidos.
 Valorização de resíduos e desperdícios florestais.
 Utilização de tecnologias inovadoras de produção e sistema de controlo de qualidade.
 Desenvolvimento de projetos na área agroindustrial e na área dos biocombustíveis.

CONSTRUÇÃO

Serviço global, desde a conceção e projeto até à construção, manutenção ou reabilitação. Comprovada experiência no setor da construção civil e obras públicas em Portugal, Moçambique e Angola. Vasto currículo de obras nos vários setores da construção. Assistência especializada, manutenção e multiassistência para empresas. Gestão global de património (edifícios, instalações, equipamentos e maquinarias).
 Serviços complementares que vão do projeto à construção, passando pela remodelação ou reabilitação imobiliária.
 Atuação no segmento das infraestruturas, com destaque para os serviços de apoio a obras de telecomunicações, água e eletricidade.





VISABEIRA
INDÚSTRIA





Diversificadas áreas de produção caracterizam a Visabeira Indústria, cuja atuação, através de unidades altamente especializadas, potencia as matérias-primas existentes nas regiões onde se insere e otimiza sinergias técnicas e profissionais.

As áreas que integra incluem o mobiliário de cozinha, a cerâmica e vidro utilitários e decorativos, cabos elétricos e telefónicos, entre outros, assim como a extração e transformação de rochas ornamentais.

Dando resposta às exigências de clientes nacionais e internacionais, a Visabeira Indústria possui unidades fabris em Portugal, Moçambique e Angola.





CERÂMICA E CRISTALARIA

Cerutil
Vista Alegre
Atlantis
Bordallo Pinheiro

COZINHAS

MOB Cozinhas

BIOCOMBUSTÍVEIS E ENERGIA TÉRMICA

Pinewells
Ambitermo
Celmoque

RECURSOS NATURAIS

Granbeira
Agrovisa
Álamo
Visaconstroi



CERÂMICA E CRISTALARIA

Vista Alegre Atlantis - Fundada em 1824, grupo líder em Portugal na produção de porcelana utilitária e decorativa e um dos dez maiores a nível mundial.

Cerâmica utilitária de mesa, forno e microondas.

Cerutil - Empresa especializada em design e produção de loiça em grés multifuncional, com presença internacional.

Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro - Fundada em 1884, especializada em faiança utilitária e decorativa, criando artigos com moldes tradicionais e peças contemporâneas, para o mercado nacional e com crescente ênfase na exportação.

COZINHAS

Mob - A mais prestigiada e premiada marca portuguesa de mobiliário de cozinha tailor made, reconhecida pela qualidade, ergonomia e design.

Com unidades fabris em Portugal e Angola, a marca abriu recentemente lojas próprias em Luanda e em Paris, além de estabelecer uma importante parceria com um grupo económico dos Emirados Árabes Unidos.





BIOCOMBUSTÍVEIS E ENERGIA TÉRMICA INDÚSTRIA FLORESTAL

Extração e produção de madeira para diversas aplicações. Biocombustíveis sólidos (*wood pellets*). Produção de combustível orgânico, sem impacto ambiental, a partir de biomassa densificada, proveniente de serrim e resíduos de madeira.

CALDEIRAS INDUSTRIAIS

Fabrico de equipamentos e oferta de soluções no domínio da energia térmica. Desenvolvimento e conceção de sistemas industriais de recuperação de energia, cogerações, instalações de climatização e serviços complementares.

METALOMECÂNICA

Produção de componentes metálicos para o setor da construção civil.

CABOS ELÉTRICOS E TELEFÓNICOS

Produção de cabos e condutores de cobre para eletricidade e telecomunicações.

RECURSOS NATURAIS

MATÉRIAS-PRIMAS E ROCHAS ORNAMENTAIS

Extração, produção, transformação e comercialização para aplicações diversas na construção civil e decoração.

AGROPECUÁRIA

Criação de bovinos e de pequenos ruminantes, avicultura, suinicultura e fruticultura.



V

VISABEIRA
TURISMO





A Visabeira Turismo é há muito uma referência nos mercados nacional e internacional, graças à oferta ampla e complementar de unidades hoteleiras de cinco e quatro estrelas, resorts turísticos, centros de congressos, golfe, novos conceitos em restauração, complexos de lazer, bem-estar e entretenimento, incluindo infraestruturas como pista de gelo, piscinas, ginásios, courts de ténis, squash, spa e health club, espaços de animação e agência de viagens.





HOTELARIA

MONTEBELO HOTELS & RESORTS

Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa

Montebelo Viseu Hotel & Spa

Casa da Ínsua

Palácio dos Melos

Hotel Príncipe Perfeito

GIRASSOL HOTÉIS

Girassol Bahia Hotel

Girassol Indy Congress Hotel & Spa

Girassol Gorongosa Lodge & Safari

Girassol Nampula, Girassol Lichinga

Girassol Songo

RESTAURAÇÃO

Zambeze Restaurante

Forno da Mimi & Rodízio Real

Cervejaria Antártida

Rodízio do Gelo

Pedro dos Leitões

ENTRETENIMENTO E LAZER

Palácio do Gelo Shopping

Bar de Gelo Viseu

Mundicor

DESPORTO E BEM-ESTAR

ForLife



HOTELARIA

Montebelo Hotels & Resorts - Marca que integra, no centro de Portugal, unidades hoteleiras de 5 e 4 estrelas.

Girassol Hotéis - Insígnia da Visabeira Moçambique que agrega a oferta turística em Maputo, Lichinga, Nampula e Gorongosa. O leque de propostas verdadeiramente integrado da Visabeira Turismo, permite a realização de todo o tipo de eventos, graças à versátil conjugação de espaços, que incluem salas de reuniões e centros de congressos, restaurantes e numerosos serviços de animação e lazer.

RESTAURAÇÃO

A diversidade de propostas gastronómicas dos restaurantes da Visabeira Turismo inclui a mais sofisticada cozinha de autor, a tradição beirã, a culinária moçambicana e o autêntico rodízio brasileiro, entre outras. No caso da Casa da Ínsua, a oferta contempla a produção própria e artesanal de vinhos do Dão e produtos gourmet, como compotas, azeite e queijo. Por sua vez, em Maputo, os restaurantes Rodízio Real, Forno do Indy e Girassol Bahia constituem uma emblemática referência gastronómica.





ENTRETENIMENTO E LAZER

O segmento de entretenimento integra várias unidades de comércio, lazer e bem-estar.

Palácio do Gelo Shopping - Um espaço com 175.000 m², em Viseu, dotado de 160 lojas e diversas infraestruturas de animação, incluindo pista de gelo, bar de gelo, pistas de bowling e cinemas 3D.

Edifício Nampula - Galeria comercial e centro de negócios, em Moçambique.

DESPORTO E BEM-ESTAR

O Montebelo Golfe, único campo do centro e norte do país com 27 buracos, insere-se num enquadramento paisagístico privilegiado, entre as serras da Estrela e do Caramulo.

No Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, a Marina da Aguieira, junto à Barragem, dá apoio a diversas atividades náuticas, incluindo estágios de seleções internacionais de canoagem.

A oferta de espaços para atividades é diversificada incluindo ainda centro hípico, piscina olímpica, ginásios, courts de ténis, squash, spa e health clubs.





VISABEIRA
IMOBILIÁRIA



 visabeira imobiliária

A atuação da Visabeira Imobiliária no mercado é reconhecida pelo seu dinamismo e antecipação de tendências no ramo habitacional, projetando empreendimentos de qualidade superior para os segmentos alto e médio-alto. A sua atitude empreendedora e ativa distingue os conceitos e projetos mais inovadores no panorama nacional.

A Visabeira Imobiliária atua também nos segmentos dos espaços comerciais, escritórios e outras áreas complementares, disponibilizando ao mercado uma oferta global.





COMÉRCIO

Palácio do Gelo Shopping
Edifício Nampula

RESIDENCIAL

Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa
Quinta do Bosque
Quinta da Alagoa
Forum Residence
Villatrium
Moradias Vilabeira
Figueira Paranova
Pateo Vera Cruz
Parque Desportivo de Aveiro

TURÍSTICO

Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa

GESTÃO E SERVIÇOS

Visabeira Imobiliária
Ifervisa
Imensis
Imovisa



COMÉRCIO

No âmbito comercial, a Visabeira Imobiliária dedica-se à prospeção de oportunidades de mercado e comercialização de escritórios e centros de negócios.

RESIDENCIAL

Os edifícios com a chancela da Visabeira Imobiliária distinguem-se pela alta qualidade, graças a técnicas de construção estudadas a pensar nas necessidades mais exigentes, assim como ao revestimento maioritariamente a pedra. Os equipamentos e materiais cumprem por sua vez os mesmos critérios de rigor, oferecendo design moderno, ergonomia, conforto e durabilidade.





TURÍSTICO

Além dos setores residencial e comercial, a Visabeira atua como promotor imobiliário de grande dinamismo nas áreas comercial e turística, sendo responsável pelo desenvolvimento e comercialização de projetos nas regiões centro e norte de Portugal.

GESTÃO E SERVIÇOS

Gestão, administração, conservação, manutenção, supervisão e comercialização de bens imóveis e equipamentos associados; desenvolvimento de novos projetos imobiliários e turísticos. Prestação de serviços para condomínios.





V

VISABEIRA PARTICIPAÇÕES



A Visabeira Participações concentra os investimentos financeiros do Grupo Visabeira em empresas com as quais existem importantes sinergias, atuando igualmente como incubadora de novos projetos. Nesta última atividade tem apostado em áreas como o *trading* multissetorial a nível internacional, comercialização de materiais e equipamentos, serviços de gestão e consultoria, formação, serviços auto e gestão de parques, exploração de unidades de saúde.

Nesta área foram realizadas fusões de empresas, nas quais a Visabeira Estudos e Investimentos passou a complementar uma área de Tecnologia através da congregação de uma empresa de referência no desenvolvimento de soluções e serviços diversificados de elevada complexidade, em segmentos como os sistemas de informação e comunicação, mobilidade, gestão de inovação, georreferenciação, entre outras.



Porto Salus
Residências Assistidas



V

INVESTIMENTOS

Visabeira Pro - Estudos e Investimentos

TRADING

Benetrónica
Mercury
Autovisa
Visasecil

SAÚDE

Visabeira Saúde
Porto Salus

SERVIÇOS

Visabeira Moçambique
Visabeira Angola
Fundação Visabeira
Os Infaninhos



V



INVESTIMENTOS

Disponibilização de equipas especializadas para aconselhamento estratégico e prestação de serviços multidisciplinares.

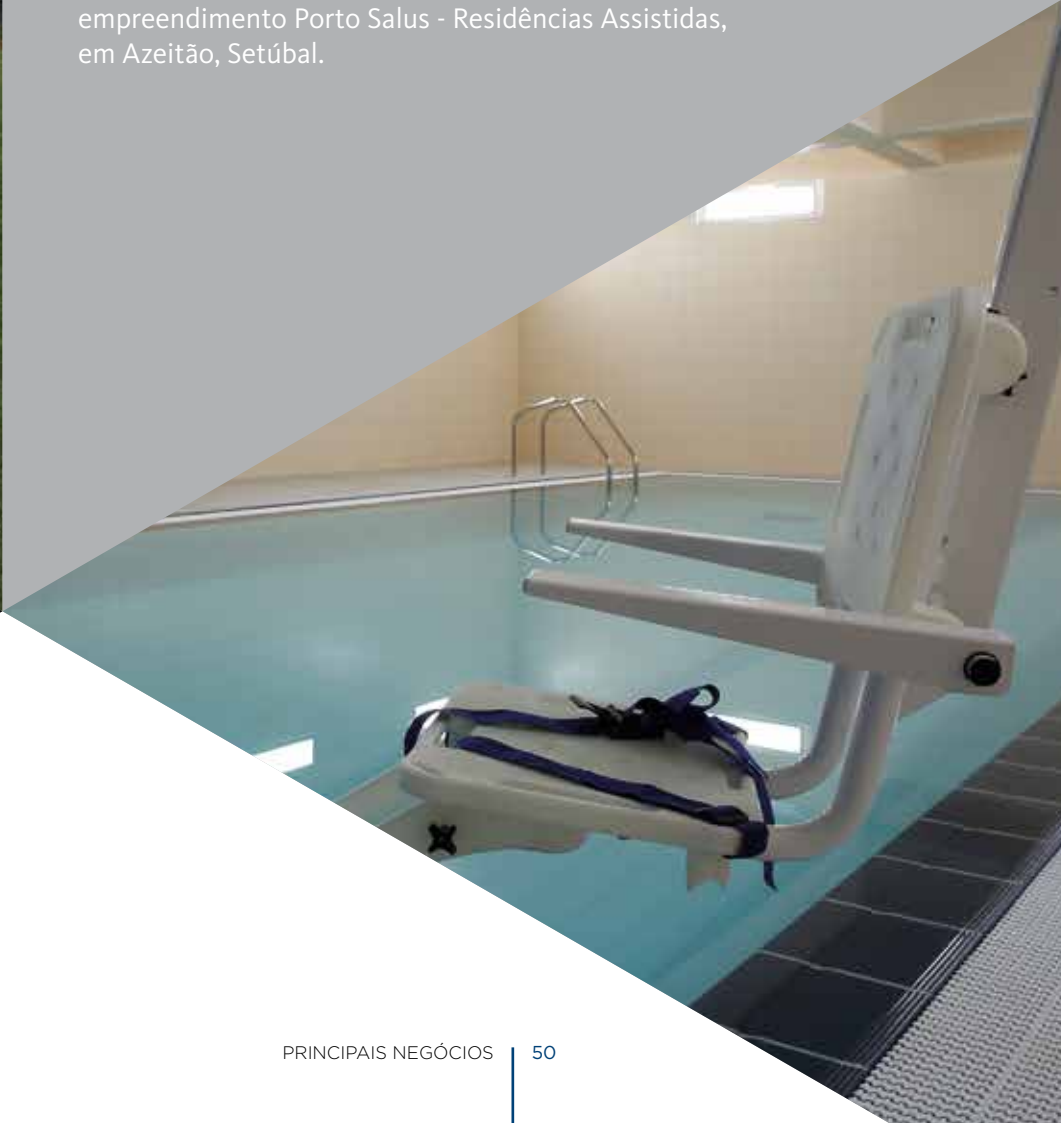
TRADING

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Produtos em vários segmentos representando marcas de notoriedade: tecnológico, mobiliário, materiais de construção, equipamentos, viaturas, alimentar, entre outros.

SAÚDE

Prestação alargada de serviços de saúde, incluindo o novo empreendimento Porto Salus - Residências Assistidas, em Azeitão, Setúbal.



SERVIÇOS

AUTOMÓVEL

Manutenção e gestão de frotas automóveis, representação comercial de marcas, mecânica, comercialização de peças e acessórios.

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Disponibilização de equipas especializadas para aconselhamento estratégico e prestação de serviços multidisciplinares.

Aconselhamento a particulares no domínio da qualidade como vetor estratégico da sua prestação multidisciplinar de serviços.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Visabeira Pro - Estudos e investimentos

SOLIDARIEDADE SOCIAL

A Fundação Visabeira foi criada com vista ao desenvolvimento de infraestruturas de apoio e bem-estar a famílias desfavorecidas. Responsável pela criação e dinamização das creches Infantinhos da Vilabeira e Infantinhos da Quinta do Bosque.







2

*2013 EM
PERSPETIVA*

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2013, a economia portuguesa continuou a ser marcada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto das medidas de consolidação orçamental.

A economia mundial, após o abrandamento registado ao longo dos últimos anos, foi impactada positivamente pelo crescimento do comércio mundial que aumentou em 2013, refletindo a melhoria das condições económicas globais.

O enquadramento internacional nos anos mais recentes tem sido caracterizado por níveis excepcionalmente elevados de incerteza, relacionados com a crise das dívidas soberanas na área do euro e o diferendo sobre o ritmo da consolidação orçamental nos Estados Unidos.

A atividade na área do euro contraiu no primeiro semestre de 2013, no contexto do esforço de consolidação orçamental, de manutenção de condições de crédito restritivas nos países sob pressão e de persistência de elevada incerteza. Após seis trimestres de contração, o PIB, na área do euro, voltou a aumentar na segunda metade de 2013.

Foi nesta conjuntura extremamente exigente que o Grupo Visabeira iniciou um novo ciclo, superando pela primeira vez a barreira dos 50% do total do seu volume de negócios nos mercados internacionais.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxa de Variação Anual (%)

Mundial	2013	2012	2011
Economia mundial	2,7	3,3	3,8
Economias avançadas	1,2	1,3	1,6
EUA	1,7	2,2	1,8
Área do euro	-0,4	-0,4	1,4
Alemanha	0,5	0,9	3,1
França	0,2	0,1	1,7
Espanha	-1,3	-1,5	0,4
Reino Unido	1,4	-0,4	0,8
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,8	5,3	6,2
China	7,7	7,8	9,2
Brasil	2,5	1,5	2,7

Fonte: OCDE

Portugal	2013	2012	2011
Produto Interno Bruto	-1,5	-3,0	-1,6
Consumo Privado	-2,0	-5,5	-3,6
Consumo Público	-1,5	-4,5	-3,2
Investimento	-8,4	-14,4	-11,2
Procura Interna	-2,7	-6,9	-5,2
Exportações Líquidas	5,9	4,1	4,1
Inflação	2,7	2,8	3,6
Taxa de desemprego	16,3	16,5	13,6
Défice Orçamental (% do PIB)	-4,4	-4,9	-5,8
Dívida Pública (% do PIB)	129,4	122,5	101,6
Balança Transações Correntes (% do PIB)	2,5	-1,5	-7,6

Fonte: Banco de Portugal, INE, OCDE e Eurostat

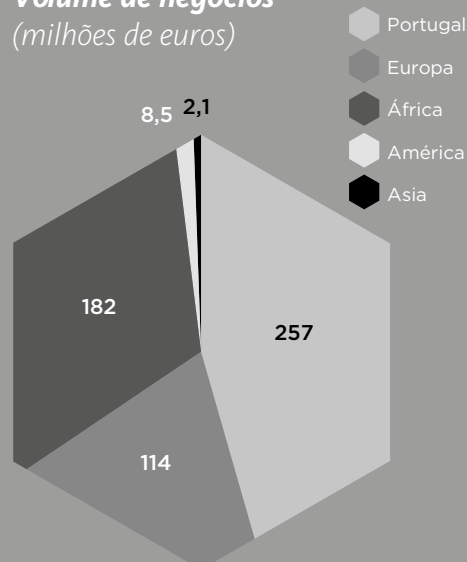


GRUPO VISABEIRA

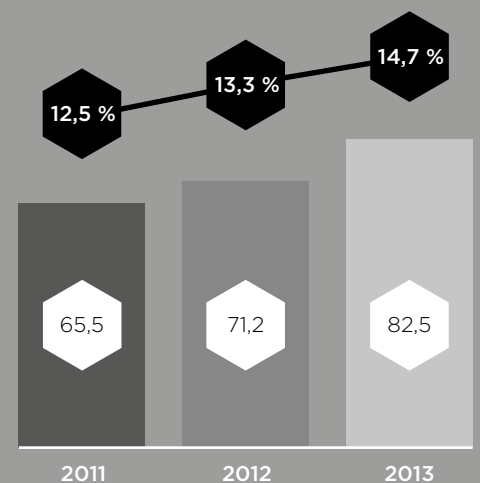
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	563	534	5%
EBITDA	82,5	71,2	16%
Margem EBITDA	14,7%	13,3%	1,3 p.p.
Resultado operacional	59,6	51,7	15%
Margem operacional	10,6%	9,7%	0,9 p.p.
Resultado líquido	4,4	7,6	-41%
Capex	97,0	78,5	24%
Divida	715	732	-2%
Existências	186	170	9%
Ativos fixos (Incluindo goodwill)	515	443	16%

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)
e Margem (%)



RESULTADOS

Em 2013, o Grupo Visabeira, manteve o seu crescimento com o volume de negócios a atingir um novo máximo de 563 milhões de euros, um crescimento de 5,4% face ao ano anterior. Igualmente a nível do EBITDA, ao situar-se nos 82,5 milhões de euros, com uma margem de 14,7%, registou o nível mais elevado de sempre na história do Grupo.

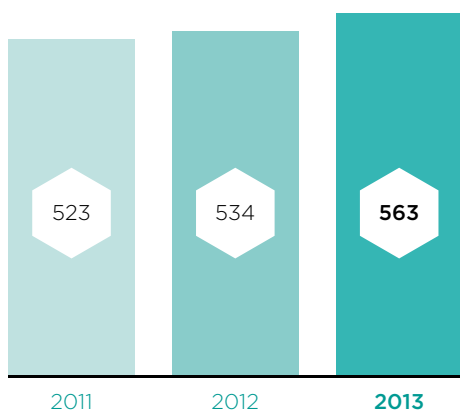
Com a crise interna que Portugal atravessa, o Grupo tem vindo a consolidar o processo de internacionalização. Reflexos disso, os mercados externos representaram, pela primeira vez, mais de metade do volume de negócios consolidado gerado no ano (54%), um crescimento de 26% face ao período homólogo. Países como Angola, Moçambique, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Brasil, Estados Unidos, contribuíram fortemente para geração de resultados operacionais no ano de 2013. A Visabeira Global, com um peso superior a 70% do volume de negócios do Grupo, a par da sua contribuição no EBITDA de 61%, reflete a boa performance das atividades de televisão por cabo, quer em Angola quer em Moçambique; das operações de infraestruturas de telecomunicações em Moçambique e em França; e das infraestruturas de transporte ferroviário em Moçambique. A Indústria, integrando marcas emblemáticas como a Vista Alegre e a Bordallo Pinheiro, também demonstrou uma melhoria no seu desempenho operacional. A Pinewells consolidou a sua posição no mercado produtor de *pellets* e apresentou um crescimento considerável no seu volume de negócios a par de um EBITDA de 2,4 milhões (mais 100% face ao período homólogo). A Vista Alegre, com 1,6 milhões de euros, representou mais de 44% do EBITDA desta *sub-holding*. A Visabeira Turismo através da oferta hoteleira de onze unidades hoteleiras distribuídas entre Portugal e Moçambique representou um volume de negócios consolidado de 32,6 milhões de euros.

O nível dos custos operacionais, a Constructel, empresa de telecomunicações francesa, fruto do incremento da atividade, fez crescer adequadamente os seus quadros, refletindo por isso um incremento nos custos com o pessoal que passaram de 9,9 milhões de euros, em 2012, para 15,1 milhões em 2013, acompanhado por uma redução do peso dos subcontratos no volume de negócios que passou no referido período de 65% para 57%.

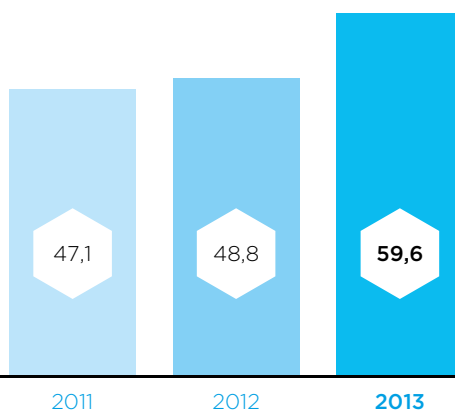
Excluindo o efeito dos fenómenos não recorrentes (justo valor das propriedades de investimento e reversão de provisões de clientes), o resultado operacional de 58 milhões de euros compara com 52 milhões de euros em 2012.

A valorização do metical face ao Euro, de 1,4%, verificada em 2013, condicionou o resultado cambial do Grupo, que se situou em 1,4 milhões de euros negativos, contra 4,7 milhões negativos verificados no ano anterior.

Volume de negócios (milhões de euros)



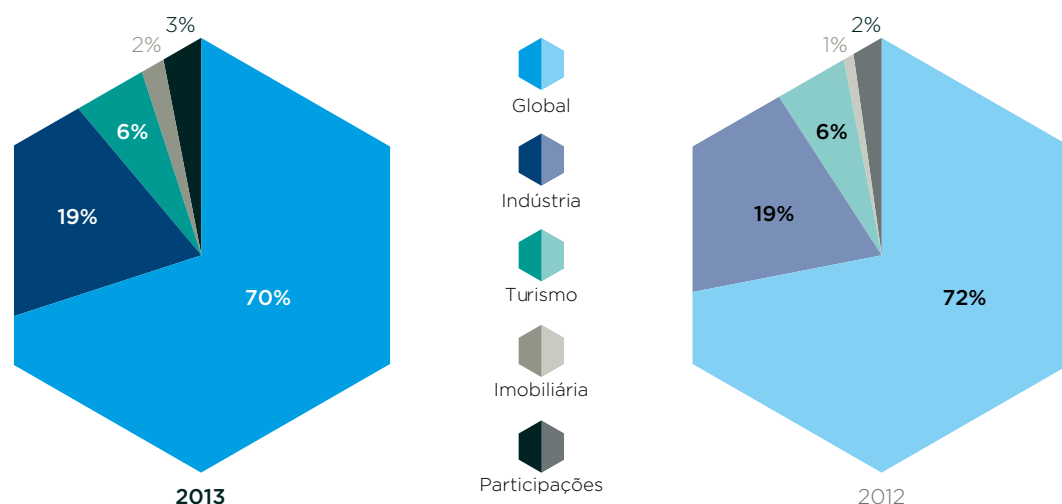
Resultado operacional (milhões de euros)



GRUPO VISABEIRA

O resultado líquido do Grupo cifrou-se em 4,4 milhões de euros (sem interesses minoritários 0,2 milhões de euros), contra 7,6 milhões de euros (sem interesses minoritários 2,2 milhões de euros). Expurgadas as influências do justo valor das propriedades de investimento, das imparidades verificadas nas ações das empresas cotadas do PSI 20, e respetivos juros e impostos associados a essas rubricas, o resultado líquido de interesses minoritários, seria de 20,6 milhões de euros em 2013, contra 14,8 milhões de euros em 2012, representando um crescimento de cerca de 39,2%. Não é despreciando o impacto não relevado em resultados decorrente da valorização dos títulos da EDP e ZON de 18,4 milhões de euros, cuja contabilização, de acordo com as normas aplicáveis, é relevado diretamente em capitais próprios.

Volume de negócios por área de atividade



BALANÇO

Com o processo de expansão do Grupo pelo mundo, os ativos cresceram 5%, ultrapassando uns assinaláveis 1,5 mil milhões de euros. Nos ativos tangíveis, destaque para o crescimento de 98 milhões de euros, fruto do investimento nas redes de televisão por cabo em Angola e Moçambique e nas Redes de Nova Geração na região centro e Açores. Os ativos financeiros disponíveis para venda, no valor de 156 milhões de euros, registaram um ganho de 9,2 milhões de euros, face ao ano anterior. Acresce também uma redução de 49 milhões de euros, devido à venda em bolsa de ativos nos primeiros meses do ano.

A autonomia financeira manteve-se em níveis adequados, atingindo um rácio de 22%, em linha com o ano anterior. Apesar do nível de investimento realizado, o Grupo conseguiu uma redução da dívida consolidada em 17 milhões para 715 milhões de euros. O valor da dívida líquida operacional, (que deduz o valor da dívida alocada a operações de bolsa, investimentos em curso ainda não geradores de EBITDA e investimentos imobiliários ainda não geradores de EBITDA), cifrou-se em 291 milhões de euros, alcançando um múltiplo 3,5 vezes da dívida líquida operacional sobre o EBITDA.

Valores consolidados

Dívida Total (Leasings + Financiamento)	715,3
Disponibilidades	-32,3
Dívida alocada de investimentos em curso ainda não geradora de EBITDA	120,6
Dívida alocada à Imobiliária ainda não geradora de EBITDA	26,7
Dívida alocada a operações de bolsa	275,0
Total dívida líquida operacional	260,7
EBITDA	82,5
Ativos financeiros disponíveis para venda	156,0
Dívida líquida operacional ajustada	379,7
Dívida líquida financeira alocada a áreas geradoras de EBITDA / EBITDA	4,6 x

O Grupo apresenta um múltiplo 4,6 vezes da dívida líquida operacional sobre o EBITDA. Isto retirando o efeito de dívida alocada a operações de bolsa, investimentos em curso ainda não geradores de EBITDA e investimentos imobiliários ainda não geradores de EBITDA.

INVESTIMENTOS

Portugal (valores em euros)

	Valor	Investimento
Grupo Visabeira	925.964	Licenças SAP
Visabeira Global		
Edivisa	3.198.237	Equipamentos
Fibroglobal	29.251.627	Redes Nova Geração
Real Life Technologies	563.006	Equipamentos
Viatel	3.512.575	Equipamentos
Visabeira	838.694	Equipamentos
Visabeira Indústria		
Ambitermo	125.428	Ampliação das instalações
Bordallo Pinheiro	135.506	Equipamentos
Cerutil	19.494	Equipamentos
Mob	49.645	Equipamentos
Pinewells	1.088.374	Equipamentos
Vista Alegre Atlantis	22.960.275	Lojas, Marketing e Equipamentos
Visabeira Turismo		
Empreedimentos Montebelo	340.213	Aldeamento Golfe
Movida	552.367	Edifício HPP e Escritórios da sede
Zambeze	160.450	Equipamentos
Visabeira Participações Financeiras		
PDA	911.303	Trabalhos em curso
Visabeira Pro - Estudos e Investimentos	354.040	Equipamentos
Outras empresas	489.594	
Total	65.476.791	

O ano de 2013 ficou marcado pela consolidação do investimento nas Redes de Nova Geração, através da Fibroglobal, no valor de 29 milhões de euros. A empresa deu o seu primordial contributo para colocar Portugal no ranking dos países com maior cobertura de fibra ótica a nível mundial. A Fibroglobal manteve o ritmo de construção neste segmento, para que muito contribuiu a conclusão da construção da sua rede em 42 concelhos da região centro e 12 da região dos Açores. Nas restantes empresas desta *holding*, o investimento centrou-se em dotar as equipas com técnicos e equipamentos adequados às exigências do mercado. Relativamente ao investimento industrial, a Vista Alegre continua a deter o maior peso, com um investimento de 23 milhões de euros, fundamentalmente associado à nova fábrica Ria Stone, e ao investimento em novas tecnologias dos principais equipamentos industriais, nos segmentos do cristal e vidro, de modo a aumentar a produção e reduzir os refugos e gastos energéticos. O segmento da porcelana manteve em curso os projetos de I&D com o objetivo de desenvolver uma nova linha de produtos para o setor da hotelaria e, no caso do cristal, desenvolver novas técnicas de decoração das peças.

Na Visabeira Turismo, a Movida prosseguiu o seu investimento na remodelação e ampliação dos escritórios no último piso no Palácio do Gelo Shopping.

Internacionais (valores em euros)

	Valor	Investimento
Moçambique		
Electrotec	1.421.304	Equipamentos
Real Life Technologies Moçambique	159.607	Equipamentos administrativo
Sogitel	1.136.522	Equipamentos
Televisa	1.375.902	Equipamentos transporte
Turvisa	1.624.638	Remodelação do Indy
TVCABO	8.904.582	Expansão rede de cobertura
Visaqua	202.698	Equipamentos transporte
Outros	402.826	
Angola		
Álamo Angola	214.676	Preparação da pedreira
Electrovisa	768.675	Equipamentos
Comatel	1.160.343	Equipamentos
TVCABO Angola	13.721.347	Expansão rede de cobertura
Visabeira Angola	112.759	Equipamentos
Outros	297.467	
França		
Constructel	708.792	Equipamentos
Gatel	8.317	Equipamentos
Mob Cuisines	182.776	Edifícios
Alemanha		
Constructel GmbH	441.006	Equipamentos
Total	32.844.236	

Tendo em conta o investimento no âmbito internacional, o mercado Angolano representa 50% (16,2 milhões de euros), seguido de Moçambique com 46% (15,2 milhões de euros).

Em Angola, o setor das telecomunicações, continua a absorver a maior parcela do investimento, com a TVCABO a investir 14 milhões de euros, essencialmente na expansão da rede para a periferia de Luanda. A Comatel investiu 1 milhão de euros na renovação da frota automóvel, aquisição de equipamentos e ferramentas de suporte às operações.

Em Moçambique, o investimento mais expressivo foi realizado pela TVCABO, que investiu 8,9 milhões de euros na conversão de rede para FTTH na cidade de Maputo e na manutenção de rede.

O segundo maior investimento foi realizado pela Turvisa, que investiu 1,6 milhões de euros na conclusão de duas novas unidades hoteleiras no Songo (Cahora Bassa) e no Parque Nacional da Gorongosa.

Realizaram-se ainda alguns investimentos em equipamento básico e mobiliário administrativo nas diversas unidades da Turvisa, bem como na aquisição de viaturas. As empresas de telecomunicações e construção, na área internacional, tais como, Electrotec, Televisa, Sogitel e Constructel concretizaram diversos investimentos, nomeadamente em equipamento de transporte e básico, de modo a assegurar uma maior mobilidade e eficiência às equipas e garantir um desempenho operacional mais eficaz nas diversas atividades.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No decurso do exercício de 2013 em Portugal, destaca-se a constituição da sociedade Vista Alegre Atlantis I.L. – Sociedade Imobiliária S.A. num investimento de 100 mil euros, visando a gestão imobiliária de imóveis e de projetos na área do turismo e prestação de serviços afins.

Foram ainda investidos no mercado nacional, 50 mil euros, na criação da Visabeira Turismo e Imobiliária, SGPS, SA, e também foi adquirida participação no Hospital Nossa Senhora da Arrábida, S.A.

(10 mil euros), unidade complementar às residências assistidas Porto Salus, o que irá permitir ao Grupo abrir valências no âmbito da prestação de serviços na área da saúde.

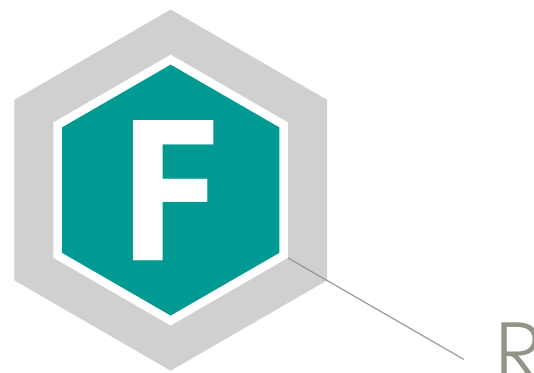
De modo a reforçar o posicionamento internacional do Grupo na área das telecomunicações, eletricidade, gás, água, construção civil e obras públicas, foi constituída em Moçambique, a Constructel Africa S.A., num total investido de 145 mil euros. Ainda neste país, foi criada a Combustíveis do Songo, que visa o comércio de combustíveis, lubrificantes e produtos químicos (2 mil euros).

No sentido de diversificar a sua atividade em França, foi constituída a Mob Cuisines num total investido de 100 mil euros.

De modo a reforçar o posicionamento internacional da marca VAA, foi criada a Vista Alegre Atlantis USA, Lda., o que vai permitir à marca a entrada num novo mercado (36 mil euros).

No decurso de exercício de 2013, foi dissolvida a Constructel Roménia, por um valor de 154 mil euros e reforçada a participação do Grupo na Ifervisa para 100%, por um valor de 653 mil euros.

FATORES DE RISCO



O Grupo Visabeira consciente da importância de adotar uma gestão ativa dos diferentes riscos financeiros, com vista a minimizar os seus potenciais impactos negativos no *cash flow*, resultados e valor da empresa, procura gerir esses riscos de forma eficaz, formulando estratégias de cobertura adequadas.

De facto, o Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos diversificados, resultante das diversas áreas de negócio, e, por isso, está sensibilizado para a importância da gestão do risco de crédito e da proteção da sua tesouraria, reconhecendo a importância do seguro de crédito como instrumento essencial, quer no mercado interno, quer no exterior.

O Grupo Visabeira dedica grande atenção aos riscos inerentes às suas atividades. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da mitigação e controlo dos riscos que podem significativamente afetar o conjunto dos seus ativos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e, deste modo, pôr em risco os seus objetivos estratégicos.

RISCOS DE CRÉDITO

As participadas do Grupo Visabeira reconhecem o risco de crédito como uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano e é fundamental para o sucesso, independentemente da natureza da sua atividade.

As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações.

Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que contém as informações que permitirão elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito, tais como: o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, garantias

de crédito e condições de pagamento. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.

Há anos que o Grupo Visabeira conta com a colaboração de algumas seguradoras de crédito, com as quais mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo de uma fonte privilegiada a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 80% e no mercado externo é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, para clientes situados no mercado doméstico e nos mercados externos e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou obter um montante superior ao dobro da cobertura existente, para clientes situados nos mercados externos.

As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno.

O *factoring*, na modalidade sem recurso, é utilizado como uma forma de cobertura de risco complementar em operações em que o seguro de crédito possa não ser suficiente.

Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 14% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet, turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve neste ano um peso de 1,12%.

As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, France Telecom, Belgacom, Portugal Telecom, Zon, EDP e as concessionárias de gás natural.

RISCOS DE LIQUIDEZ

O Grupo assume políticas de gestão do risco de liquidez que garantem o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas e a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros. Paralelamente, são mantidos saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo, que permitem uma gestão do disponível, adequado aos compromissos financeiros de curto prazo. A alavancagem associada à aquisição das ações da PT, Zon Multimédia e EDP, sob a forma de papel comercial, emitido pelo Grupo Visabeira em 275 milhões de euros, encontra-se configurada em dois programas de papel comercial distintos, um a sete e outro a dez anos adicionais, com compromisso de tomada firme.

Face à elevada liquidez dos ativos subjacentes e não obstante política de redução da distribuição de dividendos da PT, e o início da tributação dos mesmos no ano 2011, não existe qualquer pressão sobre a tesouraria do Grupo Visabeira. De facto, a contratação destas duas operações, após a redução do montante de 50 milhões de euros na dívida por recurso à alienação do mesmo montante em ações da EDP, permitiu a separação e um certo *ring fencing* do risco destas operações.

Assim, contratou-se um papel comercial com um valor de 140 milhões de euros com maturidade de 7 anos, que apresenta como colateral o justo valor das ações e que à data de 31/12/2013 representavam um rácio de cobertura de 108% e um outro, de 130 milhões de euros e que se enquadra num colateral já existente associado à propriedade, Palácio de Gelo Shopping.

Destacamos a contratação em Dezembro de 2013 de um novo Programa de Papel Comercial no valor de 27,5 milhões de euros pelo prazo de três anos e com subscrição das emissões objeto de garantia prestada por um sindicato de instituições durante os primeiros dezoito meses. O valor da dívida de curto prazo incorpora o montante de 60 milhões de euros relativo ao empréstimo obrigacionista sindicado que vence em Julho de 2014, cujo *revolving* se encontra a ser negociado e tem já manifestações positivas por parte dos principais membros do sindicato bancário quanto à sua renovação. O Grupo estima ainda ter de negociar o *revolving* de linhas em cerca de 25 milhões de euros, com expectativa favorável forte,

considerando que parte desse refinanciamento se concentra em entidades que são parceiros de longa data, bem como nas instituições que incrementaram recentemente o envolvimento com o Grupo. A dívida do curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela Companhia Portuguesa de Rating com a nota “B”, que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade adequada para cumprir os seus compromissos financeiros.

O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 0,74, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes.

Por outro lado, o fundo de maneo funcional é positivo e cobre parte das necessidades de fundo de maneo, após o ajustamento para uma maior maturidade dos passivos por impostos diferidos bem como dos subsídios ao investimento, verba esta classificada em outras contas a pagar.

RISCOS DE FLUXOS DE CAIXA

As empresas do Grupo gerem a tesouraria dos investimentos de todas as unidades de negócio através de uma organização global e centralizada, que permite reduzir os riscos de fluxos de caixa, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O recurso ao *factoring* permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e facilita uma melhor gestão de tesouraria através da obtenção atempada do fundo de maneo necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de Dezembro 2013, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 51,6 milhões de euros. O Grupo mantém adicionalmente contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

RISCOS DE TAXA DE JURO

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e conseqüentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante. O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de Dezembro de 2013 foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor, a um e a três meses para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos ao estrangeiro.

Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro tem-se privilegiado a contratação de financiamentos pelas diversas participadas, particularmente em Angola e Moçambique em moeda local e a taxa fixa.

O Grupo Visabeira, SGPS, SA procedeu em 2013 à liquidação da posição do *swap* Euribor Range Accrual, que trocava a Euribor a 3 meses por uma taxa fixa de 3,65% para um montante nominal de 30 milhões de euros. Com esta liquidação, o Grupo Visabeira apresenta, à data de balanço, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante para 5 e 2 milhões de euros, contratados, respetivamente, em 2011 e 2012 e com um valor *mark to market* de -314 mil euros e -4 mil euros.

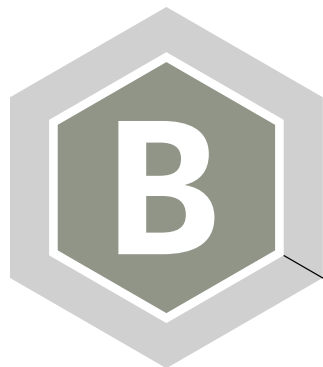
Através da Cerutil, empresa que detém a participação na Vista Alegre Atlantis, foram contratadas em 2011 coberturas no valor 16,8 milhões de euros, com início em Junho de 2011 e fim em Maio de 2016, recebendo taxa Euribor a 3 meses e pagando uma taxa fixa de 2,74%, e que apresentavam um *mark to market* de -912 mil euros integralmente reconhecido. A Vista Alegre contratou o montante de 5,7 milhões de euros para o mesmo período, recebendo também a Euribor a 3 meses e pagando a taxa fixa de 2,69%, com um *mark to market* de -306 mil euros. A Visabeira Global contratou em 2009 uma fixação de 2,68% para cobertura da Euribor a 3 meses, para um valor nominal inicial de 5 (atualmente 2,4 milhões de euros), que apresentava em 31 de Dezembro um *mark to market* de -53 mil euros.

A taxa Euribor a 3 meses iniciou em Outubro de 2008 uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional. Tendo iniciado o ano 2013 em 0,187%, a Euribor a 3 meses fixou-se em 0,287% em 31 de Dezembro. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, e estando a dívida parcialmente coberta, o Grupo estima que os impactos decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas.

O Grupo antecipa existirem condições favoráveis a uma redução do atual nível dos *spreads* em 2014, fundamentalmente nas novas operações de financiamento, com impacto positivo nos resultados financeiros do Grupo.

RISCOS DE CÂMBIO

O Grupo Visabeira opta por privilegiar uma política de cobertura natural do risco cambial, uma vez que as suas participadas possuem ativos e passivos denominados em dólares, de forma a efetuar um equilíbrio e um ajuste automático a possíveis desfasamentos cambiais. A exposição a passivos em dólar não representa, pois, um risco económico e financeiro elevado, dados os impactos de variações cambiais sobre esses passivos serem naturalmente compensados pela receita operacional dos respetivos negócios, também conectada ao dólar. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em dólares e meticais respetivamente. Nestes mercados, a moeda local está fortemente correlacionada com o dólar americano, com uma tendência histórica de desvalorização. Em 2011, o kwanza angolano desvalorizou 3,76% face ao dólar; por outro lado, o metical moçambicano, contrariando essa tendência, valorizou 17,45% face ao dólar. Ao longo do ano o dólar manteve alguma oscilação face ao euro, apresentando uma valorização anual de 3,17%. Em Angola, as transações internas têm ainda por referencial o dólar americano, pelo que os passivos e ativos nesta divisa estão relativamente equilibrados. Por outro lado, o Grupo financia-se em dólares, apresentando assim neste país uma posição curta nesta moeda de 15,4 milhões de dólares. Em Moçambique, os saldos expressos nesta moeda apresentam também uma posição curta na ordem dos 5,6 milhões de dólares. Note-se porém que a exigibilidade destes passivos em dólares apresenta uma maturidade de médio e longo prazo, enquanto os ativos expressos na mesma moeda são essencialmente de curto prazo, não existindo por conseguinte qualquer pressão na disponibilidade de divisas necessárias ao pontual cumprimento das responsabilidades expressas nesta moeda. A reexpressão das contas locais em euros para efeitos de apresentação das contas consolidadas sofreu um impacto positivo em virtude da apreciação do dólar. O Governo Moçambicano introduziu em 2006 alterações nas regras de faturação referente a transações efetuadas em território Moçambicano, passando a exigir que fosse emitida na moeda do país. Consequentemente, o Grupo passou também a contratar os novos financiamentos nessa moeda. Mantêm-se ainda assim posições expressas em dólares e fundamentalmente passivos em euros, que se traduzem também em desvalorizações cambiais reconhecidas nos resultados consolidados do Grupo.



BENEFÍCIOS FISCAIS

F

As empresas do Grupo Visabeira, à semelhança dos anos anteriores, prosseguiram a sua política de otimização fiscal, merecendo realce um conjunto de incentivos fiscais de que são beneficiárias. É no âmbito da Criação Líquida de Emprego a que alude o Artigo 19.º e ao abrigo da Interioridade em virtude da própria localização das empresas a que alude o Artigo 43.º, que se tem primordialmente vindo a beneficiar do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Adicionalmente os incentivos relacionados com o investimento privado na esfera internacional, no caso em Angola e Moçambique, têm merecido especial atenção já que deles beneficiam as empresas que tenham concretizado projetos de investimento considerados expressivos para a economia nacional, que por esse facto continuaram a usufruir de isenções sobre Direitos Aduaneiros e Imposto sobre o Rendimento do Exercício.



Em 2013, o Grupo reforçando o rumo de crescimento sustentado que vem protagonizando nos vários segmentos da sua atividade operacional, culminou este exercício com a superação de um objetivo antigo dos mercados internacionais terem mais peso que mercado nacional, o que se concretizou ao atingir 4% do volume de negócios no mercado externo.

O volume de negócios consolidado do Grupo Visabeira em 2013 situou-se nos 563 milhões de euros, contra os 534 milhões de euros de 2012, o que corresponde a um crescimento de 5,4%. O EBITDA subiu 15,9% para os 82,5 milhões de euros em 2013. A margem EBITDA voltou a crescer de 13,3% em 2012 para 14,7% em 2013, para este incremento muito contribuiu a performance das operações no mercado externo.

Volume de negócios por empresa (euros)

Áreas de negócio	Total		Grupo		Consolidado 2013		Consolidado 2012	
GLOBAL								
Portugal	232.549.818	51,5%	24.665.107	42,7%	207.884.711	52,8%	233.630.476	60,5%
Visabeira Global, SGPS	2.436.934	0,5%	2.277.799	3,9%	159.135	0,0%	331.327	0,1%
DST Visabeira	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	156.624	0,0%
Fibroglobal	2.272.737	0,5%	0	0,0%	2.272.737	0,6%	0	0,0%
Edivisa	29.858.637	6,6%	8.188.092	14,2%	21.670.545	5,5%	29.355.032	7,6%
Naturenergia	2.302.713	0,5%	661.511	1,1%	1.641.202	0,4%	0	0,0%
PDT	17.528.378	3,9%	558.914	1,0%	16.969.464	4,3%	17.768.831	4,6%
Real Life Technologies	17.362.060	3,8%	2.178.514	3,8%	15.183.547	3,9%	15.071.775	3,9%
Viatel	120.695.248	26,7%	6.068.164	10,5%	114.627.085	29,1%	130.026.494	33,7%
Visabeira	36.264.348	8,0%	4.140.554	7,2%	32.123.794	8,2%	38.240.580	9,9%
Visabeira Digital *	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	60.787	0,0%
Visacasa	3.828.762	0,8%	591.559	1,0%	3.237.204	0,8%	2.619.027	0,7%
França	68.006.574	15,1%	2.343.529	4,1%	65.663.044	16,7%	56.830.488	14,7%
Constructel	63.375.322	14,0%	20.271	0,0%	63.355.051	16,1%	53.234.960	13,8%
Gatel	4.395.471	1,0%	2.087.477	3,6%	2.307.994	0,6%	3.574.077	0,9%
SCI Constructel	235.781	0,1%	235.781	0,4%	0	0,0%	21.451	0,0%
Bélgica	5.719.924	1,3%	2.025	0,0%	5.717.900	1,5%	6.116.331	1,6%
Constructel Bélgica	5.719.924	1,3%	2.025	0,0%	5.717.900	1,5%	6.116.331	1,6%
Moçambique	69.555.655	15,4%	13.142.273	22,7%	56.413.382	14,3%	48.673.371	12,6%
Electrotec	9.095.790	2,0%	167.192	0,3%	8.928.598	2,3%	6.514.295	1,7%
Hidroáfrica	5.394.377	1,2%	2.004.850	3,5%	3.389.527	0,9%	5.489.629	1,4%
Real Life Academy	105.294	0,0%	71.684	0,1%	33.610	0,0%	46.434	0,0%
Real Life Technologies Moçambique	1.300.676	0,3%	-9.531	0,0%	1.310.207	0,3%	773.481	0,2%
Selfenergy	1.313.475	0,3%	1.212	0,0%	1.312.263	0,3%	1.407.420	0,4%
Sogitel	7.782.708	1,7%	6.623.688	11,5%	1.159.019	0,3%	1.490.004	0,4%
Televisa	26.546.622	5,9%	3.640.927	6,3%	22.905.695	5,8%	18.138.189	4,7%
TVCABO	16.656.561	3,7%	642.252	1,1%	16.014.308	4,1%	14.344.901	3,7%
Vibeiras Moçambique	478.153	0,1%	0	0,0%	478.153	0,1%	427.829	0,1%
Visaqua	882.001	0,2%	0	0,0%	882.001	0,2%	41.189	0,0%
Angola	73.310.148	16,2%	17.674.186	30,6%	55.635.961	14,1%	40.633.203	10,5%
Comatel	23.428.134	5,2%	13.375.767	23,1%	10.052.367	2,6%	8.058.816	2,1%
Edivisa Angola	4.756.899	1,1%	3.779.159	6,5%	977.739	0,2%	318.768	0,1%
Electrovisa	443.343	0,1%	439.707	0,8%	3.637	0,0%	0	0,0%
TVCABO Angola	44.681.771	9,9%	79.553	0,1%	44.602.218	11,3%	32.255.619	8,4%
Republica Dominicana	175.239	0,0%	0	0,0%	175.239	0,0%	131.280	0,0%
Constructel República Dominicana	175.239	0,0%	0	0,0%	175.239	0,0%	131.280	0,0%
Alemanha	2.067.068	0,5%	0	0,0%	2.067.068	0,5%	127.326	0,0%
Constructel GmbH	2.067.068	0,5%	0	0,0%	2.067.068	0,5%	127.326	0,0%
Suécia	79.256	0,0%	0	0,0%	79.256	0,0%	0	0,0%
Constructel Sweden AB	79.256	0,0%	0	0,0%	79.256	0,0%	0	0,0%
TOTAL	451.463.681	100,0%	57.827.120	100,0%	393.636.561	100,0%	386.142.476	100,0%

Áreas de negócio	Total		Grupo		Consolidado 2013		Consolidado 2012	
INDÚSTRIA								
Portugal	96.844.687	83,8%	4.750.512	63,7%	92.094.175	85,1%	83.317.821	84,4%
Visabeira Indústria, SGPS	360.913	0,3%	360.913	4,8%	0	0,0%	0	0,0%
Ambitermo	16.493.140	14,3%	20.388	0,3%	16.472.752	15,2%	10.694.593	10,8%
Bordallo Pinheiro	3.403.094	2,9%	441.377	5,9%	2.961.717	2,7%	2.396.167	2,4%
Cerutil	7.041.993	6,1%	800.798	10,7%	6.241.194	5,8%	5.770.883	5,8%
Granbeira	3.090.842	2,7%	1.749.869	23,5%	1.340.973	1,2%	1.897.747	1,9%
Mob	4.727.842	4,1%	1.355.539	18,2%	3.372.303	3,1%	3.100.761	3,1%
Pinewells	16.772.409	14,5%	21.628	0,3%	16.750.781	15,5%	12.812.632	13,0%
Vista Alegre	44.954.455	38,9%	0	0,0%	44.954.455	41,6%	46.645.037	47,3%
Moçambique	2.561.067	2,2%	118.487	1,6%	2.442.580	2,3%	3.183.786	3,2%
Agrovisa	42.285	0,0%	24.812	0,3%	17.473	0,0%	16.997	0,0%
Celmoque	2.207.151	1,9%	93.675	1,3%	2.113.476	2,0%	3.166.789	3,2%
Vista Alegre Atlantis Moçambique	311.631	0,3%	0	0,0%	311.631	0,3%	0	0,0%
Angola	7.115.913	6,2%	2.586.882	34,7%	4.529.032	4,2%	4.625.879	4,7%
Álamo Angola	3.830.034	3,3%	803.242	10,8%	3.026.792	2,8%	2.886.956	2,9%
Visaconstroí	3.285.879	2,8%	1.783.640	23,9%	1.502.240	1,4%	1.738.924	1,8%
Espanha	5.695.378	4,9%	0	0,0%	5.695.378	5,3%	5.835.224	5,9%
Vista Alegre Atlantis Espanha	5.695.378	4,9%	0	0,0%	5.695.378	5,3%	5.835.224	5,9%
Brasil	2.883.090	2,5%	0	0,0%	2.883.090	2,7%	1.591.174	1,6%
Vista Alegre Atlantis Brasil	2.883.090	2,5%	0	0,0%	2.883.090	2,7%	1.591.174	1,6%
Estados Unidos da América	283.788	0,2%	0	0,0%	283.788	0,3%	0	0,0%
Vista Alegre Atlantis USA	283.788	0,2%	0	0,0%	283.788	0,3%	0	0,0%
França	200.408	0,2%	1.100	0,0%	199.308	0,2%	0	0,0%
Mob Cuisines	200.408	0,2%	1.100	0,0%	199.308	0,2%	0	0,0%
Inglaterra	44.276	0,0%	0	0,0%	44.276	0,0%	164.793	0,2%
Vista Alegre Atlantis UK	44.276	0,0%	0	0,0%	44.276	0,0%	164.793	0,2%
TOTAL	115.628.607	100,0%	7.456.981	100,0%	108.171.626	100,0%	98.718.678	100,0%
TURISMO								
Portugal	29.199.463	70,8%	8.223.207	95,1%	20.976.256	64,4%	21.630.505	64,3%
Visabeira Turismo, SGPS	433.352	1,1%	433.352	5,0%	0	0,0%	0	0,0%
Empreedimentos Montebelo	9.613.986	23,3%	2.743.718	31,7%	6.870.269	21,1%	6.735.349	20,0%
Movida	13.661.993	33,1%	3.271.777	37,8%	10.390.216	31,9%	11.358.537	33,8%
Mundicor	1.763.921	4,3%	946.911	10,9%	817.010	2,5%	1.081.563	3,2%
Prato Convivas	348.003	0,8%	19.649	0,2%	328.354	1,0%	305.163	0,9%
Ródia	2.490.762	6,0%	754.638	8,7%	1.736.124	5,3%	1.973.384	5,9%
Zambeze	887.445	2,2%	53.162	0,6%	834.282	2,6%	176.509	0,5%
Moçambique	12.028.955	29,2%	426.504	4,9%	11.602.451	35,6%	11.990.525	35,7%
Turvisa	12.028.955	29,2%	426.504	4,9%	11.602.451	35,6%	11.990.525	35,7%
TOTAL	41.228.418	100,0%	8.649.711	100,0%	32.578.707	100,0%	33.621.030	100,0%
IMOBILIÁRIA								
Portugal	7.896.293	64,7%	779.312	51,0%	7.116.980	66,6%	850.753	25,8%
Visabeira Imobiliária, SGPS	435.962	3,6%	435.962	28,5%	0	0,0%	3.166	0,1%
Ifervisa	1.711.602	14,0%	77.667	5,1%	1.633.935	15,3%	182.150	5,5%
Visabeira Imobiliária, SA	5.748.729	47,1%	265.683	17,4%	5.483.046	51,3%	665.436	20,2%
Moçambique	4.317.122	35,3%	748.970	49,0%	3.568.152	33,4%	2.450.505	74,2%
Imovisa	4.317.122	35,3%	748.970	49,0%	3.568.152	33,4%	2.450.505	74,2%
TOTAL	12.213.414	100,0%	1.528.282	100,0%	10.685.133	100,0%	3.301.258	100,0%

Áreas de negócio	Total		Grupo		Consolidado 2013		Consolidado 2012	
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS								
Portugal	47.429.157	59,7%	47.090.360	76,4%	338.797	1,9%	1.769.855	14,5%
Visabeira Participações, SGPS	567.725	0,7%	567.725	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Benetrónica	25.689.562	32,3%	25.592.628	41,5%	96.934	0,5%	299.808	2,5%
Digispirit	514.053	0,6%	110.789	0,2%	403.264	2,3%	441.021	3,6%
Iutel	380.666	0,5%	5.804	0,0%	374.862	2,1%	355.000	2,9%
Joafil **	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	304.949	2,5%
Predibeira	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	18	0,0%
Ptc	12.000	0,0%	12.000	0,4%	0	0,0%	0	0,0%
Visabeira Pro - Estudos e Investimentos	20.265.151	25,5%	20.801.414	33,7%	-536.263	-3,0%	36.400	0,3%
Visabeira Pro *	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	332.658	2,7%
Espanha	-51.926	-0,1%	0	0,0%	-51.926	-0,3%	0	0,0%
Telesp	-57.926	-0,1%	0	0,0%	-57.926	-0,3%	0	0,0%
Visabeira Espanha	6.000	0,0%	0	0,0%	6.000	0,0%	0	0,0%
Moçambique	17.083.830	21,5%	9.900.929	16,1%	7.182.900	40,4%	5.785.217	47,5%
Autovisa	1.320.006	1,7%	718.777	1,2%	601.229	3,4%	746.245	6,1%
Combustíveis do Songo	1.265.327	1,6%	0	0,0%	1.265.327	7,1%	0	0,0%
Imensis	2.651.546	3,3%	9.844	0,0%	2.641.702	14,9%	2.831.041	23,3%
Mercury	9.105.464	11,5%	6.828.596	11,1%	2.276.868	12,8%	2.105.518	17,3%
Visabeira Moçambique	2.741.486	3,5%	2.343.712	3,8%	397.774	2,2%	102.414	0,8%
Angola	14.691.574	18,5%	4.664.321	7,6%	10.027.253	56,4%	4.615.534	37,9%
Catari Angola	995.566	1,3%	2.755	0,0%	992.812	5,6%	798.763	6,6%
Mercury Angola	2.731.146	3,4%	2.338.352	3,8%	392.794	2,2%	590.892	4,9%
Visabeira Angola	1.554.824	2,0%	1.367.590	2,2%	187.234	1,1%	80.314	0,7%
Visasecil	-23.681	0,0%	0	0,0%	-23.681	-0,1%	7.091	0,1%
Visatur	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	111.824	0,9%
Visauto	9.433.718	11,9%	955.625	1,5%	8.478.094	47,7%	3.026.648	24,9%
África do Sul	286.312	0,4%	0	0,0%	286.312	1,6%	0	0,0%
Mercury South Africa	286.312	0,4%	0	0,0%	286.312	1,6%	0	0,0%
TOTAL	79.438.946	100,0%	61.655.610	100,0%	17.783.336	100,0%	12.170.606	100,0%
HOLDING								
Portugal	2.689.443	100,0%	2.689.443	100,0%	0	100,0%	0	100,0%
Grupo Visabeira	2.689.443	100,0%	2.689.443	100,0%	0	100,0%	0	100,0%
TOTAL	2.689.443	100,0%	2.689.443	100,0%	0	100,0%	0	100,0%
TOTAL GLOBAL	702.662.510	100,0%	139.807.147	100,0%	562.855.363	100,0%	533.954.046	100,0%

* empresas fundidas na Visabeira Pro - Estudos e Investimentos, SA

** empresas fundidas na Benetrónica - International Commerce, Imp. e Exportação, SA

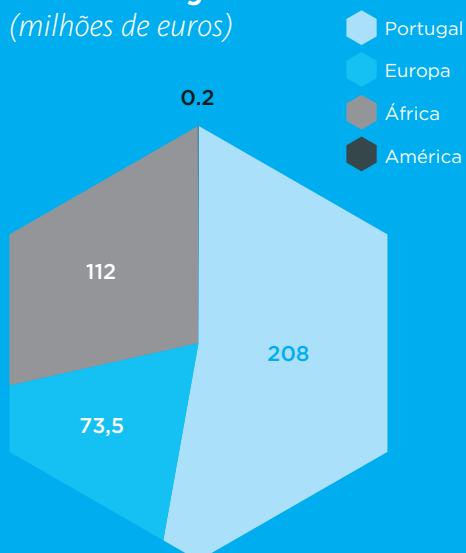


VISABEIRA GLOBAL

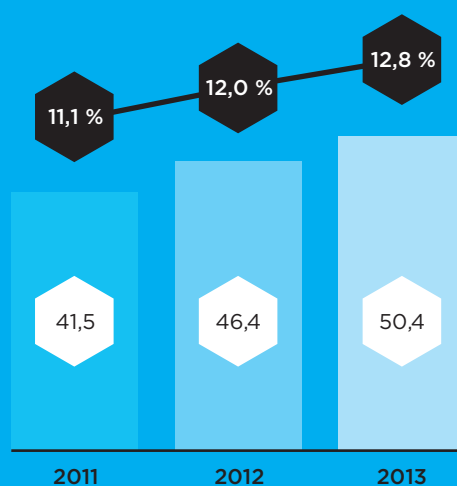
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	394	386	2%
EBITDA	50,4	46,4	9%
Margem EBITDA	12,8%	12,0%	0,8 p.p.
Resultado operacional	38,4	48,0	-20%
Margem operacional	9,7%	12,4%	- 2,6 p.p.
Resultado líquido	16,8	28,1	-40%
Capex	68,4	47,0	45%
Dívida	71,7	99,9	-28%
Existências	52,1	43,2	21%
Ativos fixos (Incluindo <i>goodwill</i>)	199	145	37%

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)
e Margem (%)



Em 2013, o volume de negócios consolidado da Visabeira Global cresceu 2,2% alcançando os 394 milhões de euros e o EBITDA 50,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 9% quando comparado com o ano anterior. Consequentemente, a margem EBITDA aumentou 0,8 p.p. atingindo os 12,7%. Para esta performance contribuíram as áreas de negócio da engenharia de redes de telecomunicações, energia e de serviços de CATV que mais do que compensaram o decréscimo de atividade nas áreas da construção e TIC. Os mercados externos representaram 39% do total de proveitos da Visabeira Global e 66% do EBITDA, que nos mercados externos aumentou 13% atingindo 35 milhões de euros suportado pelas áreas de negócios das telecomunicações, TVCABO e construção em Angola e Moçambique. Em Portugal, o volume de negócios foi de 208 milhões de euros, um decréscimo relativamente ao período homólogo de 11%.

TELECOMUNICAÇÕES

O dinamismo do mercado nacional de comunicações é hoje evidente e tem-se traduzido nos últimos anos por um visível crescimento, em especial, da adesão ao serviço via fibra ótica, e neste setor a Viatel reforçou o seu estatuto de destacada liderança e de principal e predominante *player* no segmento da engenharia de redes de telecomunicações em Portugal com a assinatura do novo contrato FFT 2013/2016, consolidando a abrangência do *triple play* que detém nos três principais domínios da sua atividade ligada à rede fixa: Rede Cliente, Redes de Nova Geração e Comercial, incluindo ainda o segmento da Rede Móvel.

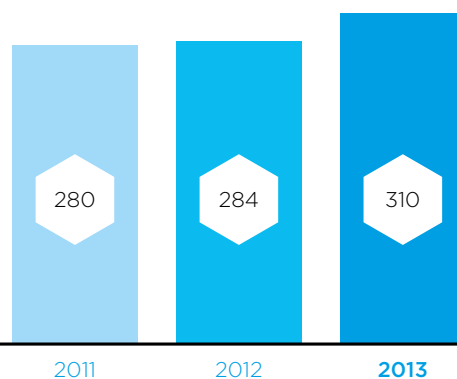
Durante o ano de 2013 a Viatel concluiu a construção da rede nos 42 concelhos da região Centro, no âmbito do concurso das Zonas Remotas e 12 concelhos integrados nas redes de Nova Geração dos Açores. Ainda no âmbito desta rede de Nova Geração, nos Açores, a Viatel concluiu uma obra marcante e emblemática, ligando as duas ilhas mais ocidentais de Portugal – Flores e Corvo – ao resto do mundo por cabo submarino, num total de 700 km.

Registe-se como corolário do desempenho deste exercício que, apesar da ligeira redução do volume de negócios, a empresa melhorou significativamente a generalidade dos seus rácios e indicadores financeiros e operacionais e está agora mais bem preparada para os desafios que o competitivo futuro lhe vai colocar. A Viatel continua a integrar o exclusivo lote das 200 maiores empresas portuguesas.

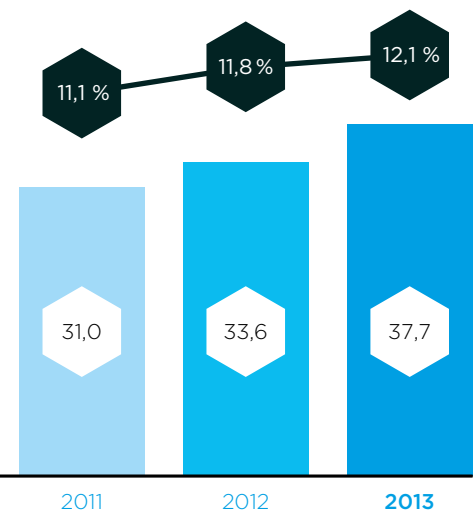
Em mercado paralelo, confirmando a situação que se vive no setor de serviços de TV por subscrição e de serviços de transmissão de dados, a PDT, em linha com o setor, reduziu o seu volume de negócios em 11%, mas melhorou também os principais rácios de atividade.

Ao nível internacional, no segmento de telecomunicações, em França a Constructel mantém a rota de crescimento, registando em 2013 um incremento superior a 36%, reforçando a sua posição de parceiro de referência junto do principal operador francês a Orange/France Telecom. A Constructel no âmbito da sua parceria com a Belgacom, no mercado belga conseguiu aumentar a sua quota de mercado para 20%. A Visabeira Global, durante o ano de 2013, continuou a reforçar o seu processo estratégico de internacionalização, através da Constructel GmbH, na Alemanha, a Constructel Sweden, na Suécia, e a Constructel África em Moçambique e está a preparar a entrada em outros países, reafirmando esta via de expansão internacional como o principal desígnio da empresa.

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)





REDES DE NOVA GERAÇÃO
CABO SUBMARINO
GRACIOSA - CORVO - FLORES - FAIAL

Em Moçambique, a Televisa, continuou a reforçar a sua posição de liderança. O seu crescimento, suportado no seu desempenho nas áreas de engenharia, projeto, instalação, manutenção e reparação de infraestruturas, redes e sistemas de telecomunicações, foi bem patente no volume de negócios que ascendeu a 26 milhões de euros, um aumento de 25%, face ao ano anterior. Para este crescimento contribuiu a atividade de expansão da rede de fibra ótica e as novas redes FTTH, com a tecnologia GPON, para importantes operadores locais. Destaca-se em 2013 as atividades desenvolvidas para o cliente Vodacom com a execução de 114 sites e construção de 2.800 km de Backbone em Fibra. Em Angola, a palavra do ano, no setor, foi crescimento, e isso foi bem patente na intensa atividade da Comatel, que garantiu um crescimento do seu volume de negócios de 36%, num total de 23 milhões de euros. A Comatel continua a ser a empresa que em Angola mais contribui para o volume de negócios da Visabeira Global, e isso é visível pela atividade desenvolvida nos trabalhos de execução de redes de fibra ótica para a TVCABO, Unitel e Movicel, na Centralidade do Kilamba, bem como a construção dos acessos à Centralidade para os operadores Angola Telecom, TVCABO, Movicel, Unitel e Mercury Serviços Telecomunicações. Este conjunto de desempenhos, globalmente muito positivo, permitiu à Visabeira Global fechar o ano, nesta divisão das Telecomunicações, com um crescimento de 8%, valor de realçar, face ao atual cenário macro económico mundial.

TVCABO

No que toca à atividade no ano de 2013, a TVCABO Angola continuou a sua aposta na marca +FIBRA Negócios para o segmento corporate. Com o intuito de reforçar a posição da TVCABO enquanto operador de referência no setor das telecomunicações, manteve a aposta em novos produtos, entre os quais se realça a introdução no mercado da Marca “VIV”, para o segmento Residencial. A empresa continuou também o seu processo de desenvolvimento de infraestruturas, quer em Luanda, quer em Benguela, com destaque para a nova centralidade de Kilamba Kiayi em parceria com a Angola Telecom.

Pautando-se por uma política de melhoria contínua de serviços que contribuam para a satisfação dos Clientes, foi implementado em 2013 um Upgrade da plataforma de TV para os serviços da gama TVCABO/DStv em Luanda. Também neste exercício foram abertas lojas, integrando espaços personalizados para o atendimento aos clientes corporate. De salientar a excelente performance da área comercial da empresa, registando em 2013 um acréscimo de 50% do número de contratos instalados e um acréscimo de cerca de 40% nos serviços ativos, relativamente ao ano anterior. Este aumento sustentado dos produtos e serviços levou a que o volume de negócios ultrapassasse os 44,7 milhões de euros (5,8 mil milhões de kwanzas), um crescimento de 38%. Os rácios de Autonomia Financeira e de Solvabilidade apresentaram valores de 49% e 96%, demonstrativo da melhoria contínua do desempenho da empresa.

Também a TVCABO Moçambique, continuando a assumir-se como um operador de referência no domínio das atividades de distribuição de televisão por cabo e internet, deu continuidade em 2013 à expansão da rede de fibra ótica FTTH com tecnologia GPON nas cidades de Maputo, Beira, Nampula, Pemba e Tete. De salientar ainda o lançamento da nova oferta de HotSpots Wi-Fi, como complemento do seu leque de serviços.

Ao nível financeiro, os rendimentos operacionais da empresa aumentaram cerca de 24%, passando de 13,4 milhões de euros (532,5 mil milhões de meticais) em 2012 para 16,6 milhões de euros (662 mil milhões de meticais) em 2013. Fruto da expansão da empresa e consequente contratação de pessoal mais qualificado, verificou-se um aumento de 50% na rubrica de custos com o pessoal e de 40% na rubrica de FSE. Com o aumento generalizado dos custos operacionais, torna-se natural a diminuição no resultado operacional, que se cifrou em 1,7 milhões de euros (67,6 milhões de meticais).

No conjunto das operações de televisão por cabo, o volume de negócios da TVCABO Angola e TVCABO Moçambique aumentou 26% face ao período homólogo, atingindo os 61 milhões de euros.

ENERGIA

O Grupo no mercado das energias, nas suas operações em Portugal e Moçambique, em linha com o segmento de mercado, reduziu o volume de negócios em 25%, atingindo os 40 milhões de euros em 2013. Em Portugal, no que concerne à rede de distribuição e transporte de energia, foi dada continuidade ao projeto em curso com a conclusão da subestação Vermoim, Siderurgia Nacional da Maia e Feira e início de construção da ligação do ramal para a subestação de Recarei.

No âmbito do contrato de Empreitada Contínua EC2010 com o cliente EDP, a Visabeira manteve em 2013, a sua área de intervenção, assegurando os trabalhos adjudicados nos 41 concelhos das 3 Áreas Operacionais (AO Loures, AO Portalegre, AO Santarém). Nesse âmbito, o volume de trabalho em 2013

encerrou em linha com o inicialmente previsto, verificando-se de igual forma, uma melhoria significativa em praticamente todos os indicadores de avaliação contratual.

Destaca-se igualmente o efeito da nova atualização do Alvará da Visabeira, com o consequente aumento de atividade para o cliente REN – Redes Energéticas Nacionais.

Neste campo importa realçar algumas das obras mais importantes: REN Valdigem-Recarei; ramal da linha Palmela-Sines 3 a 400 kV, para a subestação de Fanhões, na zona de Loures e instalação elétrica geral para a ampliação da Subestação de Frades, em Vila Nova, Vieira do Minho.

No setor das energias renováveis em contra ciclo com o segmento, em que se sentiu uma notória redução de atividade, a ENERGY SOLUTIONS registou um reforço da sua atividade na área da Microgeração, representando já 50% do volume de negócios desta área.

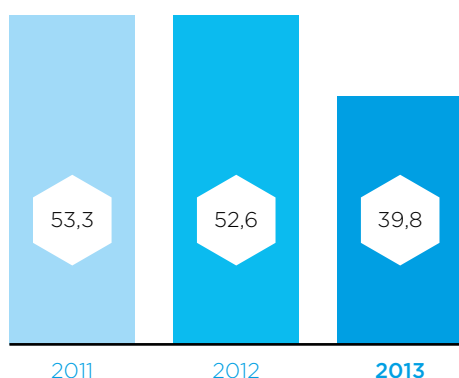
Em Moçambique, no segmento da eletricidade, a Electrotec continuou a desenvolver, em especial para o seu principal cliente EDM - Eletricidade de Moçambique, a sua atividade vocacionada para a construção e manutenção de infraestruturas de transporte e distribuição de energia elétrica em Alta, Média e Baixa Tensão, operando de forma abrangente em todo o território moçambicano, desde Niassa a Maputo. Apesar da atual situação de instabilidade que se sente no país desde meados de 2013, e que condiciona a circulação rodoviária entre o Sul e o Centro/Norte do país, a empresa consolidou a sua posição no mercado. Neste contexto a Electrotec protagonizou um desempenho que lhe permitiu assegurar um acréscimo no volume de negócios de 35% face ao exercício anterior, situando-se nos 9 milhões de euros (362 milhões de meticais).

A empresa continua associada a relevantes projetos, dos quais se destacam, pela importância: a eletrificação rural nas províncias de Niassa, Maputo e Manica para a OIA – Overseas Infrastructure Alliance (Índia) Private Limited; a eletrificação rural dos distritos de Balama e Namuno, na província de Niassa entre Metangula e Cóbue, e a construção de Redes de Média e Baixa Tensão em Maputo, Nampula, Nacala e Pemba para a EDM – Eletricidade de Moçambique.

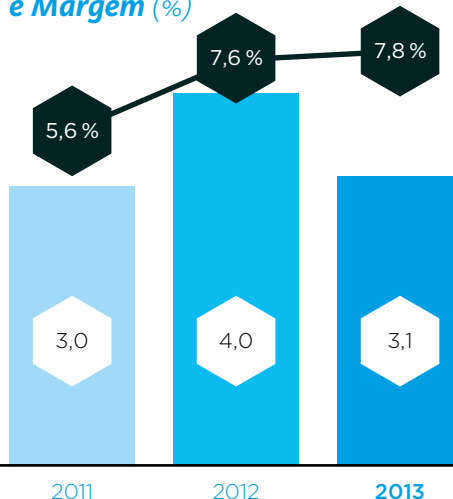
No setor do gás, a Visabeira, não obstante de se ter verificado, em 2013, um incremento na quantidade de trabalhos realizados, o volume de negócios decresceu 18%, fruto da redução generalizada dos preços praticados em cada novo contrato e da redução nos contratos com a Duriensegás. A Visabeira continuando a sua aposta na melhoria contínua e na excelência reforçou os programas de afinação operacional e melhoria da qualidade dos serviços prestados, o que lhe permitiu dar continuidade aos contratos com a Beiragás, Tagusgás e aumentar a sua carteira com novos contratos com a LisboaGás e EPAL.

Em Moçambique e no setor das águas, a Hidroáfrica, empresa especializada na construção de infraestruturas hidráulicas, opera em grande parte do território Moçambicano, sempre associada a importantes projetos dos quais se destaca: a construção do Centro de Demonstração e Treinamento em Aquacultura no Chókwè para o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura (INAQUA) do Ministério das Pescas; o projeto de reabilitação do regadio do Chókwè para a FUNAE; e a obra de eletrificação através da Mini-hídrica na localidade de Chiurairue para a FUNAE.

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)



Durante o ano de 2013, a Hidroáfrica manteve a sua carteira de clientes, nomeadamente Direção Nacional das Águas, Direção Nacional dos Serviços Agrários, Fipag, Ara-Sul, AIAS e Funae, acrescentando a este leque a Águas de Maputo. A sua dinâmica permitiu que em 2013 o seu volume de negócios atingisse os 5,4 milhões de euros (215 milhões de meticais).

CONSTRUÇÃO

A atividade de construção, durante o ano de 2013, apresentou dinâmicas geográficas muito diferentes. Em Portugal, apesar da recuperação de alguns indicadores, o setor mantém-se em terreno negativo e continua a verificar fortes descidas no volume de produção.

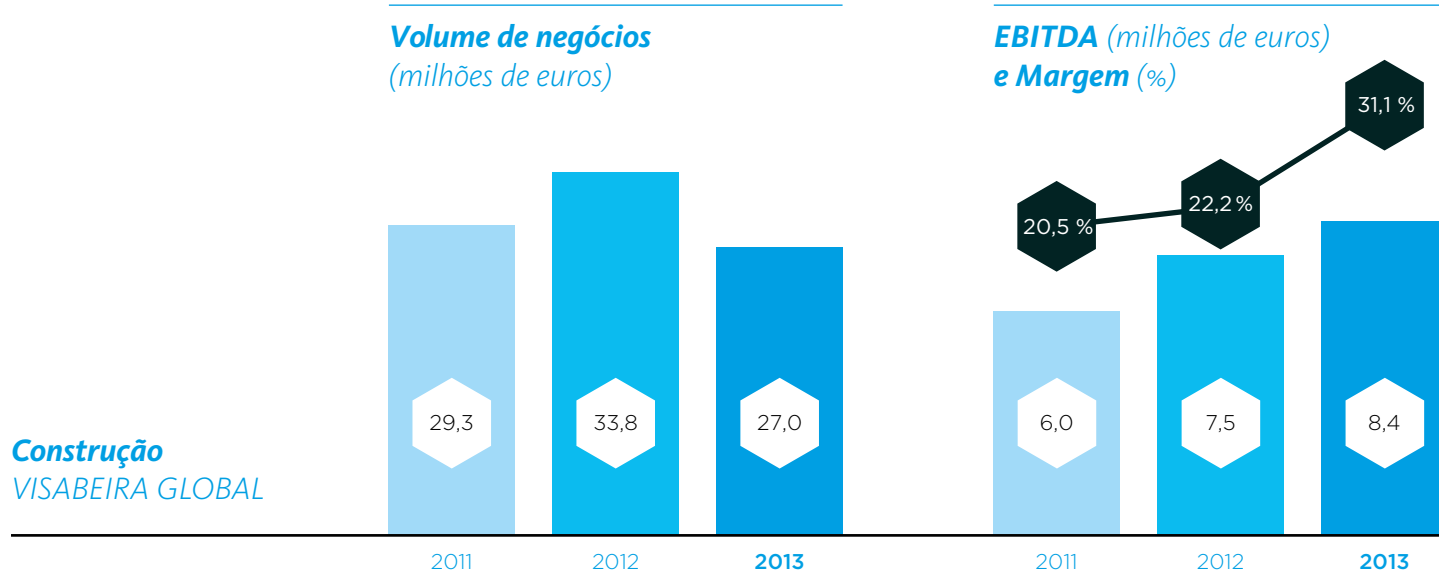
A dinâmica de construção no segmento residencial mantém-se estagnada, fruto do elevado stock de edifícios novos, cenário agravado ainda pela redução do volume de contratos de empreitada de obras públicas. Em alternativa à pouca vitalidade do setor e escassez de empreitadas existente no País, a Edivisa apostou no reforço da sua posição em mercados como Angola e Moçambique. Moçambique patenteia hoje dinâmicas muito positivas no setor de construção, muito influenciada pelos investimentos em curso na recuperação e construção de infraestruturas.

No que concerne ao mercado de Angola, o setor de construção mantém uma trajetória de crescimento acentuado, suportado na implementação de um programa de investimento público em infraestruturas e projetos de habitação em larga escala.

Em 2013, confirmando o acerto da estratégia implementada, o volume de negócios consolidado da Edivisa aumentou de 29,3 milhões de euros para 35,7 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 22%. Mantendo também a sua atividade no território nacional a Edivisa realizou a construção da nova unidade industrial em Aveiro para o importante projeto Ria Stone.

Na vertente internacional destacam-se os trabalhos em Moçambique, onde através da sua sucursal, Edivisa Moçambique, esteve envolvida em diversos projetos, dos quais se realça: o trabalho para as "Obras de emergência na Linha do Sena" com um valor global de 34 milhões de euros e o trabalho de "Aumento da Capacidade da Linha de Sena para 20MTPA" no valor de 162 milhões de euros, para os Caminhos de Ferro de Moçambique (C.F.M.). Ambos os projetos dentro de um consórcio com a Mota-Engil.

O ano de 2013 foi o ano de consolidação da Sogitel no mercado da construção em Moçambique, com destaque para a entrada da empresa no setor das obras públicas. Neste cenário são de referir obras como: a participação na reabilitação da rede de Regadio do Chókwè, com um valor de 6 milhões de euros (239 milhões de meticais) para a Direção Nacional dos Serviços Agrários (DNSA) dentro do Consórcio Hidroáfrica/Sogitel/Empecil/Insitu; também a construção dos maciços para torres de alta tensão na linha de 66kv entre o Zimpeto e a Costa do Sol, num valor de 936 mil euros (37 milhões de meticais); igualmente a construção de Unidade Metalomecânica em Nacala, num valor total de 7 milhões de euros (282 milhões de meticais) para Martifer AMAL; e ainda a construção de Centro de Demonstração e Treinamento em Aquacultura no Chókwè para o INAQUA (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura), obra no valor de 2,8 milhões de euros (112 milhões de meticais).





TVCABO
ANGOLA E MOÇAMBIQUE
FTTH - FIBRA ÓPTICA ATÉ CASA

Em 2013, a Visacasa, de forma a combater a diminuição de atividade no seu setor, apostou na valorização dos edifícios dos seus clientes apresentando soluções integradas. Com esta postura oferece aos seus clientes a redução de custos, o aumento da vida útil dos equipamentos e a melhoria de eficiência energética. Neste contexto angariou importantes novos clientes, dos quais se destacam: o MARL (manutenção de equipamentos e instalações do MARL), a Câmara Municipal de Oeiras (manutenção de Frio em mercados municipais), Instituto de Segurança Social (manutenção e assistência técnica de AVAC em 11 edifícios do ISS), EDP (manutenção de equipamentos AVAC em subestações) e Porto Salus (manutenção global de instalações).

Ao nível internacional, a Visacasa, expandiu a sua atividade de que é exemplo a instalação de um sistema de deteção e extinção de incêndios em Angola.

A empresa continuou a adotar várias medidas de racionalização de meios e de custos, registando um volume de negócios de 3,8 milhões de euros.

No cômputo geral o volume de negócios agregado, da área da construção da Visabeira Global, foi positivo, atingindo em 2013 os 27 milhões de euros.

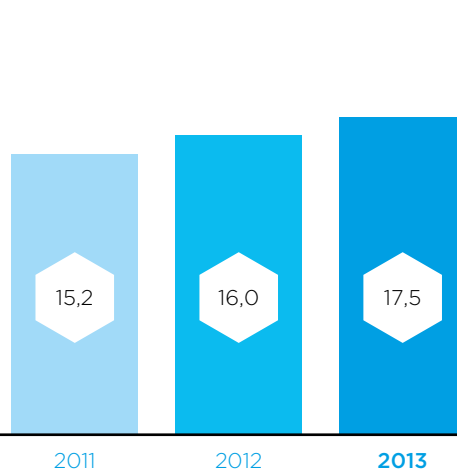
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O volume de negócios consolidado da área das TIC da Visabeira Global ascendeu a 17 milhões de euros, um aumento de 6% face ao ano anterior. Este desempenho positivo, apesar de uma redução no segmento da venda de equipamentos (área onde incidiu grande parte da poupança de investimento das empresas), foi alavancado pela performance da empresa no segmento da prestação de serviços que aumentou o peso no seu volume de negócios. Fruto deste novo mix de atividade, a margem EBITDA fixou-se nos 6,9%, que compara negativamente com 8,1% em 2012.

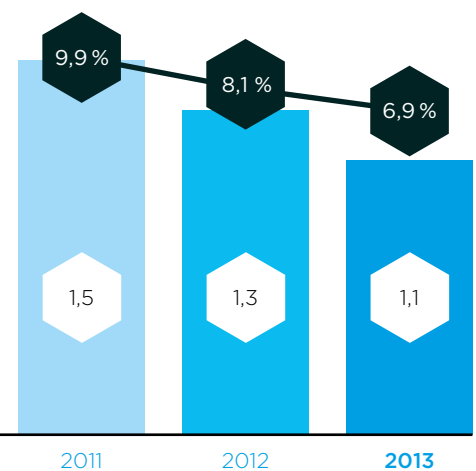
No que respeita à Real Life, e o contexto dos enormes desafios e das dificuldades sentidas na economia portuguesa, com impacto óbvio no setor das TIC, a empresa registou um crescimento do volume de negócios, ultrapassando no mercado doméstico os 17 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de perto de 3% quando comparado com 2012. No âmbito internacional da sua estratégia de crescimento, a Real Life Technologies desenvolveu projetos de TIC em várias geografias, destacando-se a presença em Moçambique, onde para além da sua atividade core, opera um centro de formação profissional certificada, a Real Life Advanced Technologies Academy, que no contexto das parcerias estabelecidas, contribui para o desenvolvimento tecnológico do país e do mercado de TIC onde se insere.

O ano de 2013 foi igualmente marcado por um elevado nível de certificação e de aquisição de competências, o que aliado a uma política continuada de valorização do cliente, à estratégia expansionista e ao enriquecimento do modelo de criação de valor, permitiu o crescimento da atividade e a melhoria da sua eficiência, registando-se um aumento do EBITDA na ordem dos 9%.

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)



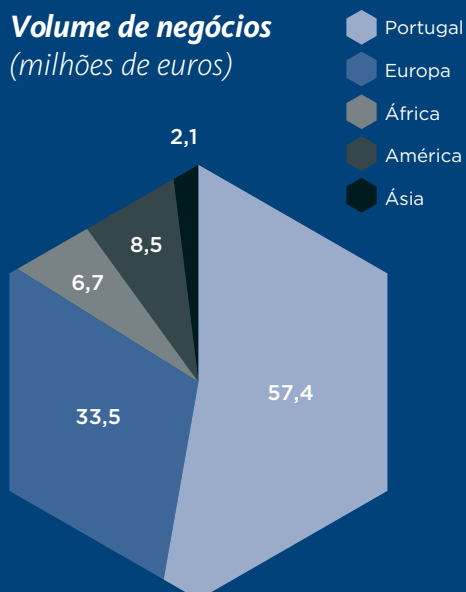


VISABEIRA INDÚSTRIA

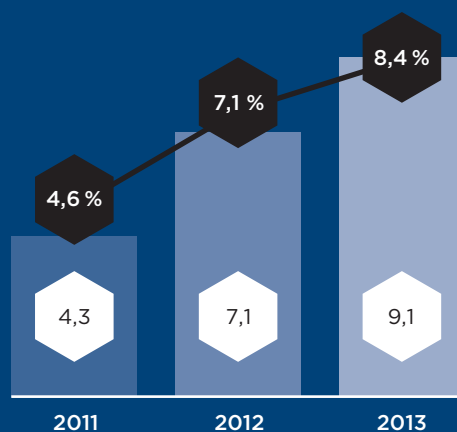
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	108,2	98,7	10%
EBITDA	9,1	7,1	29%
Margem EBITDA	8,4%	7,1%	1,3 p.p.
Resultado operacional	1,4	-0,4	436%
Margem operacional	1,3%	-0,4%	1,8 p.p.
Resultado líquido	-6,8	0,6	-1223%
Capex	24,9	4,8	418%
Dívida	68,7	83,9	-18%
Existências	38,9	36,5	6%
Ativos fixos (Incluindo goodwill)	197	178	11%

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)



CERÂMICA E CRISTALARIA

No contexto da conjuntura económica dos mercados externos durante o ano 2013, registou-se uma recuperação do consumo, o que permitiu um claro crescimento da procura, sobretudo ao nível dos produtos cerâmicos, alavancada pela aplicação da Europa das taxas anti dumping aos produtos cerâmicos provenientes da China.

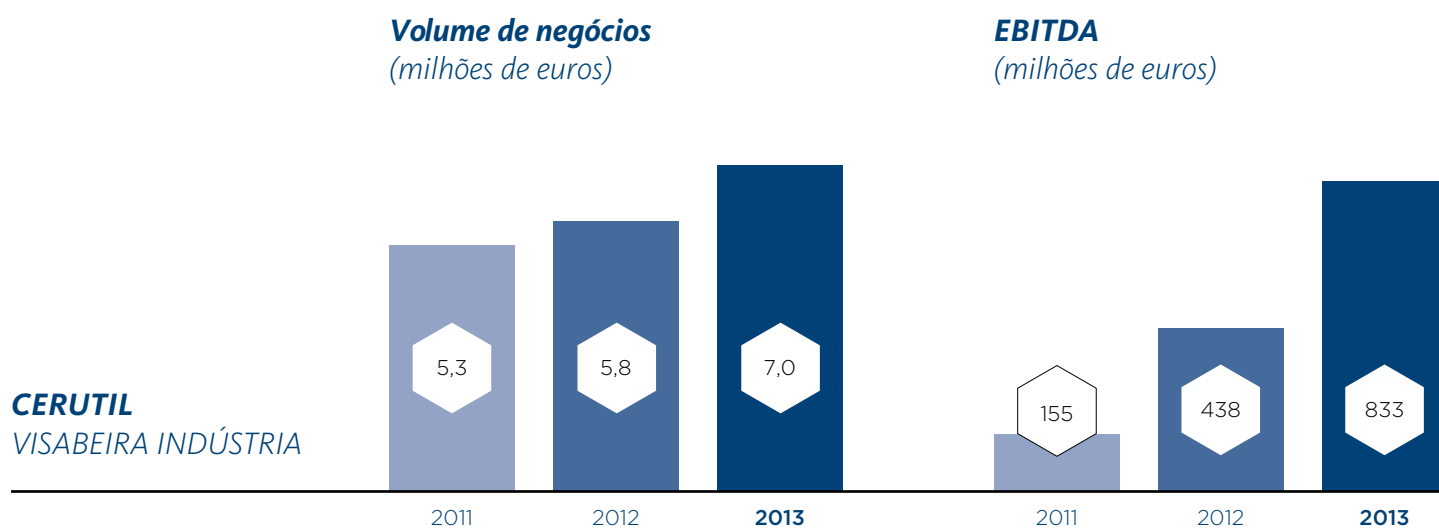
O volume de negócios dessa área atingiu os 64 milhões de euros, com um crescimento de 3,5% face ao período homologado e um EBITA de 3 milhões de euros.

Neste contexto, o exercício de 2013 foi um ano de crescimento orgânico para a Cerutil, que assume, no setor da indústria, um papel de destaque, com um volume de negócios de 7 milhões de euros, aumentando 21% comparativamente a 2012.

O mercado externo continua a ser a grande aposta da Cerutil, registe-se que cerca de 81% das vendas corresponde a mercados como: França, Itália, Inglaterra, Estados Unidos América e Alemanha. Destaque para os mercados Italiano e Inglês, onde as vendas aumentaram 105% e 179%, respetivamente.

A empresa continuou a marcar presença em feiras internacionais, a par das visitas periódicas aos mercados de destino, tendo sempre presente a penetração em novos mercados, a satisfação de novos clientes e a fidelização das relações com os atuais.

Com o objetivo de estimular o interesse dos seus clientes, a Cerutil desenvolveu novos produtos, novos modelos e novas decorações, de forma a reforçar e complementar o seu portefólio de produtos e coleções. Esta estratégia de colocação no mercado de produtos inovadores foi conseguida em paralelo com a redução de custos operacionais, como evidencia o aumento da margem EBITDA em 1 p.p. para os 9%, atingindo 648 mil euros. O bom desempenho de 2013 permitiu que o resultado líquido registasse um valor de 632 mil euros.



O Grupo Vista Alegre Atlantis atingiu, em 2013, um nível de faturação semelhante ao ano anterior, ou seja, 54 milhões de euros. A evolução foi diferenciada, consoante o negócio, tendo sido registado um comportamento positivo na área cerâmica e reduções nas vendas do segmento do vidro e cristal.

Apesar da conjuntura ainda muito desfavorável no mercado nacional, foi possível crescer 13%, o que denota um notável reforço da marca neste mercado, facto ao qual não é alheia a remodelação da maioria das lojas de retalho e o esforço de melhoria contínua do serviço ao cliente que é a imagem de marca das lojas Vista Alegre Atlantis.

Em termos internacionais, a aposta focou-se fortemente na mostra de produtos, por via da presença nas principais feiras do setor, quer na área do retalho, quer na área da hotelaria, onde se destacam a Maison&Objet, a Ambiente em Frankfurt, a ABUP em São Paulo, a Tabletop em NYC e muitas outras. Também se assistiu a um aumento de vendas de produto com marca própria em mercados não tradicionais, como a China, o Japão, a Colômbia e o México.



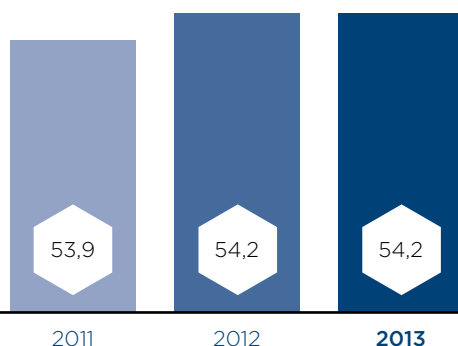
VISTA ALEGRE ATLANTIS
NOVAS LOJAS EM PARIS E PEQUIM

É de realçar a abertura de uma loja Vista Alegre Atlantis na China, em parceria com uma empresa local, localizada em Pequim, no You Yi Shopping City - Beijing Lufthansa Center, considerado como um dos mais prestigiados shoppings da cidade.

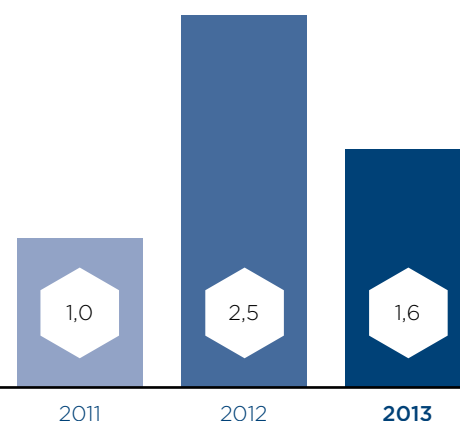
Em 2013, o lançamento de novos produtos foi extremamente inovador e arrojado, tendo-se lançado 4 coleções com a casa francesa Christian Lacroix, novas coleções com escultores contemporâneos e Gallery (com designers). A marca deu continuidade às coleções anteriores associada a nomes de referência grande visibilidade (PAC, 1+1=1, 2i, SEL, Aves de Portugal, entre outras). A ligação a artistas, designers e estilistas intensificou-se tendo dado origem a uma presença assídua em meios relacionados com design, decoração e lifestyle.

**VISTA ALEGRE
ATLANTIS**
VISABEIRA INDÚSTRIA

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA
(milhões de euros)



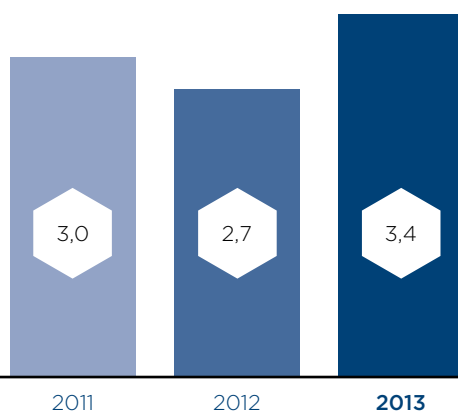
Para a empresa Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, o ano de 2013 foi caracterizado pelo aumento do volume de negócios, com a consolidação de antigos e angariação de novos clientes, oriundos de todos os mercados, principalmente dos EUA.

A atividade das Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, durante o ano de 2013, teve como principal objetivo a expansão do conceito e marca do artista Rafael Bordallo Pinheiro, através da inovação e criação de novas linhas de artigos que permitiu criar produtos de maior valor acrescentado.

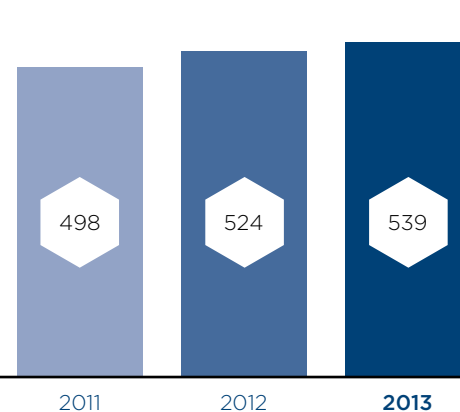
O volume de negócios registou um valor de 3,4 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 24% comparativamente a 2012. O mercado de agentes nacionais representa 40% das vendas, o que evidencia a importância do mercado intra e extra comunitário, que já representa 60% da atividade.

BORDALLO PINHEIRO
VISABEIRA INDÚSTRIA

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA
(milhares de euros)



A internacionalização continua a ser uma aposta da empresa, nomeadamente para países como EUA, Espanha, Dinamarca e Japão. O mercado extracomunitário continua a ser o mais representativo na faturação, representante 37% do total das vendas, de salientar que o mercado dos Estados Unidos da América representou cerca de 26%.

O EBITDA atingiu o valor de 539 mil euros, superior em 3% em relação ao valor de 2012, e o resultado operacional de 209 mil euros, superior em 4% face ao ano transato, evidenciando um desempenho bastante positivo, mesmo num período conturbado a todos os níveis. No que respeita aos principais indicadores financeiros, destacam-se a margem bruta que foi superior à de 2012, e a boa capacidade em gerar recursos, tendo os meios libertos líquidos apresentado um valor de 446 mil euros.

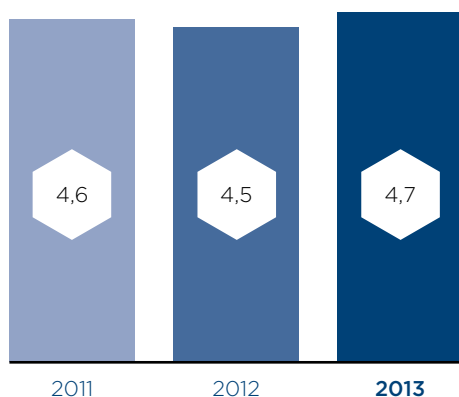
COZINHAS

Tem sido evidente que, nos últimos anos, o setor da construção civil tem experimentado um decréscimo de atividade, com repercussões diretas nas indústrias conexas, nomeadamente na indústria do mobiliário.

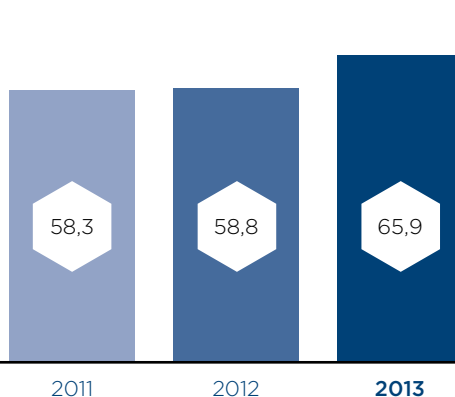
A MOB posiciona-se no seu mercado como fabricante de cozinhas especializado na conceção e produção de conceitos topo de gama, modernos e ergonómicos. A aposta no espaço, na estética e na funcionalidade, são alguns dos fatores distintivos que caracterizam a excelência das cozinhas MOB. Num esforço contínuo de aumentar a notoriedade e presença da marca MOB, a empresa, em 2013, continuou a investir noutros mercados como: Angola, com a abertura de uma loja no centro da cidade de Luanda; Emirados Árabes Unidos, participando no projeto ilha Saadiyat; Azerbaijão, abertura de um ponto de venda no centro da capital Baku; e, aumentando a sua presença em França, onde a empresa abriu uma loja no centro de Paris. Saliente-se que, com a estratégia de aumentar o número de pontos de venda, a MOB aproveitou a oportunidade para se lançar na comercialização de novos produtos, tais como roupeiros e móveis de banho, de forma a atingir outros nichos de mercado. Apesar da conjuntura adversa, a MOB consolidou em 2013 a sua posição de liderança no segmento de mobiliário de cozinha.

Nesta evolução a empresa registou um crescimento do seu volume de negócios de 6%, registando um valor de 4,7 milhões de euros. Mantendo-se em linha com a performance do ano anterior, o EBITDA registou um crescimento de 36%. A margem bruta alcançada reflete a dinâmica produtiva e comercial, que se refletiu num aumento de 7% em relação a 2012, atingindo os 2,8 milhões de euros.

Volume de negócios (milhões de euros)



Autonomia financeira (valores em percentagem)



MOB
VISABEIRA INDÚSTRIA

Relativamente à estrutura de custos, é de salientar o aumento dos CMVMC, passando de 1,8 milhões de euros em 2012 para 2,9 milhões. Em consequência do aumento dos proveitos, os resultados operacionais subiram atingindo, em 2013, o valor, mesmo assim negativo, de 487 mil euros.

Os indicadores financeiros refletem a manutenção de solvência dos compromissos a curto, médio e longo prazo, com a autonomia financeira a fixar-se nos 66%, a solvabilidade nos 204%.

BIOCOMBUSTÍVEIS E ENERGIA TÉRMICA

A Ambitermo é uma empresa empenhada no desenvolvimento e conceção de Caldeiras e Sistemas de Recuperação de Energia. A sua experiência, aliada à versatilidade, permite o projeto, fabrico e instalação de centrais térmicas e sistemas de produção de energia à medida das exigências dos clientes. Internacionalmente, a Ambitermo esteve presente num vasto conjunto de mercados, dos quais se destacam, pelo seu volume, o Reino Unido, na Europa, e no mercado africano Angola, Marrocos e Cabo Verde. Em Marrocos conta com a sua subsidiária Ambitermo Maroc - Chaudières Industrielles SARLAU. O mercado marroquino está em forte desenvolvimento e existem já boas perspetivas junto de importantes clientes, angariados sobretudo na área Industria agroalimentar.

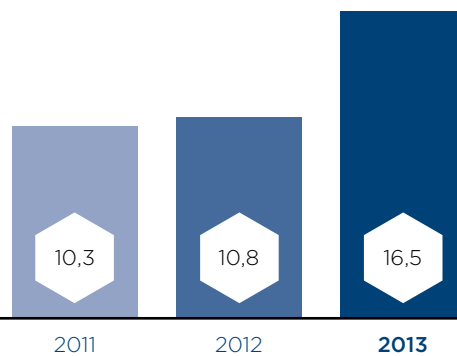
Em 2013 destaca-se a assinatura do contrato de fornecimento de uma central para queima de resíduos não recicláveis para Glasgow (Escócia), no valor de 8 milhões de euros, espera-se granjear reconhecimento no mercado do norte da europa, que permita crescer a dimensão internacional da empresa, nomeadamente em Milton Keynes (Inglaterra), onde está a ser negociado um contrato similar no valor de 5 milhões de euros.

O volume de negócios da Ambitermo, em 2013, atingiu um valor de 16,5 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 53% face ao montante alcançado em 2012. A excecional prestação no volume de negócios é marcada pelo decorrer da fase de maior volume de trabalho na obra da central de ciclo combinado para a Sonangol, Angola. O EBITDA atingiu o valor de 2,1 milhões de euros, superior em 163% em relação ao valor de 2012, e o resultado líquido 938 mil euros, superior em 44% ao do ano transato, evidenciando um desempenho bastante positivo. No que respeita aos principais indicadores financeiros, destacam-se a solvabilidade da empresa que foi de 50%, superior à de 2012, e a boa capacidade em gerar recursos, tendo os meios libertos líquidos apresentado um valor de 2,2 milhões de euros.

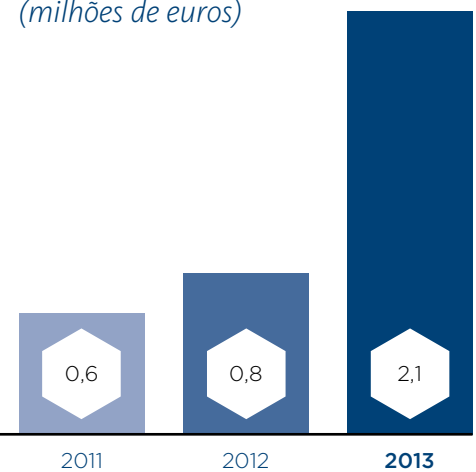
A Ambitermo prosseguirá assim a estratégia que lhe tem permitido ser reconhecida e recompensada pela excelência do trabalho desenvolvido, assegurando a fidelização e confiança dos seus clientes e fornecedores.

AMBITERMO
VISABEIRA INDÚSTRIA

Volume de negócios
(milhões de euros)



EBITDA
(milhões de euros)





BIOCOMBUSTÍVEIS
FÁBRICA DE PELLETS
EXPANSÃO DA UNIDADE FABRIL
E AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

A Pinewells é uma moderna unidade de produção de *pellets*, sediada na zona industrial de Arganil, equipada com a mais recente tecnologia, e que assegura um produto final de elevada qualidade, de acordo com as mais exigentes especificações dos clientes internacionais e da norma europeia ENPlus. O ano de 2013 foi caracterizado pela consolidação e crescimento do volume de negócios da Pinewells, com especial relevância para o crescimento verificado no setor do pellet doméstico, que representa cerca de 50% da sua faturação. O volume de negócios registou um acréscimo de 23,3% face ao exercício de 2012, tendo atingido 16,8 milhões de euros. O EBITDA cresceu 10% em relação ao ano passado e fixou-se em 2,4 milhões de euros. A margem EBITDA registou um crescimento de 41% face a 2012, passando de 7,4% para 10,4% em 2013.

Os resultados líquidos apresentaram um valor de 1,4 milhões de euros, o que se considera o culminar de um desempenho muito significativo face à atual conjuntura económica.

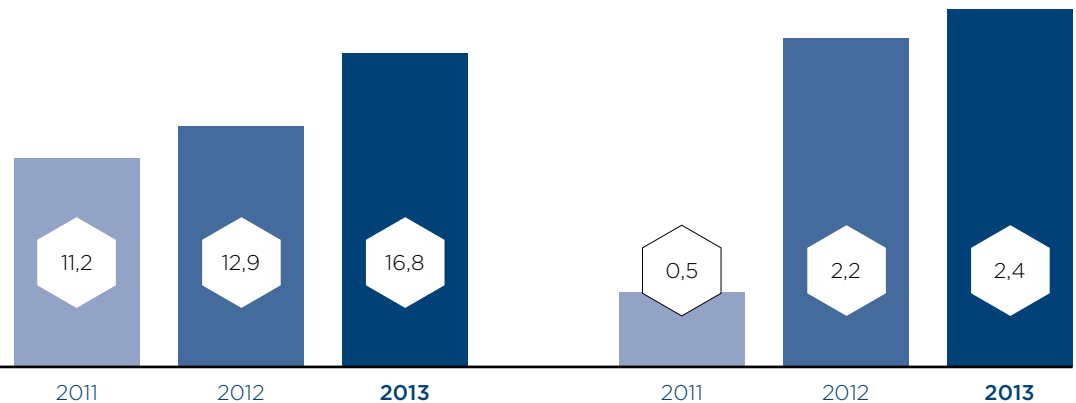
O total do ativo cresceu 9,4% em relação a 2012, tendo atingido os 20 milhões de euros. O total dos capitais próprios alcançou 6 milhões de euros, o que traduz um aumento de 22% em relação a 2012.

A empresa continua a apresentar uma solidez financeira robusta, com os principais indicadores a evidenciarem valores muito apreciáveis, com a autonomia financeira muito próxima dos 31,3% e o índice de solvabilidade nos 45,6%.

Volume de negócios (milhões de euros)

EBITDA (milhões de euros)

PINEWELLS
VISABEIRA INDÚSTRIA



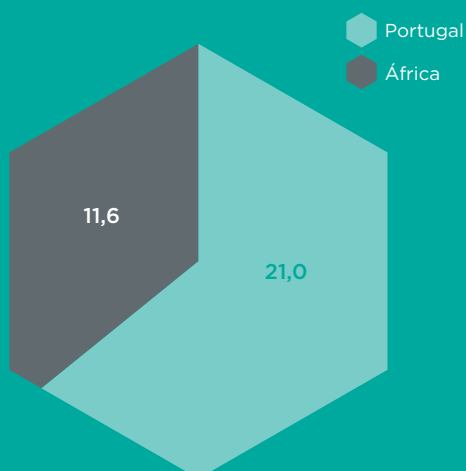


VISABEIRA TURISMO

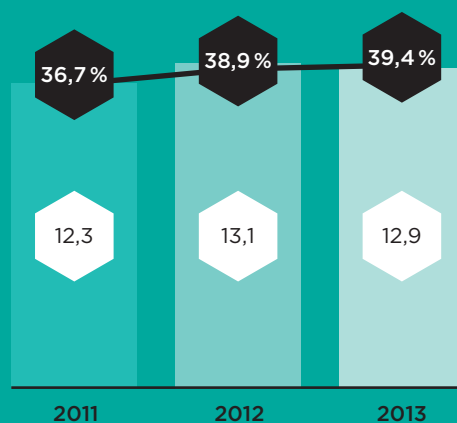
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	32,6	33,6	-3%
EBITDA	12,9	13,1	-2%
Margem EBITDA	39,4%	38,9%	0,6 p.p.
Resultado operacional	8,6	7,3	17%
Margem operacional	26,3%	21,8%	4,5 p.p.
Resultado líquido	5,6	1,8	211%
Capex	2,5	7,3	-65%
Dívida	36,2	41,2	-12%
Existências	1,5	1,3	14%
Ativos fixos (Incluindo <i>goodwill</i>)	126	126	0%

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)



A área do Turismo, acompanhando o clima de retração económica mundial e a forte redução atividade vivida no setor, diminuiu o volume de faturação em 3% face ao período homólogo, atingindo os 32,6 milhões de euros. Este abrandamento deveu-se à quebra generalizada do consumo no mercado nacional, já que o mercado externo (Moçambique) se manteve sensivelmente ao mesmo nível de 2012. O EBITDA situou-se nos 12,9 milhões de euros, sendo a Movida aquela que mais contribuiu com 8 milhões de euros.

HOTELARIA

Em Portugal, a cadeia Montebelo, com a oferta integrada de hotelaria, golfe, entretenimento, desporto, aventura, bem-estar e restauração integrada na empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo (ETMB), contribuiu para que, mesmo em clima de retração, se mantivesse a liderança no setor do turismo a nível regional. Este facto só foi possível através de uma preocupação constante na otimização dos circuitos produtivos dos seus vários centros de exploração, acompanhada por um esforço contínuo na gestão de recursos humanos e materiais, bem como da melhoria dos níveis de serviço. A aposta nos valores da qualidade e na capacidade de inovação mantiveram-se como fatores primordiais de competitividade e da rentabilidade do negócio.

Com o objetivo de abranger um maior número de mercados, o Montebelo apostou na participação em diversas feiras internacionais do setor, nomeadamente em Madrid (FITUR), Berlim (ITB), Londres (WTM) e Lisboa (BTL), a par da sua integração em várias missões empresariais e participação em *workshops* internacionais.

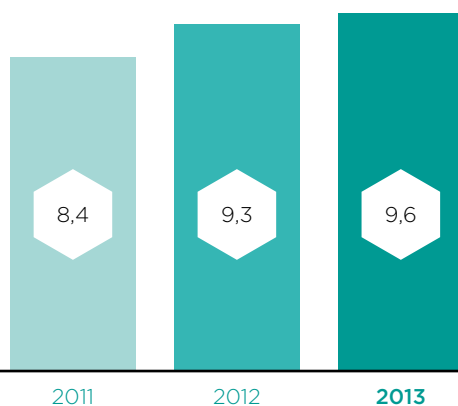
Facto incontornável a destacar foi a escolha do Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa como centro de estágio e treino de diversas equipas internacionais de canoagem, onde se destacam os atletas Fernando Pimenta e Emanuel Silva, entre os 26 atletas medalhados nos Jogos Olímpicos de Londres.

Em 2013, destacam-se igualmente pela intensa atividade que geraram: o Montebelo Viseu Hotel & Spa e o Hotel Casa da Ínsua, onde a realização de grandes eventos para os mais variados setores da economia, tais como: saúde (congressos e jornadas médicas), desportivo (estágios e reuniões), empresarial (reuniões de empresas de relevo), lazer e animação (concertos e tertúlias), contribuíram e muito para um bom desempenho em 2013.

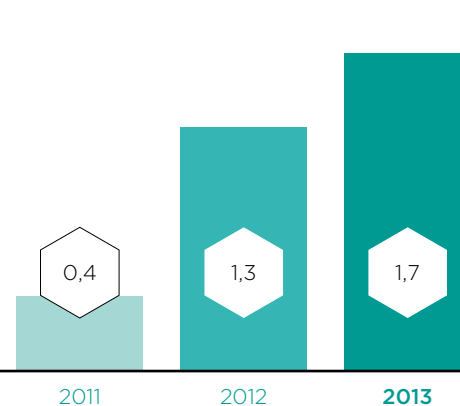
Nesta conformidade, a evolução favorável e a performance positiva do exercício está bem patente no crescimento do volume de negócios que se fixou nos 9,6 milhões de euros.

Este crescimento de atividade foi acompanhado pela contenção verificada ao nível dos custos operacionais, com a maioria das rubricas de custo a registarem descidas comparativamente ao período homólogo do ano anterior. O resultado operacional fixou-se nos 610 mil euros, e o EBITDA registou um valor de 1,7 milhões de euros. A empresa apresenta um rácio de autonomia financeira de 60% e a solvabilidade correspondente a um valor de 148%, números que continuam a manter-se em níveis muito confortáveis.

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)





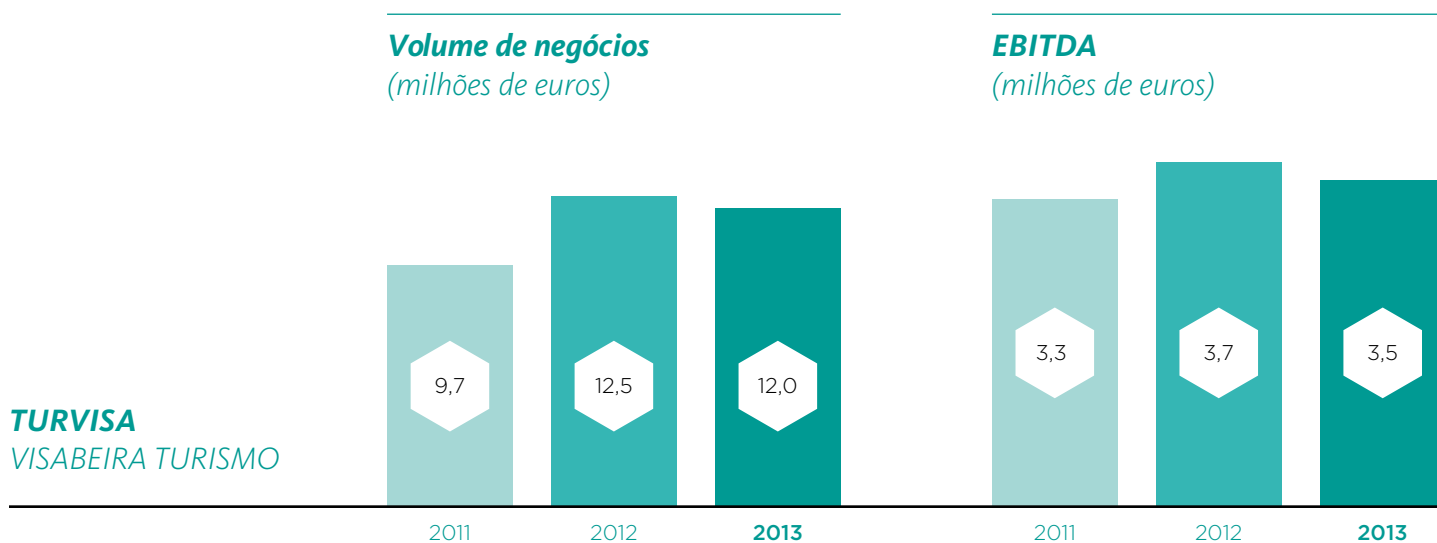
MONTEBELO AGUIEIRA
LAKE RESORT & SPA
BERÇO DE 26 MEDALHAS
NOS JOGOS OLÍMPICOS DE LONDRES

Em Moçambique, a Turvisa concentra todas as atividades do Grupo na área do Turismo, nomeadamente nos setores de hotelaria e de restauração. Pontificam o Girassol Indy Congress Hotel & Spa e o Girassol Bahia Hotel, ambos localizados na cidade de Maputo, o Girassol Lichinga Hotel em Lichinga, o Girassol Nampula Hotel em Nampula, o Girassol Gorongosa Lodge & Safari, que está integrado no Parque Nacional da Gorongosa, e a mais recente unidade, o Girassol Songo, na Barragem de Cahora Bassa, localizada no Songo, assim como o Restaurante Rodízio Real, que continua a ser um dos restaurantes líderes em Maputo.

A expansão geográfica das suas unidades e melhoria dos seus serviços foi reconhecida pela KPMG (empresa provedora de serviços de Auditoria, Fiscalidade e Consultoria em Moçambique) que considerou a Turvisa uma das 100 maiores empresas a operar em Moçambique, atribuindo-lhe uma menção honrosa, fruto da liderança que a empresa mantém, em termos de volume de negócio, no estratégico setor de alimentação e bebidas. Este posicionamento catapultou a marca para uma posição de grande destaque, no cada vez mais dinâmico mercado de Moçambique.

O bom desempenho da Turvisa em 2013 traduziu-se num volume de negócios, que se fixou nos 12 milhões de euros (478,7 milhões de meticaís).

O crescimento da atividade e a melhoria da sua eficiência operacional, contribuíram decisivamente para a boa performance dos resultados operacionais, que se fixaram nos 2 milhões de euros (79 milhões de meticaís) e para um EBITDA de 3,5 milhões de euros (132 milhões de meticaís), resultando numa significativa margem EBITDA de 28,6%.



RESTAURAÇÃO

No segmento da restauração, a Ródia agrega a maior parte das unidades deste setor da Visabeira Turismo.

Esta empresa oferece, através das suas unidades de negócio, conceitos e ofertas gastronómicas muito variadas, que incluem, entre outros, para além da cozinha regional, o rodízio à brasileira, a cozinha internacional, os pratos típicos de cervejaria, o frango à moda da Guia, o leitão à moda da Bairrada, menus temáticos e a pastelaria com fabrico próprio.

A conjuntura económica de 2013 continuou a ter um impacto negativo nos negócios da restauração, obrigando a inovar quer pela revisão e criação de novas cartas para os restaurantes, quer pela promoção de eventos temáticos, levando a que o volume de negócios se cifrasse num valor de 2,5 milhões de euros.

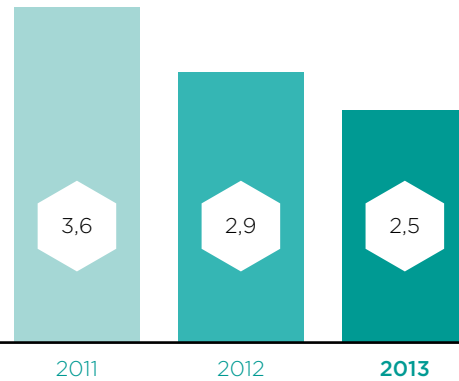


ZAMBEZE RESTAURANTE
CAPITAL DA GASTRONOMIA
PORTUGUESA E MOÇAMBICANA
AMPLIAÇÃO E ABERTURA DE NOVOS ESPAÇOS

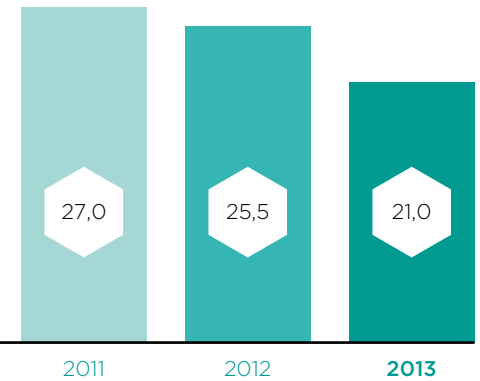
A empresa procurou manter uma preocupação na contenção da sua estrutura de custos, verificando-se no geral uma diminuição, o que permitiu uma melhoria significativa dos resultados operacionais que, apesar de negativos, recuperaram cerca de 41%.

RÓDIA VISABEIRA TURISMO

Volume de negócios (milhões de euros)



Autonomia financeira (valores em percentagem)



SERVIÇOS

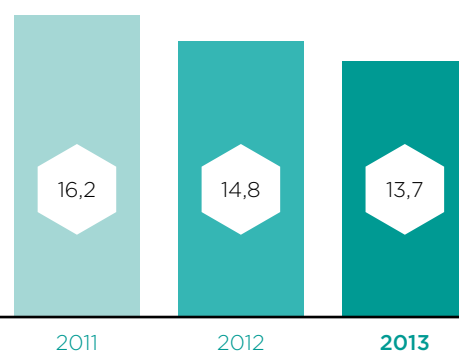
A Movida, com o intuito de consolidar a notoriedade do Palácio do Gelo Shopping, continuou a pautar a sua atividade pela inovação e diferenciação na oferta e pelo rigor a nível dos serviços prestados, através do desenvolvimento de várias campanhas de *marketing*.

O bom desempenho registado por alguns dos lojistas que, apesar da retração sentida no setor, conseguiram aumentar o volume das suas vendas, contribuiu para que o volume de negócios da Movida se cifrasse nos 13,7 milhões de euros, mesmo assim um pouco abaixo do ano transato. Apesar deste decréscimo, a empresa apresenta um resultado operacional de 3,5 milhões de euros.

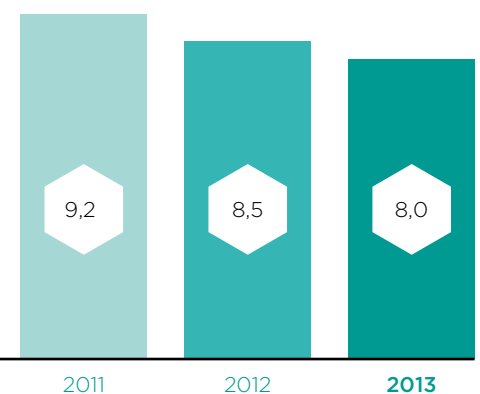
O EBITDA registou um valor muito próximo dos 8 milhões de euros, sendo a respetiva margem de 55%. A nível da estrutura financeira, destaca-se a manutenção dos principais indicadores de curto e médio prazo, demonstrando assim a consolidação financeira da empresa, registando uma autonomia financeira de 38% e uma solvabilidade de 60%.

MOVIDA VISABEIRA TURISMO

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros)



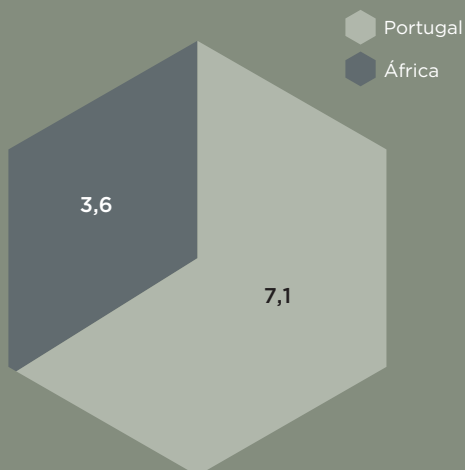


VISABEIRA IMOBILIÁRIA

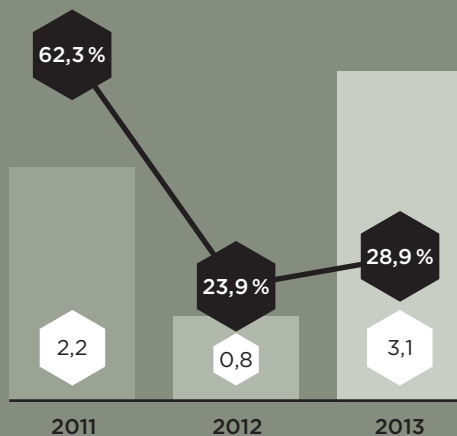
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	10,7	3,3	224%
EBITDA	3,1	0,8	290%
Margem EBITDA	28,9%	23,9%	4,9 p.p.
Resultado operacional	5,3	0,6	726%
Margem operacional	49,3%	19,3%	30,0 p.p.
Resultado líquido	0,7	-1,5	145%
Capex	0,2	0,1	59%
Dívida	22,3	38,3	-42%
Existências	86,0	83,4	3%
Ativos fixos (Incluindo goodwill)	4,1	4,3	-4%

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)

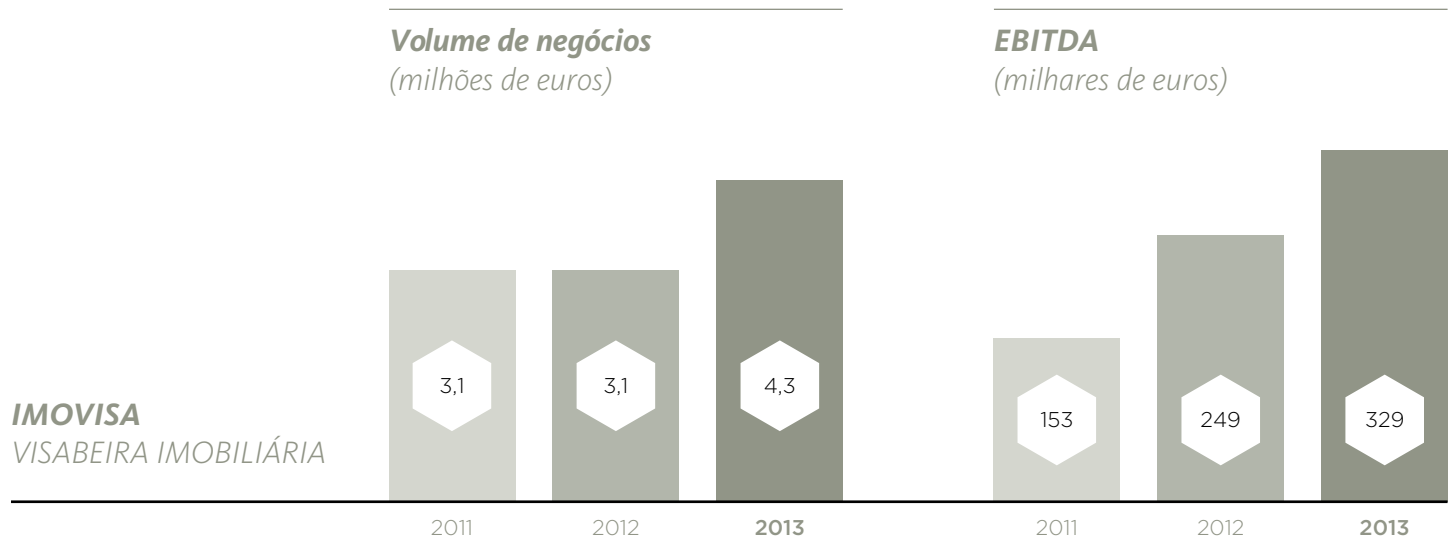


O mercado da habitação é hoje um sistema complexo que exige a compreensão dos mecanismos de funcionamento por parte dos principais intervenientes. O cenário de desmotivação do setor e do público-alvo, que assenta numa classe média, média/alta, que atravessa atualmente sérias dificuldades económicas, financeiras e com grande instabilidade profissional, influencia negativamente o interesse pela aquisição de habitação própria. De forma a contrariar esta tendência do mercado, a Visabeira Imobiliária continua a apostar em estratégias alternativas à simples venda de imóveis, passando também pelas permutas e arrendamento de imóveis.

A Imovisa é uma empresa especializada na prestação de serviços, contemplando no âmbito da sua atividade a gestão e intermediação imobiliária, a higiene de instalações e a reabilitação e manutenção de imóveis.

Entre os seus principais clientes destacam-se: Banco de Moçambique, Mozal, TDM, Standard Bank, Visabeira Moçambique, Turvisa e TVCABO.

De forma a adequar a estrutura da empresa às solicitações do mercado, nomeadamente no segmento industrial para o grande cliente Mozal, registou-se em 2013 um forte crescimento do número de colaboradores que passaram de 545 em 2012 para 632 em 2013.



Mesmo assim, em 2013, assistiu-se a uma ligeira diminuição do volume negócios da empresa que apresentou um valor considerável ultrapassando os 4,3 milhões de euros (171,8 milhões de meticais). Por outro lado, e em resultado dos esforços de eficiência operacional que a Imovisa levou a efeito, foi possível a redução do custo dos fornecimentos e serviços externos, permitindo que o resultado operacional aumentasse e se situasse nos 74 mil euros (2,9 milhões de meticais). O EBITDA apresentou uma melhoria substancial de 32%, uma vez que passou dos 249 mil Euros (9,9 milhões de meticais) em 2012 para os 329 mil euros (13,1 milhões de meticais) em 2013.

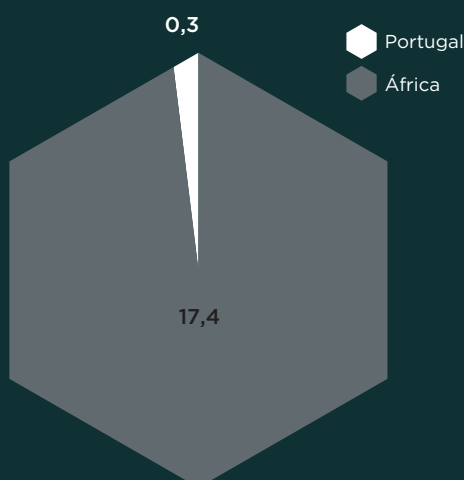


VISABEIRA PARTICIPAÇÕES

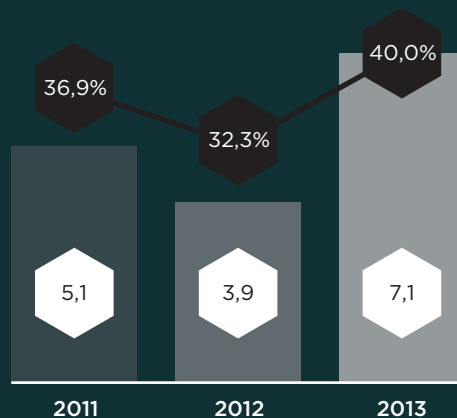
Volume de negócios consolidado (valores em milhões de euros)

	2013	2012	Var YoY
Volume de negócios	17,8	12,2	45%
EBITDA	7,1	3,9	83%
Margem EBITDA	40,0%	32,3%	7,7 p.p.
Resultado operacional	10,1	3,2	217%
Margem operacional	57,0%	26,2%	30,8 p.p.
Resultado líquido	-11,0	-21,4	49%
Capex	2,4	1,3	84%
Dívida	465	417	12%
Existências	5,6	3,5	61%
Ativos fixos (Incluindo goodwill)	28,8	26,7	8%

Volume de negócios (milhões de euros)



EBITDA (milhões de euros) e Margem (%)

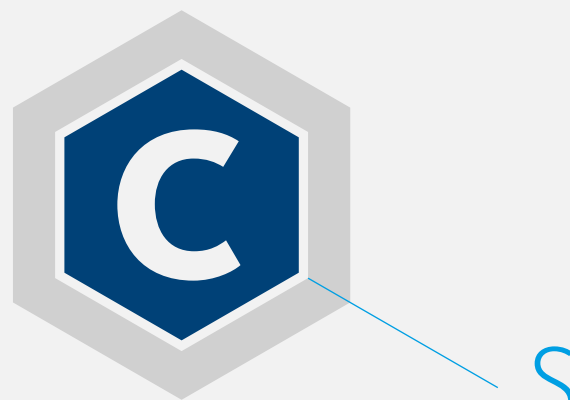


A Visabeira Participações Financeiras incorpora as atividades de *trading* e os serviços partilhados do Grupo, e engloba as participações financeiras minoritárias, com destaque para as cotadas Portugal Telecom, Zon Multimédia e EDP.

Os novos desafios da globalização impõem às empresas novos modelos de gestão, levando à procura de novas estratégias, novos negócios e à adaptação dos seus processos e operações.

Nesse sentido, deu-se início a alguns processos de fusão entre empresas do Grupo, de forma a aumentar o foco na qualidade dos serviços prestados pelas suas participadas.

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE



Investigação e desenvolvimento

Nos dias de hoje as empresas não podem estagnar, têm de evoluir diariamente para se manterem competitivas. É neste contexto que, para prosperar nos mercados onde atua, o Grupo Visabeira tem a necessidade de uma busca constante pela inovação. O Grupo Visabeira assume como pilares fundamentais da sua atuação a criatividade, a inovação, a investigação, a competitividade, o dinamismo e a ambição. Estes valores alicerçam o seu posicionamento, e norteiam a atuação de todos os profissionais da organização.

Os objetivos das empresas da esfera do Grupo Visabeira centram-se na expansão da sua atividade através da internacionalização, tanto em novos mercados como em segmentos de mercados tradicionais mas de maior valor acrescentado, requerendo para o efeito a adoção de novos processos ou produtos num contexto alargado de inovação, que se traduzem em novas formas organizativas de funcionamento, que garantirão ao Grupo Visabeira uma acrescida competitividade. Foi neste sentido que, durante o ano de 2013, se desenvolveram projetos de investigação e desenvolvimento, maioritariamente nas empresas que atuam nas áreas das tecnologias de informação, indústria, e turismo, alocando equipamentos e recursos e realizando parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico, sempre na procura pela inovação. No ano 2013 a empresa manteve a sua orientação para o desenvolvimento de novos projetos inovadores e tecnológicos, e ao mesmo tempo garantiu a continuidade dos projetos iniciados no ano anterior.

TECNOLOGIAS E TELECOMUNICAÇÕES

Se há setor que genericamente se apresenta em evolução constante é sem dúvida o das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Sendo de aplicação transversal a todas as empresas, é portanto o setor que aposta na agilização de processos e da operação. Surge então o Business Intelligence (BI) – um processo produtivo que assenta no tratamento da informação com vista ao conhecimento – como um dos projetos que tem vindo a ser desenvolvido durante o ano de 2013 pela Visabeira Digital. Em todas as organizações, planear, gerir, controlar e distribuir corretamente a informação é um fator crítico de sucesso e é neste contexto que o business intelligence se apresenta. O principal objetivo consiste em integrar os fluxos de gestão de processos, normalmente ligados aos sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) da empresa, aos de informações, normalmente suportados por dados históricos gerenciados por ferramentas de extração de informação. Ou seja, envolve a utilização de produtos e soluções desenvolvidos com tecnologia analítica de ponta, que permite transformar dados armazenados e bases de dados, em informações que auxiliam os diversos níveis de uma empresa na tomada de decisão. O Business Intelligence tem como seu principal produto a inteligência, isto é, a transformação de dados em informações, após serem analisadas ou inseridas em determinado ambiente. Após estas informações serem transformadas e aplicadas a um ou mais processos de decisão, elas geram vantagens competitivas para a organização, possibilitando acompanhar todo o tipo de informação em tempo real, permitindo assim uma rápida e adequada tomada de decisão.

TURISMO, ENTRETENIMENTO E LAZER

No setor do turismo destaca-se a empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo (ETMB) pela criação de um campo experimental de cardo, em parceria com a Escola Superior Agrária de Viseu e a APPACDM, cujo objetivo foi verificar que tipos de queijo é possível obter recorrendo a diferentes ecótipos de cardo. Este projeto foi criado no âmbito da produção de queijos Casa da Ínsua, tendo sido iniciado em 2012, e agora concluído no decurso do ano de 2013.

INDÚSTRIA

No que respeita à área da indústria, dá-se destaque à empresa Ambitermo que, tendo concluído com sucesso os dois projetos de investigação e desenvolvimento (I&D) iniciados em 2012 – Central de Ciclo Combinado e Caldeira de Recuperação de Gases de Inceneração, – iniciou em 2013 um novo ciclo de projetos de I&D. Os calendários destes dois projetos (desenvolvidos em 2012) foram seguidos sem desvios significativos, o que permitiu alcançar os principais resultados esperados dentro dos prazos previstos, pelo que no final de 2012 ambos os projetos encontravam-se assim na sua fase final, preparando-se para entrar em comercialização, o que aconteceu já em 2013.

Durante o ano de 2013, decorrente da integração da Ambitermo num consórcio internacional, que lhe permitiu ganhar um concurso de fornecimento de solução chave-na-mão para uma Central de Incineração de Lixos Recicláveis, para a Escócia, na qual a empresa será a fornecedora das Caldeiras, a aposta na investigação e desenvolvimento permaneceu uma constante. Este ano de 2013 ficou marcado assim por uma intensa atividade de I&D decorrente deste novo desafio, visto tratar-se do desenvolvimento e fornecimento de equipamentos de grande dimensão (acima das 30 toneladas) de caldeiraria, de sistemas de recuperação de calor, incineradores de queima e reservatórios/tanques. São produtos que, pela sua complexidade técnica em termos de termodinâmica dos fluidos térmicos, de dimensão conceptual, de projeto e engenharia e também de fabrico, implicam um intenso trabalho de pesquisa, inovação e de novas ferramentas de desenho e projeto.

Este projeto de I&D tem por estratégia produzir novas soluções de caldeiraria e soluções térmicas industriais e para cogeração, visando o alcance de novos mercados geográficos e setoriais. É deste modo importante para a empresa o seu posicionamento internacional como importante *player* no setor das caldeiras para centrais de incineração de lixos não recicláveis, com dimensão acima das 200 toneladas. Também no setor da indústria, destaca-se a Cerutil com um projeto de desenvolvimento de um sistema robotizado de apoio à vidragem das peças, pela substituição do processo que anteriormente era manual, pela automatização. Este projeto pretendeu otimizar o processo de vidragem das peças fabricadas pela Cerutil, agilizando e racionalizando o processo produtivo e permitindo realocar os recursos humanos para outras tarefas. Neste projeto, em particular através da diminuição dos tempos de produção, foi possível aumentar o número diário de peças produzidas, diminuindo ao mesmo tempo os custos de produção com a realocação de recursos para outras áreas de produção da empresa que se encontravam deficitárias. Na Vista Alegre Atlantis, foi dada continuidade ao projeto High Class Hotelware (HCH) iniciado em 2011 e com fim previsto apenas em Fevereiro de 2014. Este projeto de investigação e desenvolvimento promovido pelo consórcio constituído pelas empresas Vista Alegre Atlantis (VAA) e Mota II Soluções Cerâmicas (MSC), tem como objetivo a criação de uma nova linha de produtos de porcelana para o setor da hotelaria, com base numa pasta e num vidrado significativamente melhorados. Este processo vai conferir maior resistência mecânica e maior resistência ao risco e ao *metal marking*, face aos produtos atualmente existentes, mantendo os preços competitivos. Adicionalmente, este projeto prevê a redução da incorporação energética associada ao processo produtivo levando a uma redução de custos. Durante o ano de 2013 destaca-se a conclusão das fases de estudos preliminares, definição das características técnicas do produto, e de desenvolvimento do processo produtivo, estando o projeto, no final do ano, na fase de desenvolvimento de protótipos de pasta e de vidrado e de realização de testes, definição de preços target de promoção e divulgação. Espera-se com este projeto a obtenção de um produto standard de características inovadoras – aumento da resistência ao impacto no bordo, da resistência ao risco, da resistência aos detergentes e da resistência aos ataques ácidos – com uma redução significativa do consumo energético. Este projeto tem duração prevista até Fevereiro de 2014, onde se espera a comercialização efetiva da linha de produtos em causa.

Também na Vista Alegre Atlantis, mas desta vez no cristal, destaca-se o projeto Nobly Decorated Crystal (Nobledec), cujo principal objetivo é o desenvolvimento de uma nova linha de produtos de cristal de elevado valor acrescentado, decorados com metais nobres (com destaque para o ouro), através da pesquisa e desenvolvimento de novos materiais com recurso a novas técnicas de decoração (e.g., técnicas de cozedura: irradiação por feixe laser ou aquecimento local por correntes induzidas e técnicas para aplicação dos materiais decorativos por spray). Esta nova linha destina-se aos setores utilizadores de garrafas, frascos e embalagens de luxo (nomeadamente, os setores das bebidas de elevado teor alcoólico, perfumaria, decoração, entre outros). O Nobledec não poderia existir sem a parceria de entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), designadamente do Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos da Universidade de Aveiro (UA/CICECO) e do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN). Durante o ano de 2013 tiveram lugar as fases de investigação e análise preliminares das características técnicas do produto, bem como o desenvolvimento de protótipos para a realização de testes e ensaios. A empresa tem uma expectativa de grandes avanços tecnológicos que este possa alocar na sua linha de produção. Prevê-se a sua conclusão até Junho de 2015.

Sistemas de informação

Sendo o SAP o ERP do Grupo Visabeira que suporta, entre outros, os processos dos serviços partilhados continuou-se a apostar nesta ferramenta para suportar o tratamento mais eficiente da informação, com o objetivo da otimização dos recursos e da utilização das melhores práticas na execução dos processos. Durante o ano de 2013 ocorreram diversas alterações fiscais/ financeiras e também na área de recursos humanos, tendo os sistemas de informação que dar resposta a todos estes novos requisitos.

O Business Intelligence e outras ferramentas de apoio à análise e decisão continuam, ano após ano, a serem áreas de enfoque. Continuou-se também a trabalhar no desenvolvimento do *e-commerce* com vista a aumentar a base de clientes e o volume de vendas, em particular nos mercados externos.

O crescimento do volume de negócios das TVCABO Angola/ Moçambique foi acompanhado pela revisão estratégica dos respetivos sistemas de informação. Iniciou-se o projeto de implementação de uma nova solução - Altitude Software - para o Centro de Contactos das TVCABO, com o objetivo de melhorar o serviço de atendimento ao cliente, através da adição unificada de novos canais de comunicação, bem como, dar um maior suporte à operacionalidade das TVCABO.

A atual solução de *billing* das TVCABO não dá resposta às necessidades de crescimento, nem apresenta a flexibilidade que o negócio e a concorrência exigem, pelo que, durante o último semestre de 2013, fez-se um estudo com o objetivo de encontrar a melhor solução, capaz de responder aos requisitos destas duas empresas. Chegou-se assim ao SAP BRIM (Billing Revenue Innovation Management), um software abrangente, que suporta os processos de gestão do cliente (CRM), cobrança e faturação, e serviços pré e pós-pago. O projeto, de implementação desta solução, altamente crítico para o negócio, arrancará no início de 2014.

Ambiente, qualidade e segurança

O crescimento mundial, associado ao avanço tecnológico e ao aumento da esperança de vida do ser humano, provocaram uma mudança no conceito de desenvolvimento industrial. Esta mudança tem vindo a exigir que as empresas alarguem o paradigma de gestão dos seus negócios, não se limitando apenas à focalização nos produtos e serviços prestados, mas também ao bem-estar dos seus colaboradores, proporcionando-lhes condições de trabalho em ambiente seguro. As práticas laborais no Grupo Visabeira orientam-se pela legislação portuguesa e dos países onde desenvolve as suas atividades e têm igualmente por base os princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Enquanto entidade empregadora, o Grupo está consciente que contribui para um dos objetivos da sociedade mais amplamente aceites, nomeadamente a melhoria dos níveis de vida através do pleno emprego, da segurança no emprego e do trabalho digno. Por outro lado, a gestão ambiental tem vindo a ser uma preocupação crescente no planeamento das atividades do Grupo. A avaliação dos aspetos ambientais e o cálculo dos respetivos impactes ambientais introduzidos no meio ambiente é uma atividade contínua, que visa determinar medidas efetivas de minimização dos impactes e que determina um conjunto de parâmetros a serem monitorizados. A minimização dos impactes ambientais e o envolvimento de todos os colaboradores, internos e externos, tem sido fundamental na promoção da difusão de uma maior responsabilidade ambiental no seio do Grupo. Desta forma, o compromisso assumido pelo Grupo Visabeira, em 2012, com a sua adesão ao Global Compact das Nações Unidas, foi renovado e reforçado em 2013 com a elaboração do seu primeiro relatório de Comunicação de Progresso (COP). Com este relatório, o Grupo Visabeira reafirma o seu compromisso em continuar a fazer do Pacto Global e dos seus princípios parte da estratégia, da cultura e das operações diárias da organização, empreendendo esforços para divulgar publicamente este compromisso junto dos seus funcionários, parceiros, clientes e público em geral.

AMBIENTE, QUALIDADE E SEGURANÇA

O Grupo Visabeira define o Ambiente, a Qualidade e a Segurança como objetivos permanentes e prioritários. Uma gestão adequada das três componentes dentro da empresa consolida esta política para assegurar o maior grau de satisfação dos seus *stakeholders*. Com a sua Política de Ambiente, Qualidade e Segurança, divulgada junto dos seus principais *stakeholders*, o Grupo Visabeira compromete-se a tomar medidas e a desenvolver as ações necessárias para:

- Cumprir a legislação aplicável à atividade das empresas, os requisitos dos clientes e a regulamentação relativa aos serviços prestados;
- Cumprir os procedimentos de ambiente, qualidade e segurança estabelecidos pela empresa, de forma a prevenir a poluição, as falhas técnicas, os acidentes e as doenças profissionais;
- Promover a melhoria contínua do sistema de gestão de ambiente, qualidade e segurança de forma a assegurar a satisfação dos *stakeholders*;
- Estabelecer e rever periodicamente os objetivos e metas do ambiente, da qualidade e da segurança;
- Planear a prevenção, integrando a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
- Formar, informar e envolver todos os colaboradores na gestão e desenvolvimento do sistema de gestão de ambiente, qualidade e segurança;
- Prevenir e minimizar os acidentes de natureza ambiental;
- Assegurar a proteção de todos os trabalhadores, prestadores de serviços e terceiros, que direta ou indiretamente possam ser afetados pelas nossas atividades;
- Identificar e minimizar riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, das instalações e dos locais de trabalho;
- Promover a comunicação e colaboração com as partes interessadas;
- Divulgar e fazer cumprir a presente Política pelos Prestadores de Serviços.

A MELHORIA CONTÍNUA EM 2013

Na sequência das linhas de orientação definidas na Política de Ambiente, Qualidade e Segurança, em 2013 foram desenvolvidas e implementadas várias ações de melhoria no âmbito dos sistemas de gestão, das quais destacam as seguintes:

- Desenvolvimento e realização de um curso de “Passaporte de Ambiente”, com o objetivo de desenvolver um mecanismo que permita dotar os colaboradores, que intervêm nas atividades de construção/manutenção de redes de energia, dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais para um desempenho ambiental adequado e fomentar o lema “Cuidar Hoje a Pensar no Amanhã”;
- Dotar as equipas de meios de primeira intervenção para atuarem em cenário de emergência, através da distribuição de kits ambientais com absorvente, bacia de retenção e meios de contentorização para resíduos provenientes de acidente ambiental. O objetivo é que as equipas intervenham logo na fase inicial do acidente de forma a minimizar os impactes ambientais originados;
- Realização de exercícios simulados de acidente de natureza ambiental, no sentido de melhorar a capacidade de resposta e testar os meios de atuação em situações de emergência ambiental;
- Realização de uma auditoria energética à frota das empresas Viatel e Visabeira. Esta auditoria foi realizada de acordo com o Regulamento de Gestão do Consumo de Energia para o setor dos transportes e teve como objetivo quantificar os consumos de energia da frota, identificar o potencial de redução dos mesmos e, consequentemente, reduzir a fatura energética;
- Forte aposta na formação na área da segurança. Em 2013, foram realizadas 388 ações de formação, que envolveram 3485 colaboradores. Das ações realizadas, destaca-se a temática dos trabalhos em altura onde foram desenvolvidas 252 ações, que envolveram cerca de 2250 colaboradores;
- Monitorização contínua das boas práticas nas áreas do ambiente, qualidade e segurança, através da realização de visitas e inspeções AQS nas áreas das telecomunicações e energia. Foram realizadas 865 visitas e/ou inspeções, tendo sido envolvidos cerca de 2500 colaboradores;
- Monitorização contínua das boas práticas de higiene e segurança alimentar, tendo sido realizadas dezenas de auditorias nas várias unidades da Visabeira Turismo. Na sequência destas auditorias, foram desencadeadas diversas ações de formação e sensibilização para as boas práticas de segurança alimentar;
- Continuação da monitorização da qualidade das águas do ancoradouro da Agueira, através de um sistema de sondas que monitoriza em contínuo diversos parâmetros da qualidade da água, nomeadamente, concentração de hidrocarbonetos, turvação, nível de oxigénio dissolvido, pH, temperatura e condutividade. Trata-se de um sistema sofisticado que permite o envio de alertas via GSM sempre que os valores dos parâmetros lidos pelas sondas ultrapassem os limites definidos;
- Monitorização da Flora (Zooplâncton) na área do ancoradouro da Agueira, com o objetivo de avaliar o impacto das atividades do ancoradouro na comunidade zooplactónica da albufeira.

Este conjunto de ações, associado às atividades quotidianas, permitiu a consolidação e a uniformização, principalmente dos sistemas integrados de gestão das empresas. Esta crescente uniformização permitiu consolidar em 2013 o sistema integrado implementado ao nível da *sub-holding* Visabeira Global, potenciando desta forma a otimização dos processos e dos recursos.

Tendo em conta os resultados obtidos na Visabeira Global, foi também iniciada na Visabeira Moçambique a implementação desta metodologia de integração de sistemas de gestão ao nível das várias empresas do Grupo em Moçambique, tendo em vista a sua certificação em 2014.

As pessoas

Para o Grupo Visabeira, a gestão de recursos humanos assume um papel fundamental na estratégia global da empresa.

Desta forma, a missão do Grupo centra-se não só na promoção das boas práticas, mas também na gestão das expectativas profissionais e pessoais dos colaboradores, com o objetivo último de garantir que os valores das pessoas estão alinhados com a cultura organizacional e com os valores que o Grupo defende.

Para o cumprimento desta missão, estabeleceram-se objetivos individuais, como a identificação de colaboradores com potencial de desenvolvimento em áreas-chave da organização. Estes colaboradores são acompanhados com planos personalizados que permitem complementar as suas competências relativamente às exigências da realidade organizacional.

Ao nível organizacional, e considerando a dispersão geográfica, nacional e internacional, procuram-se implementar medidas que visem a gestão das equipas e a partilha da estratégia do Grupo:

- gestão de desempenhos e carreiras;
- promoção das condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;
- disponibilização de planos de formação adaptados às funções e aos colaboradores;
- recrutamento e seleção cada vez mais alinhado com a realidade organizacional;
- reforço da comunicação interna e da gestão do conhecimento;
- promoção das competências de liderança, inovação e da criatividade.

Em 31 de Dezembro de 2013, o número de pessoas ao serviço do Grupo Visabeira era de 8.290, cuja distribuição pelas *sub-holdings* e respetivamente evolução foi a seguinte:

Pessoas

	2013	2012	2011	2010
Visabeira Global	3.881	3.268	2.502	2.144
Visabeira Indústria	2.327	2.308	2.240	2.346
Visabeira Turismo	847	831	714	477
Visabeira Imobiliária	632	558	462	706
Visabeira Participações Financeiras	603	580	639	601
Total	8.290	7.545	6.557	6.274

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Visabeira Potencial Humano tem como missão promover projetos de formação inovadores, de qualidade e de valor sustentável que contribuam para a maximização do potencial humano e para o crescimento das empresas.

Em 2013 registou-se um aumento de cerca de 28% do número de ações realizadas e do número de formandos abrangidos, face a 2012. Este ano de 2013 realizaram-se 707 ações de formação, de norte a sul do país e ilhas, tendo mesmo sido realizadas ações de formação no exterior, de que são exemplos: Berlim e Orleans.

Foram abrangidos pela formação 6.471 colaboradores, num total de 8.147 horas de formação.

A Visabeira Potencial Humano dinamizou vários projetos, de que se podem destacar:

- Participação na estruturação e implementação do projeto promovido pela EDP, no sentido de promover a sustentabilidade do *outsourcing*. Esta ação culminou na criação da Associação para a Qualificação Técnica do Sector Energético;
- Desenvolvimento e implementação de projeto de segurança para a PT, envolvendo formações específicas sobre procedimentos de segurança em trabalhos em altura e em câmaras de visita permanente, nas quais foram envolvidos 694 colaboradores da PT, em 75 ações de formação realizadas no continente e ilhas, num total de 588 horas de formação.

A Visabeira Potencial Humano renovou em 2013 a sua Qualificação juntou da EDP, com a colaboração e empenho do negócio da eletricidade – Visabeira, Lda. Em conjunto e com o investimento aplicado no Parque de Treinos do Centro de Formação de Couto de Cima, a Visabeira Potencial Humano está qualificada pela EDP para ministrar cursos de TET-BT – Trabalhos em Tensão – Rede de Baixa Tensão; TET-LZT – Trabalhos em Tensão – Limpeza e Pequena Conservação de Postos de Transformação MT/BT; TET-MT/D – Trabalhos em Tensão – Método de Intervenção à Distância até 30kV; TET-MT/D – Trabalhos em Tensão – Método de Global até 60kV; Contagens BTN.

Para 2014 estão já praticamente concluídas as obras para dotar o Parque de Treinos para formação em TET-AT - Trabalhos em Tensão - Método de Intervenção à Distância até 60 kV.

A Visabeira Potencial Humano submeteu em finais de 2013 o seu processo de passagem da Acreditação para a Certificação na DGERT, encontrando-se este processo em fase de análise.

Ainda em 2013, em conjunto com as empresas e negócios da Visabeira Global, foi lançado o grande desafio para 2014: a criação das instalações da Academia Internacional para a Qualificação de Profissionais. Esta Academia será dotada com todas as valências necessárias para dotar os colaboradores do Grupo Visabeira com o saber fazer nas áreas das telecomunicações (rede fixa e rede móvel), energia, indústria e turismo.

Comunicação

No ano de 2013 o Grupo Visabeira, as suas *sub-holdings* e as respetivas empresas foram geradoras de um fluxo de conteúdos informativos com os quais se partilhou a atividade junto do grande público.

A comunicação teve expressão nos mais variados meios, com destaque para os meios de comunicação de expressão nacional e regional num reforço de afirmação do universo Visabeira.

Ao longo do ano o Grupo Visabeira foi alvo de solicitações diversas para comentar acontecimentos. O Vice-Presidente Paulo Varela foi um dos gestores em destaque, porquanto foi considerado como “Figura da Semana” pelo caderno de economia do Expresso na sequência da assinatura do contrato entre a Vista Alegre Atlantis e a IKEA para a construção da Ria Stone, empresa que vai produzir loiça utilitária para a marca sueca. Os investimentos que o Grupo Visabeira perspectiva para Moçambique foram alvo de uma grande entrevista ao Vice-Presidente do Grupo Visabeira, publicada no jornal SOL, sob o título “Visabeira indissociável do desenvolvimento de Moçambique”.

Também o investimento de 15 milhões de euros em Tete, Moçambique, motivou uma entrevista no jornal de economia OJE, e os novos mercados na África Austral foram pretexto para uma grande entrevista ao Dinheiro Vivo.

Merece ainda referência a Conferência “125 anos do Jornal de Notícias” que decorreu no Montebelo Viseu Hotel & Spa e que teve o Vice-Presidente do Grupo Visabeira como um dos oradores.

A assinatura de um contrato entre o Grupo Visabeira e o Grupo Birla, da Índia, com vista à construção de redes de fibra óptica e redes móveis naquele país, mereceu grande destaque por parte das televisões (RTP, SIC, TVI), e em diversos jornais nacionais.

No plano das empresas que mais diretamente contactam com o consumidor final, a Vista Alegre Atlantis, que está integrada no Grupo Visabeira desde 2009, foi uma das que mais impacto teve junto dos órgãos e comunicação social.

A parceria estabelecida entre a Vista Alegre Atlantis e a casa francesa Christian Lacroix foi um dos assuntos que gerou um considerável fluxo informativo, sobretudo na imprensa escrita e em revistas da especialidade. A visita do Ministro da Economia, António Pires de Lima, acompanhado pelo Secretário de Estado do Turismo às instalações da empresa em Ílhavo, foi alvo de cobertura por parte das televisões, rádios e imprensa escrita.

Também a apresentação do projeto de construção do Hotel da Vista Alegre, da recuperação da capela de Nossa Senhora da Penha de França e da renovação do Museu e do Teatro da Vista Alegre tiveram em grande destaque noticioso.

Destaque, também, para a cobertura mediática do lançamento de peças de Vista Alegre Atlantis assinadas por Cruzeiro Seixas e por Manuel Casimiro, homenagem a Manoel de Oliveira no lançamento da peça “Aniki-Bóbó”, do realizador cinematográfico, que ocorreu no dia do seu 105º aniversário, com a sua presença na loja dos Clérigos, Porto. Também as iniciativas realizadas pela Fábrica de Faianças Bordallo Pinheiro mereceram ao longo do ano uma atenção especial por parte dos Órgãos de Comunicação Social, em particular a exposição “Universo Bordalliano – 20 Bordallianos do Brasil”, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Ao longo do ano, a Visabeira Turismo foi responsável por um importante fluxo informativo.

O Zambeze Restaurante, localizado em Lisboa, continuou a despertar muito interesse por parte dos meios de comunicação social, sobretudo os da especialidade, que mantiveram presença assídua do espaço nas suas páginas. É de realçar, por exemplo, a referência feita ao restaurante num artigo do jornal espanhol ABC. Também em Portugal, o jornal Expresso dedicou algum espaço ao Zambeze.

O Palácio do Gelo Shopping e as múltiplas ações mereceram cobertura nos jornais de âmbito regional e local. As comemorações do 5º aniversário do Palácio do Gelo Shopping com um mega desfile de moda contaram com grande cobertura, incluindo os principais canais de televisão.

Também o Bar de Gelo Viseu, enquanto pólo de atração turística com características únicas no país, teve uma significativa profusão informativa.

O Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa, um dos principais centros de treino de canoagem a nível mundial, também esteve em destaque ao longo do ano nos principais meios de comunicação social, que noticiaram com regularidade a presença das principais seleções internacionais de canoagem.

A Casa da Ínsua, hotel de charme, foi igualmente divulgada ao longo do ano. Referência para as notícias que difundiram a conquista de duas medalhas, uma de ouro e outra de prata, por parte dos Vinhos Casa da Ínsua num certame em Itália. O lançamento do Vinho Casa da Ínsua Branco Grande Reserva 2012, o primeiro grande reserva do Dão, foi outro tema fortemente mediatizado.

O Notícias Magazine dedicou-lhe um artigo intitulado “A Ínsua dos Amores”. A revista Visão publicou uma grande reportagem intitulada “Casa da Ínsua – Fidalgo por um Dia”, e a revista VIP Gourmet deu a conhecer algumas das especialidades gastronómicas do seu restaurante. O jornal Espanhol ABC referenciou a Casa da Ínsua como um dos 10 locais em Portugal para o *réveillon*.

A Casa da Ínsua foi ainda cenário da gravação do primeiro episódio da série “Quem é que tu pensas que és” emitido pela RTP 1.

Os Órgãos de Comunicação Social deram ainda destaque a outras iniciativas e eventos promovidos pela Visabeira Turismo, dos quais o vigésimo aniversário do Jantar Dançante “Os Melhores Anos” surge à cabeça. As diversas propostas de *réveillon* apresentadas pelos hotéis da cadeia Montebelo Hotels & Resorts foram igualmente alvo de grande divulgação.

Em conclusão, poderemos referir que as atividades do Grupo Visabeira e das suas *sub-holdings* tiveram divulgação regular no Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Jornal de Negócios, Público, i, Económico, Destak, OJE, Dinheiro Vivo, Sol, Expresso, Diário de Viseu, Diário de Coimbra, Diário de Aveiro, As Beiras, Jornal Via Rápida, Lifecooler, Turisver, Publituris, Ambitur, bem como nas revistas Flash!, VIP, Sábado e Visão, e na rádio, com destaque para a TSF e a Antena 1, entre muitos outros.

Os canais RTP 1, RTP 2 e RTP Informação, SIC, SIC Notícias, TVI, TVI 24, CMTV e Porto Canal foram meios que difundiram inúmeras notícias do Grupo Visabeira.

Ainda no tocante a televisões, o Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa foi palco da transmissão em direto durante 6 horas do programa “Verão Total” da RTP 1.

A SIC acompanhou a presença da Vista Alegre Atlantis e da Bordallo Pinheiro no Parlamento Europeu, onde expuseram algumas das suas coleções. A SIC Mulher, num dos programas “Mais Mulher”, destacou a Casa da Ínsua. A TVI realizou uma reportagem no Bar de Gelo Viseu.

O programa “Obra-Prima”, da SIC, dedicou um dos programas à Casa Museu S. Rafael – Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, com divulgação da obra de Mestre Raphael Bordallo Pinheiro.

No âmbito global, em 2013 contabilizam-se um total de 2.261 notícias (jornais, rádios, televisões, sites) relativas ao Grupo Visabeira, suas *sub-holdings* e empresas.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Intranet

A Intranet do Grupo Visabeira, da Visabeira Angola, e da Visabeira Moçambique, continua a ser um espaço de comunicação direto com os colaboradores, incorporando algumas aplicações que são utilizadas como ferramentas de utilização profissional, entre elas uma plataforma dedicada aos Recursos Humanos. É igualmente neste espaço online que se publicam informações que respeitam ao Grupo e às suas empresas.

Newsletter

A newsletter MyVisabeira é difundida todos os meses em suporte digital, e em suporte papel para todos os colaboradores do Grupo em Portugal, e nos países onde existem empresas da Visabeira, apresentando os principais acontecimentos relativos à vida do Grupo e das suas empresas. A newsletter tem vindo a tornar-se cada vez mais interativa com os colaboradores.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

Na era das redes sociais, um número considerável de empresas do Grupo Visabeira têm páginas próprias, especialmente no Facebook. É através desta “rede” de fãs que são comunicadas muitas das iniciativas, ações e passatempos, mantendo sempre uma proximidade o mais estreita possível com os seus públicos.

Há, também, uma preocupação constante em manter atualizados os *websites* das empresas, com notícias, campanhas, e outras divulgações, para que o consumidor acompanhe o mais fielmente possível a vida das empresas que integram o Grupo Visabeira e os seus produtos.

Como revistas da especialidade, a VIVA! Angola e a VIVA! Moçambique são duas importantes publicações da TVCABO em ambos os países.

Em Portugal é editada, uma vez por ano, a revista VLife Magazine. Dedicada ao *lifestyle*, a publicação é, acima de tudo, um meio de divulgação da atividade do Grupo Visabeira ao longo do ano.

Responsabilidade social

O Grupo Visabeira tem já inscrito no conjunto dos seus valores os princípios que norteiam a Responsabilidade Social das Empresas.

As várias ações realizadas em 2013 seguiram estes princípios. Diversas ações estão assentes no patrocínio a diversos níveis, com impacto mais ou menos direto nas populações, colaborando com associações sociais, desportivas, culturais, religiosas, educativas, de lazer e bem-estar, promoção da saúde, entre outras.

A política de responsabilidade social das empresas e, no caso concreto do Grupo Visabeira, é assumida a dois níveis: o interno e o externo.

Na primeira situação, o Grupo continuou a ser o principal pilar no apoio financeiro à Fundação Visabeira, à qual está confiada a gestão de duas creches – os Infantinhos da Vilabeira e os Infantinhos da Quinta do Bosque. Estas unidades cumprem, também, uma função social, ao apoiar as famílias dos colaboradores das empresas do Grupo. Contudo, as duas creches também dão uma resposta social mais abrangente, recebendo no seu seio crianças oriundas das duas áreas geográficas da cidade de Viseu. O apoio do Grupo Visabeira assume um peso muito considerável na globalidade da sua política de responsabilidade social. Com vista a melhorar o índice de conhecimento nesta área, a Fundação Visabeira convidou o conhecido psicólogo Eduardo de Sá, que realizou uma palestra dirigida aos pais e encarregados de educação das crianças que frequentam as creches da instituição. Os cerca de 200 participantes abordaram temas pertinentes à faixa etária dos utentes das creches com significativa participação dos pais.

Ao nível interno, o Grupo Visabeira, com o objetivo de cimentar o espírito de equipa e contribuir para o fortalecimento das relações interpessoais realizou, uma vez mais, um conjunto de iniciativas destinadas aos seus colaboradores. Saliência para a festa de verão, antes do período de férias, e as ceias de Natal que juntam centenas de colaboradores por todo o país, com especial saliência para as grandes ceias do Grupo e da Vista Alegre Atlantis e Bordallo Pinheiro. Este espírito de partilha foi igualmente promovido em Angola e em Moçambique.

Ao nível externo, o Grupo Visabeira continuou a apoiar a organização não-governamental portuguesa – Associação Karingana Wa Karingana, colaborando na atribuição de uma bolsa de estudo em Portugal ao vencedor de um prémio literário criado no âmbito daquela instituição, que permite ao vencedor a frequência numa licenciatura na Universidade do Minho.

Na linha de colaboração esteve de novo a APPACDM – Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu, tendo a 4ª gala contado com o apoio do Grupo Visabeira. Também a 1ª Gala “Viver a Vida” promovida pela CMTV, no lançamento deste canal televisivo, contou com o patrocínio do Grupo Visabeira. O Montebelo Aguieira Lake Resort & Spa foi parceiro da Festa Mortágua Solidária, evento de angariação de fundos para as instituições de solidariedade social “Ajuda de Berço” e “Associação Nacional de Ajuda aos Pobres”.

O Grupo Visabeira co-financiou as “Escolinhas Comunitárias do Niassa”, um projeto de educação pré-escolar da ONG “Leigos para o Desenvolvimento”, em parceria com a Diocese de Lichinga-Niassa, no norte de Moçambique. Esta ação filantrópica permitiu o acesso ao ensino pré-escolar a mais de 330 crianças das zonas rurais, o acesso a formação pedagógica a 30 monitores, e a formação a 200 mulheres nas temáticas da higiene e da saúde infantil.

Como também já é habitual, o Grupo Visabeira apoiou a missão humanitária sem fins lucrativos “Flight of Hope”, iniciativa de um grupo de pilotos portugueses que visa apoiar o desenvolvimento saudável e sustentado de crianças africanas do primeiro ciclo.

Na vertente da promoção da saúde, o Grupo Visabeira, através da Visabeira Moçambique patrocinou mais uma missão cirúrgica humanitária realizada por uma equipa do Centro de Cirurgia Cardiotorácica dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Chefiada pelo cirurgião Manuel Antunes, a equipa constituída por 9 pessoas, entre cirurgiões, enfermeiros e técnicos, ficou instalada no Girassol Indy Congress Hotel & Spa.

No âmbito das relações bilaterais entre Portugal e Moçambique, o Grupo Visabeira foi patrocinador da conferência “Portugal Moçambique – Ligações Fortes”, iniciativa inédita do jornal Expresso, da SIC Notícias e do grupo de comunicação moçambicano SOICO, que decorreu no início de Maio, no Girassol Indy Congress Hotel & Spa, em Maputo.

No tocante à TVCABO Moçambique, a operadora ofereceu ao Instituto Superior de Comunicações e Transportes (ISUTC) dois novos servidores, para melhoria no acesso dos alunos às redes digitais, e ofereceu um serviço de Internet Banda Larga e Televisão à Escola Primária Completa 16 de Junho, na cidade de Maputo.

A TVCABO Moçambique foi patrocinador oficial da 12ª Meia Maratona Internacional da Cidade da Matola. A Festa do dia de Portugal em Maputo contou com o patrocínio da TVCABO Moçambique, que também disponibilizou WI-FI para acesso à internet na Escola Portuguesa, o local escolhido para a iniciativa. Ainda em Moçambique, o Grupo Visabeira associou-se à apresentação do livro “Obrigado Madiba”, obra da autoria do empresário moçambicano Abílio Soeiro, no Girassol Indy Congress Hotel & Spa, em Maputo, evento patrocinado pela Visabeira Moçambique.

Na vertente musical, o Grupo Visabeira, através da Vista Alegre Moçambique, associou-se ao projeto XIQUITSI, sendo patrocinadora da temporada de música clássica de Maputo, cuja sessão de encerramento decorreu no Girassol Indy Congress Hotel & Spa. Em Moçambique foi ainda dado apoio para a gravação de um documentário no Parque Nacional da Gorongosa, protagonizado por Catarina Furtado, e equipa da RTP, instaladas no Girassol Gorongosa Lodge & Safari.

Em Portugal, também o Palácio do Gelo Shopping, um dos espaços de grande visibilidade do Grupo Visabeira, voltou a franquear as suas portas para inúmeras iniciativas tendentes à promoção do bem-estar da população.

Merecem referência as iniciativas de sensibilização na área da saúde, com rastreios diversos e, em especial a parceria com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

Ainda dentro da sua Política de Responsabilidade Social, o Palácio do Gelo Shopping proporcionou mais um Concerto de Ano Novo com o Conservatório Regional de Música Dr. José de Azeredo Perdigão.

À semelhança do que tem acontecido nos últimos 4 anos, o Palácio do Gelo Shopping apoiou a construção dos carros alegóricos da Toypa Decor que se apresentaram no tradicional desfile das Cavalhadas de Vildemoinhos.

No que concerne a exposições, o Palácio do Gelo Shopping acolheu ao longo do ano muitas associações e/ou entidades com diversas mostras. “O Maior Álbum Fotográfico do Mundo” e a exposição de aeronaves do Aero Clube de Viseu, são dois dos múltiplos exemplos, responsáveis pela visita de milhares de pessoas. O Palácio do Gelo Shopping manteve a sua ligação ao desporto, patrocinando a equipa de futebol do Académico de Viseu, cujos atletas também treinam no ginásio ForLife. Ainda no futebol a Granbeira mantém o seu patrocínio à equipa de futebol do Sport Clube Penalva do Castelo.

Na vertente de lazer, e bem-estar, o Palácio do Gelo Shopping e o ForLife abriram as portas para a realização de alguns Open Days, permitindo à população experimentar, de forma gratuita, algumas das modalidades ali praticadas. A unidade também participou no exterior em algumas organizações ligadas à promoção de hábitos de vida saudável, como a Feira do Desporto e passeio de BTT.

Também as unidades hoteleiras do Grupo Visabeira foram palco de algumas realizações, abrindo as portas à participação gratuita de público. A Casa da Ínsua proporcionou a cerca de 200 pessoas um espetáculo de música clássica, do grupo Leiden Baroque Ensemble, com Nicola Wemyss.

Ainda na área cultural, o Grupo Visabeira patrocinou a apresentação da peça teatral “Dona Otília e outras histórias”, uma iniciativa da Embaixada do Brasil em Portugal, que foi levada à cena no Auditório Mirita Casimiro, em Viseu, e que contou com a presença do Embaixador do Brasil.

A Visabeira Turismo voltou a patrocinar o Rally de Portugal Histórico do ACP.

A Academia de Golfe no Complexo Desportivo Príncipe Perfeito manteve o protocolo de colaboração com o Clube de Golfe de Viseu, com o objetivo de divulgar a modalidade e manter ativo o ensino gratuito deste desporto a crianças e a jovens, nomeadamente os provenientes de meios mais desfavorecidos.

Na vertente do apoio à pessoa portadora de deficiência, o Hípico Montebelo estreitou a sua colaboração com entidades do setor, ao proporcionar meios e condições preferenciais para as aulas de hipoterapia a jovens utentes daquelas instituições sociais.

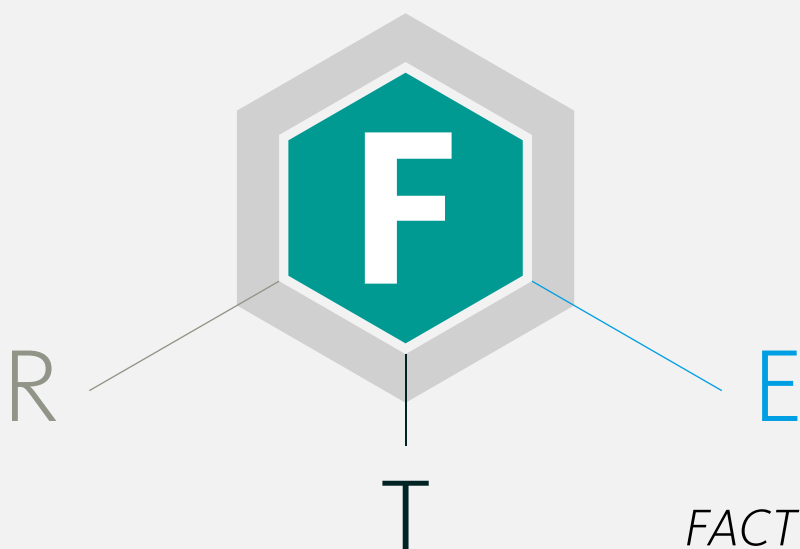
Nas novas tecnologias, a Visabeira Indústria colabora com a Casa do Futuro, uma iniciativa da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), equipando o espaço com uma cozinha Mob. A Casa do Futuro é uma das exposições permanentes da Fundação – Museu das Comunicações, em Lisboa.

A Vista Alegre Atlantis também apoiou algumas realizações de carácter cultural, desportivo e social, dos quais o patrocínio à iniciativa Casamentos de Santo António é um dos exemplos.

Apoiou e ofereceu os troféus para algumas realizações, entre as quais o Open de Portugal em Ténis, Douro Film Harvest, os Prémios Revista Wine, Carro do Ano Troféu Volante de Cristal e Expresso BPI Golf Cup.

No âmbito de um projeto internacional, a Vista Alegre Atlantis abre as suas instalações à presença de jovens designers: o ID Pool, International Design Pool, que proporciona a jovens artistas o desenvolvimento do seu talento na fábrica da empresa, em Ílhavo, fixando residência temporária nas instalações do complexo fabril.

Destaque, ainda, para exposição da Vista Alegre Atlantis e da Bordallo Pinheiro, iniciativa da eurodeputada Edite Estrela, que decorreu no Parlamento Europeu (PE) entre 17 e 19 de Setembro. Só no dia da inauguração, a mostra captou a atenção de mais de 300 personalidades, entre deputados, funcionários parlamentares e jornalistas de vários países comunitários.



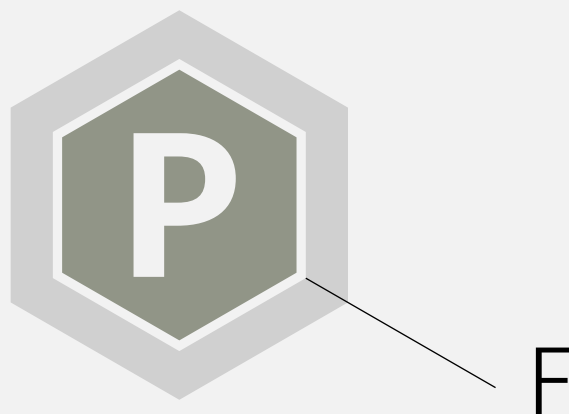
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A Viatel, no início de 2014, e no âmbito do contrato recentemente renovado FFT2013/2016, aumentou a sua quota na área da engenharia de telecomunicações, garantindo agora a cobertura de mais de 70% do território nacional na atividade global de instalação e manutenção de redes de telecomunicações. Também no segmento comercial a empresa incrementou a sua presença, aumentando as suas operações neste segmento negócio.

A Fibroglobal, através da Viatel, arrancou no início do ano com a instalação dos primeiros clientes em fibra ótica para o principal operador nacional, na novel rede de nova geração que construiu nos Açores no ano transato. Tendo iniciado pelas ilhas das Flores e Graciosa, alargou entretanto a instalação de novos clientes às ilhas de S. Jorge, Santa Maria, S. Miguel, Pico e Corvo. Em menos de 2 meses este projeto permitiu já a ligação de 1.000 novos clientes servidos por fibra ótica, sendo mais que previsível um sucesso semelhante ao que garantiu no ano de 2013 no arranque da instalação de clientes nas redes de nova geração da zona Centro, onde em menos de um ano já ultrapassou a barreira dos 15.000 novos clientes em zonas remotas.

O Grupo Visabeira inaugurou em Março o complexo Porto Salus, situado em Azeitão. Com uma área de 17.000 m² integra uma residência sénior com 53 quartos e 38 suítes e ainda um hospital de apoio aos utentes e à população em geral, gerido em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão.

O hospital tem 56 quartos de internamento, variadas especialidades médicas e um centro de fisioterapia preparado para dar resposta aos doentes que exijam cuidados continuados.



PERSPETIVAS FUTURAS

A economia portuguesa mostra sinais de um crescimento moderado, após a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental, tendo em vista o ajustamento dos desequilíbrios acumulados ao longo das últimas décadas. Deste modo, o Grupo mantém um crescimento moderado nos diversos investimentos a efetuar, dos quais se perspetivam obter o devido retorno, associando a um menor risco e a uma maior rentabilidade.

Assim, e de acordo com a política estabelecida, foram selecionados como relevantes e elegíveis os seguintes investimentos:

VISABEIRA GLOBAL

Mais uma vez o setor das telecomunicações é o setor privilegiado de investimento, com a TVCABO Angola a investir 15,3 milhões de euros, dos quais 8 milhões de euros serão na construção de rede, com expansão para a província de Lubango, 2,3 milhões de euros na abertura de duas novas lojas na cidade de Luanda e uma na província de Lubango. A destacar, ainda em Angola, o investimento de 2,8 milhões de euros da Comatel, aplicados essencialmente na renovação da frota automóvel, aquisição de ferramentas, equipamentos e máquinas pesadas necessários à melhoria das condições de trabalho das equipas técnicas, de modo a reforçar o respetivo desempenho e qualidade do trabalho final desenvolvido.

A TVCABO Moçambique, prevê investir 9,5 milhões de euros, dando continuidade à construção de rede nas zonas limítrofes de Maputo e Matola, de modo a aumentar o número de clientes ativos, assim como alargar o número de serviços oferecidos ao cliente numa óptica de fidelização. Também em Moçambique, a Televisa prevê investir 1,9 milhões de euros maioritariamente na modernização da frota.

A Edivisa prevê um investimento de 3,5 milhões de euros, incrementado pelas obras adjudicadas pela sucursal em Moçambique, nomeadamente a empreitada da Linha do Sena – 2ª fase.

A Constructel França, fruto da consolidação do seu negócio e imagem perante a Orange, deverá investir cerca de 2,4 milhões de euros fundamentalmente na aquisição de novas viaturas, de modo a fazer face ao contrato de substituição massiva de postes e estratégia de crescimento do volume de trabalho executado por mão de obra interna.

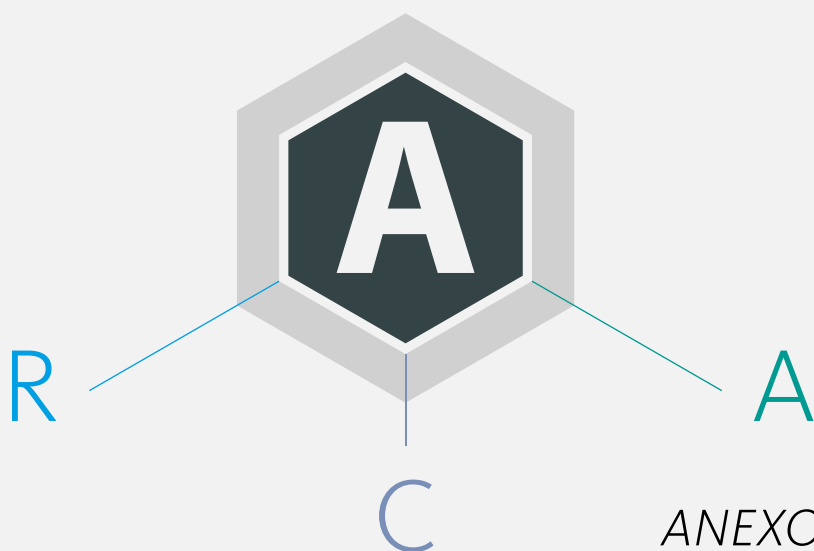
VISABEIRA INDÚSTRIA

No plano desta *sub-holding*, destaca-se o Grupo Vista Alegre Atlantis, com um investimento global de cerca de 16,5 milhões de euros, dos quais 10,7 milhões de euros serão aplicados na conclusão da nova unidade industrial Ria Stone, dedicada à produção de loiça de mesa em cerâmica – grés, toda ela destinada à exportação. Do restante investimento, 2 milhões de euros serão aplicados em obras de intervenção no projeto do museu. De modo a ampliar, internacionalizar e reforçar o posicionamento da marca Vista Alegre e aumentar os canais de venda, prevê-se a abertura de novas lojas em Portugal e no Brasil, assim como obras em equipamentos nas diferentes secções e processos produtivos.

VISABEIRA TURISMO

Na área do Turismo, a Turvisa é aquela onde o esforço financeiro é maior, devido à forte concorrência que se faz sentir nesta área de negócio. Em Moçambique, houve necessidade de renovação da estrutura e imagem de algumas unidades, deste modo, prevê-se investir 1,3 milhões de euros em obras de remodelação do Hotel Girassol Bahia e pequenas obras de melhoria no Girassol Indy Congress Hotel & Spa.

Em Portugal está previsto o arranque do investimento que transformará o Palácio da Vista Alegre numa nova unidade hoteleira de charme em Ílhavo, integrada no complexo do carismático bairro operário da Vista Alegre.



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se as posições acionistas detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e as operações efetuadas durante o exercício de 2013.

ACIONISTA/MEMBRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	Número de ações em 31 de Dezembro de 2013	%	Número de ações em 31 de Dezembro de 2012	%	Movimentos em 2013
Fernando Campos Nunes *	18.020.434	78,26%	17.941.081	77,92%	79.353
Caixa Capital	1.568.258	6,81%	2.719.514	11,81%	-1.151.256
Grupo Visabeira (Ações próprias)	2.302.512	10,00%	1.200.804	5,22%	1.101.708
Portugal Capital Ventures	1.008.397	4,38%	1.038.202	4,51%	-29.805
Total	22.899.601	99,45%	22.899.601	99,45%	0

* por via holding pessoal

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





3

*DOCUMENTOS
DE PRESTAÇÃO
DAS CONTAS
CONSOLIDADAS*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013	2012
Operações continuadas			
Vendas		140.646.503	128.438.895
Prestações de serviços		422.208.860	405.515.152
Volume de negócios	11	562.855.363	533.954.046
Custo das vendas e das prestações de serviços		-160.761.075	-155.229.614
Margem bruta		402.094.288	378.724.433
Trabalhos para a própria empresa	12	3.877.275	3.278.564
Outros proveitos	13	8.415.284	6.524.134
Fornecimentos e serviços externos	14	-212.294.557	-208.782.009
Custos com o pessoal	15	-113.549.551	-104.587.773
Outros custos	13	-6.021.971	-3.936.311
Resultado operacional recorrente (s/amortizações e provisões)		82.520.768	71.221.037
Alteração do justo valor de propriedades de investimento	24	5.862.932	-1.914.947
Amortizações	16	-22.934.436	-19.542.308
Provisões e perdas imparidade	17	-1.672.936	8.974.002
Resultado operacional		63.776.328	58.737.784
Juros suportados, líquidos	18	-28.114.255	-29.616.318
Ganhos/(perdas) em ações cotadas	19	-9.431.786	-10.598.144
Outros custos financeiros, líquidos	20	-5.462.792	-8.100.056
Ganhos/(perdas) em associadas	7	351.536	988.081
Resultado antes de imposto		21.119.031	11.411.348
Imposto sobre o rendimento corrente	21	-10.727.818	-6.855.805
Imposto sobre o rendimento diferido	21	-5.949.258	3.021.178
Resultado líquido		4.441.956	7.576.721
Atribuível:			
Acionistas		231.871	2.152.617
Interesses que não controlam	37	4.210.085	5.424.103
Resultados por ação:			
Básico	35	0,01	0,09
Diluído	35	0,01	0,09

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Resultado líquido consolidado do período (a)	4.441.956	7.576.721
Outro rendimento integral:		
Quantias que irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Ajustamentos conversão cambial		
Conversão de operações em moeda estrangeira	-4.530.695	-4.045.373
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros		
Variação no valor de mercado	460.401	-1.015.503
Efeito fiscal	-21.055	40.035
Imparidades de ativos		
Variação da reserva do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	23.190.144	4.534.791
Efeito fiscal	-4.761.531	-1.269.742
Outros ajustamentos reconhecidos diretamente em capital próprio, líquidos	4.694	223.069
Quantias que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Benefícios de reforma		
Ganhos/(perdas) atuariais	139.600	49.655
Efeito fiscal	-34.202	0
Outro rendimento integral do período (b):	14.447.355	-1.483.067
Rendimento integral total do período (a) + (b)	18.889.311	6.093.654
Rendimento integral total atribuível a:		
Interesses que não controlam	3.581.418	4.865.927
Acionistas do Grupo Visabeira	15.307.893	1.227.727

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013	2012
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	22	433.982.399	362.487.184
Goodwill	23	32.908.305	32.566.809
Propriedades de investimento	24	248.681.529	245.123.803
Ativos intangíveis	25	81.166.313	80.647.375
Investimentos em empresas associadas	7	28.770.705	20.356.374
Ativos financeiros disponíveis para venda	26	155.956.929	144.281.011
Outros investimentos financeiros	8	28.743.100	10.670.025
Ativos por impostos diferidos	21	15.779.515	24.448.867
Total de ativos não correntes		1.025.988.795	920.581.448
Ativos correntes			
Existências	27	185.522.511	169.629.235
Clientes e outros devedores	28	138.496.666	140.786.059
Estado e outros entes públicos	29	2.764.802	10.389.917
Outros ativos correntes	30	134.565.918	103.979.615
Outros investimentos financeiros	8	0	18.000.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	26	0	48.911.792
Ativos financeiros detidos para negociação	31	708.104	336.735
Caixa e equivalentes de caixa	32	32.334.027	36.797.791
Total de ativos correntes		494.392.027	528.831.143
Total do ativo		1.520.380.822	1.449.412.591
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	33	115.125.630	115.125.630
Ações próprias	34	-32.724.483	-16.290.767
Prêmios de emissão de ações		44.493.578	44.493.578
Outras reservas	36	50,245,808	17,981,561
Resultados retidos	36	110,204,816	129,269,534
Capital próprio atribuível aos acionistas		287.345.349	290.579.535
Interesses que não controlam	37	40.320.085	39.509.508
Total do capital próprio		327.665.434	330.089.044
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Empréstimos bancários de longo prazo	38	526.518.893	536.856.269
Outros passivos não correntes	40	46.537.783	46.349.108
Acionistas	40	15.000.000	0
Passivos por impostos diferidos	21	54.779.726	57.843.327
Provisões para outros riscos e encargos	43	4.253.543	5.351.403
Total do passivo não corrente		647.089.945	646.400.108
Passivo corrente			
Empréstimos bancários de curto prazo	38	137.709.191	143.372.324
Fornecedores e outros credores	39	140.230.172	141.585.281
Estado e outros entes públicos	29	8.460.072	5.312.301
Outros passivos correntes	40	259.226.008	182.653.534
Total do passivo corrente		545.625.443	472.923.439
Total do passivo		1.192.715.388	1.119.323.547
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.520.380.822	1.449.412.591

As notas fazem parte integrante desta demonstração da posição financeira consolidada

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Reserva de justo valor de ativos financeiros	Resultados retidos e outras reservas (nota 36)	Subtotal	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
A 1 de Janeiro de 2012	115.125.630	44.493.578	-16.290.767	0	145.001.748	288.330.189	35.462.698	323.792.887
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	1.021.620	1.021.620	53.219	1.074.839
Rendimento integral do período	0	0	0	3.265.050	-2.037.322	1.227.727	4.865.927	6.093.654
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0	-872.336	-872.336
A 31 de Dezembro de 2012	115.125.630	44.493.578	-16.290.767	3.265.050	143.986.046	290.579.535	39.509.508	330.089.044
A 1 de Janeiro de 2013	115.125.630	44.493.578	-16.290.767	3.265.050	143.986.046	290.579.535	39.509.508	330.089.044
Aquisições, alienações e aumentos de capital	0	0	0	0	-2.108.363	-2.108.363	-2.237.604	-4.345.967
Rendimento integral do período	0	0	0	18.428.613	-3.120.720	15.307.893	3.581.418	18.889.310
Operações com detentores de capital								
Dividendos distribuídos	0	0	0	0	0	0	-533.237	-533.237
Aquisição de ações próprias	0	0	-16.433.716	0	0	-16.433.716	0	-16.433.716
A 31 de Dezembro de 2013	115.125.630	44.493.578	-32.724.483	21.693.662	138.756.962	287.345.349	40.320.085	327.665.434

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	656.028.382	666.707.704
Pagamentos a fornecedores	-452.843.768	-483.788.445
Pagamentos ao pessoal	-111.534.044	-104.411.844
Fluxo gerado pelas operações	91.650.571	78.507.415
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.593.959	399.696
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade	470.251	-1.080.643
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	87.526.862	77.826.469
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	87.526.862	77.826.469
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	48.671.570	1.093.828
Ativos fixos tangíveis	0	214.469
Subsídios ao investimento	19.089.781	9.253.602
Juros e proveitos similares	2.079.460	2.322.863
Empréstimos concedidos	26.070	0
Dividendos	8.442.134	17.594.992
	78.309.015	30.479.754
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-1.321.668	-3.096.369
Ativos fixos tangíveis	-87.413.120	-40.859.108
Empréstimos concedidos	-19.407.428	-7.811.544
	-108.142.216	-51.767.022
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-29.833.202	-21.287.267
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1.182.556.221	1.387.808.017
Empréstimos de acionistas	15.000.000	1.000.000
	1.197.556.221	1.388.808.017
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-1.193.467.300	-1.388.817.538
Amortizações de contratos de locação financeira	-5.731.383	-6.453.892
Juros e custos similares	-43.051.315	-50.562.693
Aquisição de ações próprias	-16.433.716	0
	-1.258.683.714	-1.445.834.123
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	-61.127.493	-57.026.106
Varição de caixa e equivalentes de caixa (1) + (2) + (3)	-3.433.832	-486.905
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	34.399.185	34.886.090
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	30.965.353	34.399.185

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA*Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012*

1. Aquisição ou alienação de empresas	Preço	Receb. / Pagam.
a1) Aquisições/reforços no exercício corrente		
Beiragás	991.568	-991.568
Sem Amarras, SA	319.900	-319.900
Hospital Nossa Senhora da Arrábida	10.200	-10.200
	1.321.668	-1.321.668
a2) Alienações no exercício corrente		
EDP, SA	48.671.570	48.671.570
	48.671.570	48.671.570

2. Discriminação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa:	2013	2012
a) Caixa		
- Numerário	172.930	377.319
- Depósitos bancários	30.149.842	36.327.128
- Descobertos bancários	-2.076.778	-2.735.341
b) Outras disponibilidades		
- Títulos negociáveis	2.719.358	430.079
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	30.965.353	34.399.185
- Descobertos bancários	2.076.778	2.735.341
Caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço *	33.042.131	37.134.526

* Inclui ativos financeiros disponíveis para negociação

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 (montantes expressos em euros)



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Visabeira iniciou a sua atividade em 1980 no setor das telecomunicações e da eletricidade. Com sede em Viseu e fruto de uma aposta concertada nos recursos humanos, num sistema integrado de informação e logística, numa rede própria de transportes e num parque de instalações estrategicamente localizado, o Grupo rapidamente estendeu a sua atuação a todo o território nacional e transformou-se no maior empregador da região centro do país.

O seu contributo para a modernização e desenvolvimento das telecomunicações, através da oferta de soluções integradas e globais, granjeou-lhe a liderança de mercado no setor da engenharia de redes de telecomunicações, posição que mantém há mais de 30 anos.

Apostando na diversificação das suas atividades, Telecomunicações, Construção, Indústria, Imobiliária, Turismo e Serviços, bem como na presença em diversos mercados, adotou uma estratégia de estruturação das suas operações em *sub-holdings* setoriais, de forma a potenciar cada um dos seus negócios e a dinamizar a capacidade de realização do Grupo.

O motor da sua estratégia de desenvolvimento assenta num modelo de gestão baseado em sistemas de informação globais, interligando todas as unidades de negócios e integrando todas as valências do Grupo.

Tendo por base a confiança granjeada no mercado, definiu e consolidou uma arrojada estratégia de internacionalização que consolidou as capacidades e a dinâmica do Grupo em duas frentes paralelas. Por um lado, expandiu e consolidou o seu modelo de atuação em novos países como extensão natural dos mercados e em países de economias emergentes, através de uma política de investimento em parceria ou de criação de empresas locais. Apostando, numa primeira fase, nos países de expressão portuguesa, o Grupo exportou o seu modelo a partir da década de 80 e, fruto dessa estratégia, detém hoje empresas com atividades consolidadas em Moçambique, Angola, França, Bélgica, Alemanha, Brasil e presença em muitos outros países.

Através da internacionalização dos seus mercados, o Grupo promoveu a colocação dos seus produtos em mais de seis dezenas de países nos cinco continentes, entre os quais assumem particular relevo os mercados da União Europeia, países Escandinavos, América do Norte, África, Austrália e Japão.

Presentemente, pela via do investimento, o Grupo Visabeira continua a ter no seu crescimento externo a principal via de desenvolvimento, alavancada pela sua matriz multissetorial e por uma atitude de constante atualização tecnológica.

O Grupo Visabeira de amanhã, potenciando as competências distintivas e o dinamismo empreendedor que o caracterizam, operará de forma integrada em cenários cada vez mais globais, expandindo os seus mercados de forma sustentada e perspetivando sempre a liderança nos seus negócios estratégicos.

Em 31 de Dezembro de 2013, o volume de negócios atingiu o valor de 562,855,363 euros. O capital próprio atingiu o montante de 327,665,434 euros, dos quais 40,320,085 euros são interesses não controlados pelo Grupo.

O Grupo Visabeira teve ao seu serviço durante 2013 um número médio de 8.099 colaboradores (2012: 7.085).

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão em conselho de administração, realizado em 27 Fevereiro de 2014, estando pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras vão ser aprovadas sem quaisquer modificações.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na determinação dos resultados do exercício e na apresentação da posição financeira são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº158/2009 de 3 de Julho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de Janeiro de 2013.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira, SGPS utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os valores dos ativos e passivos. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados na nota 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (notas 5 e 6), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e ajustados, no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas sejam apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, sendo respeitado o princípio do custo histórico, exceto no caso das propriedades de investimentos, derivados, investimentos detidos para negociação e investimentos disponíveis para venda, os quais foram mensurados ao justo valor.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

2.2 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

a) Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2013, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Grupo Visabeira e das suas filiais, as quais são apresentadas nas notas 5 e 6.

b) Participações financeiras em empresas do Grupo

Empresas do Grupo são as empresas controladas pelo Grupo Visabeira. Existe controlo quando o Grupo Visabeira tem o poder, direto ou indireto, de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa com o objetivo de influenciar benefícios resultantes da sua atividade. Potenciais direitos de voto exercíveis são tidos em consideração na determinação da existência, ou não, de controlo.

Presume-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%.

As empresas do Grupo são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido, até à data em que o mesmo, efetivamente, termina.

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias do Grupo aquando da respetiva aquisição.

Aquisições posteriores a 2010:

No método de aquisição a diferença entre: (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam (anteriormente designados “interesses minoritários”) e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição, como *goodwill*, se positiva, ou como ganho, se negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IAS 39 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do *goodwill*/ ganho da aquisição, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato. Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados;

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de *goodwill* a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*.

Considera-se que o *goodwill* tem vida útil indefinida, pelo que não é amortizável, sendo anualmente sujeito a testes de imparidade, independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade. Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais, se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Aquisições anteriores a 2010:

Comparativamente ao tratamento acima descrito, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2010, existem as seguintes diferenças principais:

- O custo de uma aquisição incluía os custos diretamente atribuíveis à aquisição, pelo que afetavam a determinação do *goodwill*;
Os “interesses que não controlam” da adquirida (anteriormente designados “interesses minoritários”) eram mensurados apenas na sua quota-parte nos ativos líquidos identificáveis da adquirida mas não entravam para a determinação do *goodwill*/ ganho da concentração;
- Quando a concentração de atividades empresariais era efetuada em várias fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos não era remensurado na data da obtenção de controlo pelo que o *goodwill* anteriormente reconhecido permanecia inalterado;
- Qualquer valor de aquisição contingente era reconhecido apenas se o Grupo tivesse uma obrigação presente, o ex-fluxo fosse provável e a estimativa fosse fiavelmente determinável; alterações subsequentes neste valor eram reconhecidas como contrapartida de *goodwill*;

Os saldos e transações intergrupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

c) Participações financeiras em empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras controladas conjuntamente são incluídas na consolidação pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram incorporados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo nos bens identificáveis controlados conjuntamente é reconhecido como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

d) Participações financeiras em empresas associadas

Empresas associadas são as empresas sobre as quais o Grupo Visabeira exerce uma influência significativa na determinação das políticas operacionais e financeiras. Presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada, desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nessa associada, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada é reconhecido como *goodwill*, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido. As políticas contabilísticas de associadas são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

e) Outras participações

As participações, relativamente às quais o Grupo não assegura uma influência significativa sobre a sua atividade, nem têm o seu justo valor medido de forma fiável, são registadas ao mais baixo valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor de realização.

f) Interesses que não controlam

Os montantes de capitais próprios das empresas filiais consolidadas pelo método integral, atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses que não controlam.

Os interesses sobre o resultado líquido das filiais consolidadas que pertencem ao Grupo, são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica interesses que não controlam.

g) Alterações ao perímetro

Durante o exercício de 2013, foram várias as alterações ao perímetro (nota 9), embora sem afetar significativamente a posição financeira e o desempenho do Grupo.

2.3 RECONHECIMENTO DO RÉDITO

a) Vendas e prestação de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no exercício e os serviços totais contratados.

Os custos dos contratos de construção são reconhecidos quando incorridos. Quando as receitas do contrato não podem ser medidas com fiabilidade, os proveitos são reconhecidos na justa medida em que os custos são recuperados. Quando as receitas do contrato podem ser medidas com fiabilidade, e é provável que o contrato irá ser lucrativo, as receitas são reconhecidas ao longo do período da construção.

Se o contrato não for lucrativo, a perda prevista é reconhecida imediatamente como custo do exercício. É utilizado o método da percentagem de acabamento para reconhecer as receitas em cada período. O grau de acabamento é medido tendo em conta o peso dos custos incorridos nos custos estimados totais.

Os custos incorridos no exercício, que estão associados às atividades futuras do contrato, são excluídos do cálculo do grau de acabamento, sendo classificados como existências, custos diferidos ou outros.

Os direitos de ingresso são reconhecidos no momento da assinatura do contrato do direito de reserva e consequente recebimento.

O Grupo apresenta como um ativo os valores a recuperar de clientes para os contratos em curso cujos custos incorridos adicionados dos proveitos reconhecidos (e subtraídos das perdas reconhecidas) excedem a faturação efetuada. As faturas por pagar são apresentadas na rubrica de clientes.

Os proveitos decorrentes das vendas e prestação de serviços não são reconhecidos se existirem dúvidas quanto à cobrabilidade do produto da venda ou da prestação de serviços.

b) Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios ao investimento são incluídos na rubrica de Outros passivos não correntes e o proveito subjacente é reconhecido em quotas constantes ao longo da vida útil estimada dos ativos associados.

c) Resultados financeiros líquidos

Os resultados financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos deduzidos de juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais.

Os custos e proveitos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

d) Dividendos

Estes proveitos são reconhecidos quando o direito de recebimento do acionista é estabelecido.

e) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (por exemplo: mão de obra, materiais, transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis e existências são objeto de capitalização apenas quando preenchidas as seguintes condições:

- (i) os ativos são identificáveis e mensuráveis de forma fiável;
- (ii) existe forte probabilidade de que venham a gerar benefícios económicos futuros.

Não são reconhecidas quaisquer margens geradas internamente.

f) Especialização de exercícios

Genericamente, os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas na medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, respetivamente.

2.4 TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DO EURO

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o euro. As empresas sediadas em Angola e Moçambique têm moedas funcionais diversas, sendo as suas demonstrações financeiras transpostas para o euro utilizando as *cross rates* kwanza e metical versus dólar americano e deste para o euro.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertíveis para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, exceto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos, que na prática se constituam como uma extensão de investimentos financeiros no estrangeiro e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, as quais são registadas no capital próprio, até à alienação do investimento, momento em que são transferidos para os resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda oficial de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data do balanço para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- Taxa de câmbio média do período para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- Taxa histórica para as rubricas de investimentos financeiros/capital próprio, utilizadas aquando da primeira consolidação.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio:

Taxa câmbio

2013	2012	Código	Designação
8,93	8,62	SEK	Coroa Sueca
108,08	105,55	DZD	Dinar Argelino
11,38	11,13	MAD	Dirham Marroquino
1,38	1,32	USD	Dólar Americano
134,03	126,97	AON	Kwanza Angolano
0,84	0,82	GBP	Libra Inglesa
41,31	39,32	MT	Metical Moçambicano
4,47	4,44	RON	Novo Leu da Roménia
59,41	53,27	DOP	Peso Dominicano
18,00	17,21	MXP	Peso Mexicano
3,25	2,71	BRL	Real Brasileiro

Nos exercícios de 2013 e 2012, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio:

Taxa câmbio média

2013	2012	Código	Designação
128,84	124,42	AON	Kwanza Angolano
39,80	36,35	MT	Metical Moçambicano

2.5 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Todas as compras e vendas destes instrumentos são reconhecidas à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

2.5.1 Ativos financeiros

No momento inicial, os ativos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros classificam-se como segue, dependendo da intenção do Conselho de Administração na sua aquisição:

- a) Empréstimos e contas a receber;
- b) Investimentos detidos até à maturidade;
- c) Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação);
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda.

a) Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja significativo), deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido. Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

b) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros detidos para negociação, e os ativos designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial; e são apresentados como ativos correntes.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente para a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados do período.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros, não derivados, que o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou são assim designados no momento da aquisição, ou não se enquadram nas restantes categorias de classificação dos ativos financeiros. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reservas, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados. Esta decisão requer julgamento. Para fazer este julgamento, o Grupo Visabeira avalia, entre outros fatores, as variações das cotações das ações e o tempo/duração em que o valor de mercado das ações é inferior ao custo de aquisição.

2.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem, e classificam-se como segue:

- a) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;
- b) Empréstimos bancários;
- c) Contas a pagar.

a) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Incluem-se nesta categoria os passivos financeiros detidos para negociação, e os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados do período.

b) Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente e não corrente (neste último caso quando a sua maturidade ultrapassa os 12 meses após a data do balanço).

c) Contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja significativo)

2.5.3 Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão. As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas ocorridas na sua alienação das ações próprias são registados em “Outras reservas”, não sendo considerados nos resultados do período em que ocorrem.

2.5.4 Derivados e contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2013 encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado *fair value* destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respetivas implicações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respetivo justo valor à data de Balanço. A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data da contratação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser medida com fiabilidade;
- a cobertura é avaliada continuamente e mostra-se altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação a uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados, designados como de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidas no capital próprio, na sua componente efetiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efetiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados no momento em que o item coberto tiver também efeitos no resultado.

Quando os instrumentos financeiros derivados, embora contratados para efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não respeitam todas as condições estipuladas na IAS 39 para a sua qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como derivados detidos para negociação, sendo as respetivas variações de justo valor registadas nos resultados do período.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

2.5.5 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Empréstimos bancários”, e os ativos financeiros detidos para negociação.

2.6 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

Amortizações

Os terrenos não são amortizados, exceto os afetos à atividade extrativa, sendo as amortizações dos restantes bens calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

Os valores residuais dos bens e as suas vidas úteis são reavaliados, e ajustados caso necessário, à data de cada balanço.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

Taxas de amortização

	2013	2012
Terrenos e recursos naturais	2,50%	2,50%
Edifícios e outras construções	2,00% - 50,00%	2,00% - 50,00%
Equipamento básico	6,67% - 33,33%	6,67% - 33,33%
Equipamento de transporte	16,66% - 25,00%	16,66% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	4,00% - 25,00%	4,00% - 25,00%
Equipamento administrativo	4,00% - 10,00%	4,00% - 10,00%

2.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Compreendem imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização de capital, ou ambos, não sendo utilizados na prossecução da atividade normal dos negócios.

Inicialmente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações do justo valor das propriedades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados no ano em que são geradas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso, não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam.

A transferência para, ou de, propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento, escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pelo dono, o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso. Se uma propriedade ocupada pelo dono se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, o Grupo deve utilizar os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos fixos tangíveis, até à data da alteração de uso.

O Grupo considera que as propriedades detidas para a obtenção de rendas ou para valorização do capital devem ser classificadas como propriedades de investimento. Se o grupo inicia o desenvolvimento ou a construção de um imóvel com a intenção de vendê-lo, este deve ser transferido para inventários. Se essa propriedade for mensurada ao justo valor, essa transferência deverá ser mensurada ao justo valor na data da transferência e esse será o custo considerado para o registo da propriedade em inventários.

2.8 LOCAÇÕES

Os contratos de locação relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pela empresa para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital. Os custos financeiros são imputados aos respetivos períodos durante o prazo de locação segundo uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

As rendas classificadas como locações operacionais, nomeadamente pela inexistência de intenção de compra do bem, são contabilizadas como custo do exercício.

2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

2.9.1 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil (geralmente 3 anos)

Custos com ativos intangíveis gerados internamente e marcas próprias são registados em resultados do exercício na medida em que são incorridos.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

2.9.2 Goodwill

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) representam o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data da aquisição ou da primeira consolidação e encontram-se registadas no ativo (o *goodwill* associado à aquisição de subsidiárias é registado em investimentos financeiros) não corrente. As diferenças de consolidação negativas (*badwill*) representam o excesso do justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data da aquisição, sobre o valor de aquisição, sendo registadas em resultados. O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro, adquiridas após 1 de Janeiro de 2005, encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas na transposição de moedas são reconhecidas no capital próprio.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao valor do *goodwill* as respetivas perdas de imparidade, determinadas anualmente à data do balanço ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor, imparidade, é registada no resultado do período e não pode ser revertida subsequentemente.

2.10 IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas estão sujeitos a testes de imparidade anuais. Para aqueles que, tendo uma vida útil definida, estão sujeitos a amortizações, realizam-se também testes de imparidade sempre que as circunstâncias se alteram e o valor pelo qual se encontra escriturado possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é a quantia pela qual a quantia escriturada de um ativo excede a sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido de um ativo (justo valor – custos de venda) e o seu valor de uso, o qual decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo(s) em causa.

Para a determinação do valor recuperável, os ativos são analisados individualmente ou agrupados aos mais baixos níveis, para os quais são identificados separadamente como unidades geradoras de fluxos de caixa. Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de ativos que inclui o ativo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Sempre que o valor contabilístico do ativo é superior ao seu valor recuperável é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Se esta perda for subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado em conformidade, mas nunca poder-se-á tornar superior ao valor que estaria reconhecido caso a perda por imparidade não tivesse sido registada. A reversão da imparidade é também reconhecida na demonstração de resultados do período a que se refere.

2.11 ATIVOS DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUIDADE

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 não existem ativos nesta condição.

2.12 EXISTÊNCIAS

As existências são valorizadas ao menor, de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos de venda.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo – Inclui terrenos para futuros empreendimentos imobiliários que se encontram valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra, o qual é inferior ao respetivo preço de mercado. As restantes matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao preço de aquisição acrescido das despesas de compra até à armazenagem.

Produtos acabados e em curso – Quando correspondem a frações de edifícios para venda em empreendimentos concluídos e os produtos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta e indireta, subcontratos, outros custos variáveis e fixos e encargos financeiros. Os encargos financeiros considerados correspondem aos custos reais dos empréstimos incorridos em contratos de financiamento que referem explicitamente o empreendimento, até ao ponto em que seja razoável face ao nível da aplicação.

Os restantes produtos, acabados e em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, no qual se incluem todos os custos diretos e encargos gerais de fabrico.

As mercadorias estão valorizadas ao preço médio de aquisição, incluindo custos de transporte e armazenagem.

2.13 PROVISÕES

São constituídas provisões no balanço, sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigido para liquidar a obrigação.

- Reestruturação: Uma provisão para reestruturação é relevada após aprovação formal de uma operação de reestruturação, e esta tenha sido iniciada ou tornada pública. Os custos operacionais não devem ser considerados no valor da provisão.
- Contratos onerosos: Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios expectáveis da consecução do contrato são inferiores aos custos decorrentes da obrigação imposta por este.

As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade. O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica de “juros líquidos”. As provisões são revistas e atualizadas na data de balanço de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento da obrigação em causa.

2.14 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de um ex-fluxo de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O Grupo Visabeira encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto diferido é calculado com base no método da responsabilidade de balanço sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

Não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de consolidação e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando as mesmas não afetam o resultado contabilístico, nem o fiscal. A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos, tendo por base decisões do ponto de vista fiscal, substancialmente implementadas na data de demonstrações financeiras consolidadas.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte das transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros, superiores aos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes, contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo. De acordo com a legislação em vigor, consideramos a taxa de IRC de 23% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos ou passivos por impostos diferidos.

2.16 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

2.16.1 Provisões para pensões de reforma – plano de benefícios definidos

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de um plano de benefício definido, sendo este um plano de pensões que define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. O grupo tem em vigor vários planos de benefícios de reforma, uns a cargo do grupo e outros a cargo do Futuro Grupo Montepio Pensões.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação do benefício definido à data de balanço. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projetada.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais, resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais, são reconhecidos diretamente no capital próprio.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

2.16.2 Cessaçãõ de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

2.16.3 Férias, subsídio de férias e prémios

De acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica de “Contas a pagar e outras”.

2.16.4 Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entrou em vigor no dia 1 de Outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). Neste contexto, as empresas que contratarem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.
- As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados.

2.17 A MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

O Grupo mensura parte dos seus ativos financeiros, como ativos financeiros disponíveis para venda e para negociação, e parte dos seus ativos não financeiros, como propriedades de investimento, ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras.

A mensuração do justo valor presume que o ativo ou passivo é trocado numa transação ordenada entre participantes do mercado para vender o ativo ou transferir o passivo, na data de mensuração, sob as condições atuais de mercado.

A mensuração do justo valor é baseada no pressuposto de que a transação de vender o ativo ou transferir o passivo pode ocorrer: no mercado principal do ativo e do passivo, ou na ausência de um mercado principal, presume-se que a transação aconteça no mercado mais vantajoso. Este é o que maximiza o valor que seria recebido na venda do ativo ou minimiza o valor que seria pago para transferir o passivo, depois de considerar os custos de transação e os custos de transporte.

Devido ao facto de diferentes entidades e os diferentes negócios dentro de uma única entidade poderem ter acesso a diferentes mercados, o mercado principal ou o mais vantajoso para o mesmo ativo ou passivo pode variar de uma entidade para outra, ou até mesmo entre negócios dentro de uma mesma entidade, mas pressupõe-se que estão acessíveis ao Grupo.

A mensuração do justo valor utiliza premissas que participantes do mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou passivo, assumindo que os participantes de mercado utilizariam o ativo de modo a maximizar o seu valor e utilização.

O Grupo utiliza as técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização de dados relevantes observáveis e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos mensurados ao justo valor ou para os quais a sua divulgação é obrigatória são classificados segundo uma hierarquia de justo valor, que classifica em três níveis os dados a utilizar na mensuração pelo justo valor, detalhados abaixo:

Nível 1 – Preços de mercado cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode aceder na data de mensuração;

Nível 2 – Técnicas de valorização que utilizam *inputs* que não sendo cotados, são direta ou indiretamente observáveis;

Nível 3 – Técnicas de valorização que utilizam *inputs* não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do justo valor é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do justo valor no nível mais baixo do *input* que é mais significativo para a mensuração como um todo.

2.18 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmento de negócio

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio. A organização interna e a estrutura de gestão, bem como o sistema de relato, estão orientados para a análise do desempenho do negócio por atividade.

Segmento geográfico

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. O Grupo possui subsidiárias em Angola, Moçambique e França, pelo que aqueles países são identificados como segmentos geográficos.

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, o Conselho de Administração do Grupo Visabeira SGPS utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Análise de imparidade do *goodwill*

O Grupo testa anualmente o *goodwill* com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

b) Valorização e vida útil de ativos intangíveis

O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.

c) Reconhecimento de provisões e ajustamentos

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências (nota 42). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A política do Grupo relativamente à atribuição de *plafonds* à concessão de crédito, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, é feita através de recurso a empresas especializadas em cobertura de risco de crédito.

Excluindo os organismos estatais e os clientes com notação de risco nacional e internacional superior, refira-se que a exposição média de risco interno ascende a 20%. Porém, uma análise detalhada à variação das provisões anuais demonstra, claramente a quase inexistência de risco de cobrança. Acresce que o Grupo possui acesso às principais bases de dados do mercado que juntamente com o seu corpo de análise técnica lhe permitem ajuizar e minimizar claramente o risco creditício.

d) Justo valor das propriedades de investimento

O Grupo recorre a entidades externas para proceder ao cálculo do justo valor das propriedades de investimento. Na nota 24 são descritos os pressupostos utilizados, bem como a respetiva análise de sensibilidade. Uma avaliação é uma previsão do valor de mercado, mas não é uma garantia do valor que seria obtido numa transação. Adicionalmente, outros avaliadores podem legitimamente calcular um valor de mercado diferente.

e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros

O Grupo escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

f) Análise de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo considera que existe uma imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo do seu justo valor. Esta determinação requer julgamento. Na tomada de decisão, a Comissão Executiva do Grupo avalia, entre outras variáveis, a volatilidade normal dos preços de ações. No caso específico das ações detidas na Zon Multimédia, na EDP e na Portugal Telecom foram já reconhecidas perdas por imparidade (ver nota 26), tendo a Zon Multimédia em 2012 e 2013 e a EDP em 2013 já revertido parcialmente (em capital próprio) essa imparidade. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2013. As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se no ponto 2. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

(1) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa/grupo a partir de 01 de Janeiro de 2013

- **IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão).** A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido. O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”. A aplicação da IFRS 13 não teve impactos significativos no Grupo. De acordo com as exigências das outras IFRS, e quando necessárias, são apresentadas divulgações adicionais em cada nota em relação a cada ativo ou passivo. A hierarquia de justo valor é apresentada na nota 41.

- **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda).** A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

- **IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista).** A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista) apresenta como principais alterações as seguintes:
 - a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
 - os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.
 - benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
 - a distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

- **IAS 12 Impostos sobre o rendimento.** A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis, que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização, devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

- **IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)**
- **IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emenda) e IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais**
- **IFRS 7 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Emenda)**
- **IFRIC 20 Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície**
- **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011.** Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

IAS 16 Ativos fixos tangíveis**IAS 32 Instrumentos financeiros****IAS 34 Relato financeiro intercalar****(2) As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2013 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:**

- **IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas.** O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação – entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas.
A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.
- **IFRS 11 Acordos conjuntos.** A IFRS 11:
 - substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores.
 - altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
 - define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.
- **IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades.** A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas. Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.
- **IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011).** Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.
- **IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures.** Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.
- **IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Emendas) – Entidades de Investimento**
- **IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)**
- **IAS 36 Imparidade de ativos (Emenda): Divulgações da quantia recuperável para ativos não financeiros**
- **IAS 39 Instrumentos financeiros (Emenda): Novação de Derivados e continuação de contabilidade de cobertura**
Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras do Grupo, pese embora os impactos da adoção da IFRS 10 estejam ainda a ser avaliados.

(3) As normas e interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não endossadas pela União Europeia

- **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros).** A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

- **IAS 19 R Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

- **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012.**

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

IFRS 3 Combinações de Negócios

IFRS 8 Segmentos Operacionais

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

IAS 38 Ativos intangíveis

- **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013.** Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

IFRS 3 Combinações de Negócios

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

IAS 40 Propriedades de Investimento

- **IFRIC 21 Taxas do governo (Emissão)**

5. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

	Condições de inclusão	Sede social	% de capital detido	
			2013	2012
GRUPO VISABEIRA, SGPS, SA		Viseu	Mãe	Mãe
Visabeira Global				
Comatel - Const. Manut. Sistemas Telecomunicações, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Constructel - Contructions et Telecommunications Belgique		Mons	99,98%	99,98%
Constructel - Contructions et Telecommunications, SARL		Valence	99,96%	99,96%
Constructel África, SA		Maputo	100,00%	-
Constructel Infra-Structures, SAS		Santo Domingo	51,00%	51,00%
Constructel GmbH		Berlim	99,98%	99,98%
Constructel Sweden AB		Stockholm	99,99%	99,99%
Edivisa - Empresa de Construção Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Edivisa - Empresa de Construções, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Electrotec - Projecto, Execução e Gestão de Redes de Energia, Lda	a)	Maputo	49,00%	49,00%
Electrovisa, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Fibroglobal - Comunicações Electrónicas SA		Viseu	94,98%	94,98%
Gatel, SAS		Domessin	100,00%	100,00%
Hidroáfrica - Comércio e Indústria, SARL		Maputo	85,52%	85,52%
Intelvisa, Gestão de Participações, SA	a)	Maputo	50,00%	50,00%
Naturenergia - Agro-Energias, SA		Viseu	100,00%	100,00%
PDT - Projectos e Telecomunicações, SA		Lisboa	99,29%	99,29%
Real Life - Tecnologias de Informação, SA		Algés	65,00%	65,00%
Real Life Advanced Technologies Academy MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
Real Life Technologies MZ, SA		Maputo	65,70%	65,70%
SCI Constructel		Valence	100,00%	100,00%
Selfenergy Moçambique, SA	a)	Maputo	34,60%	34,60%
Sogitel - Sociedade de Gestão Imobiliária, Lda		Maputo	90,00%	90,00%
Televisa - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
Televisa Marrocos, SA		Casablanca	100,00%	100,00%
TVCABO - Comunicações Multimédia, Lda	a)	Maputo	50,00%	50,00%
TVCABO Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA		Viseu	99,29%	99,29%
Vibeiras, Sociedade Comercial de Plantas SA	a)	Maputo	34,35%	34,35%
Visabeira - Sociedade Técnica de Obras e Projectos, Lda		Viseu	60,00%	60,00%
Visabeira Digital - Sistemas Informação e Multimédia, SA	b)	Viseu	-	100,00%
Visabeira Global, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Investigação & Desenvolvimento Tecnológico, SA	b)	Viseu	-	100,00%
Visacasa - Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA		Cacém	100,00%	100,00%
Visagreen, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visaqua - Gestão de Infra-estruturas e Serviços, Ambientais, SA	a)	Maputo	25,50%	25,50%
Yetech, SA	a)	Cancun	30,00%	30,00%
Visabeira Indústria				
Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Álamo - Indústria e Desenvolvimento Florestal, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Ambitermo - Engenharia e Equipamentos Térmicos, SA		Cantanhede	51,00%	51,00%
Ambitermo Maroc Chaudieres Industrielles, SARL		Casablanca	51,00%	51,00%
Bordalgest, SA		Lisboa	56,00%	56,00%
Celmoque - Cabos de Energia e Telec. de Moçambique, SARL		Maputo	70,38%	70,38%
Cerexport - Cerâmica de Exportação, SA *		Aveiro	81,37%	76,89%
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA		Sátão	100,00%	100,00%
Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, Lda	a)	Caldas da Rainha	47,04%	47,04%
Faianças da Capôa - Indústria de Cerâmica, SA *		Aveiro	81,37%	76,89%
Granbeira - Soc. de Exploração e Comércio de Granitos, SA		Viseu	98,75%	98,75%
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA		Vouzela	100,00%	100,00%
Marmonte - Mármore de Moçambique, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Mob - Indústria de Mobiliário, SA		Viseu	97,77%	97,77%
Mob Cuisines, SASU		Paris	97,77%	-
Pinewells, SA		Arganil	63,53%	63,53%
Ria Stone - Fábrica de Louça de Mesa em Grés, SA*		Ílhavo	81,37%	76,89%
Tubangol - Tubos de Angola, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visabeira Indústria, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visaconstroí - Construção e Gestão Imobiliária, Lda		Luanda	100,00%	100,00%

Visabeira Indústria (cont.)

Vista Alegre Atlantis, SA*		Lisboa	81,37%	76,89%
Vista Alegre Atlantis Brasil - Comércio, Importação e Exportação, SA*		Vitória	62,14%	57,66%
Vista Alegre Atlantis Imobiliária e Investimento, SA.*		Ílhavo	81,37%	-
Vista Alegre Atlantis Moçambique, Lda.*		Maputo	81,37%	76,89%
Vista Alegre Atlantis, SGPS SA		Ílhavo	81,37%	76,89%
Vista Alegre Atlantis UK LTD.*		Londres	81,37%	76,89%
Vista Alegre Atlantis USA *		Nova Iorque	81,37%	-
Vista Alegre España, SA*		Madrid	81,37%	76,89%
Vista Alegre Grupo - Vista Alegre Participações, SA*		Lisboa	80,83%	76,35%
Vista Alegre Renting, Lda*		Ílhavo	81,37%	76,89%

Visabeira Turismo

Convisa Turismo, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Empreendimentos Tur. Montebelo - Soc. Tur. e Recreio, SA		Viseu	99,83%	99,83%
Imobiliária Panorama, Lda		Maputo	70,00%	-
Inhambane Empreendimentos, Lda		Maputo	80,00%	80,00%
Movida - Empreendimentos Turísticos, SA		Viseu	99,83%	99,83%
Mundicor - Viagens e Turismo, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Prato Convivas - Sociedade Hoteleira, Lda	a)	Viseu	100,00%	50,00%
Ródia - Sociedade Beiraltina de Turismo e Diversões, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Turvisa - Empreendimentos Turísticos, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Turvisa, Lda	a)	Lubango	30,00%	30,00%
VAA - Empreendimentos Turísticos, SA		Ílhavo	98,12%	95,55%
Visabeira Turismo, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Zambeze - Restauração, S.A	a)	Lisboa	50,00%	50,00%

Visabeira Imobiliária

Ífervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA		Lisboa	100,00%	-
Imovisa - Imobiliária de Moçambique, Lda	a)	Maputo	49,00%	49,00%
Visabeira Imobiliária, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Imobiliária, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%

Visabeira Participações Financeiras

1101 Solutions, Unipessoal Lda		Viseu	100,00%	100,00%
Agrovisa - Agricultura e Pecuária, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Arte e Cena - Proj., Obras e Constr. Cinematográficas, Lda	c)	Viseu	-	90,00%
Autovisa - Serviços Auto, SARL		Maputo	80,00%	80,00%
Benetrónica - International Commerce, Imp. e Exportação, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Catari Angola, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Combustíveis do Songo, SA		Songo	100,00%	-
Convisa Engenharia, Lda	a)	Luanda	50,00%	50,00%
Digispirit - Gestão e Exploração de Espaços Comerciais, Lda		Viseu	100,00%	100,00%
Imensis - Soc. Gestão Empreendimentos Imobiliários, Lda	a)	Maputo	49,00%	49,00%
lutel - Infocomunicações, SA	a)	Viseu	50,00%	50,00%
Joafil - Acessórios Automóveis, Lda	c)	Viseu	-	90,00%
Mercury Comercial, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Mercury Comercial, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Mercury South Africa, Lda		Johannesburg	100,00%	100,00%
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA		Aveiro	54,57%	54,57%
Predibeira - Compra e Venda de Propriedades, Lda	a)	Viseu	50,00%	50,00%
PTC - Serviços de Telecomunicações, SA		Lisboa	100,00%	100,00%
Rentingvisa, Unipessoal Lda		Viseu	100,00%	100,00%
Telesp Telecomunicaciones, Electricidad y Gás de España, SA		Madrid	100,00%	100,00%
Visabeira Angola - Investimento e Participações, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visabeira Espanha, SA		Madrid	100,00%	100,00%
Visabeira Estudos e Investimentos, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, SA	b)	Viseu	-	100,00%
Visabeira Moçambique, Lda		Maputo	100,00%	100,00%
Visabeira Participações Financeiras, SGPS, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visabeira Pro - Gestão de Serviços Partilhados, Lda	b)	Viseu	-	100,00%
Visabeira Saúde, SA		Viseu	100,00%	100,00%
Visarocha - Rochas de Angola, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visasecil - Prestação de Serviços, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visatur - Empreendimentos Turísticos, Lda		Luanda	100,00%	100,00%
Visauto - Reparações Auto, Lda		Luanda	100,00%	100,00%

Visabeira Turismo e Imobiliária, SGPS, SA

		Viseu	100,00%	-
--	--	-------	---------	---

* Consolidadas pela VAA, SGPS, empresa cotada.

a) As empresas acima indicadas são consideradas subsidiárias e consolidadas pelo método integral porque o Grupo Visabeira tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais destas empresas e obter benefícios das suas atividades. Na avaliação da existência de controlo, foi tido em consideração aspetos particulares como sejam a detenção da maioria dos direitos de voto, acordos de gestão e representatividade nos órgãos de gestão

b) Empresas fundidas na Visabeira Pro - Estudos e Investimentos, SA

c) Empresas fundidas na Benetrónica - International Commerce, Imp. e Exportação, SA

6. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

	Sede social	% de Capital detido 2013	% de Capital detido 2012
Visabeira Global			
ACEEC - A.C.E. Eléctricas do Centro, ACE	Viseu	50,00%	50,00%
Domingos da Silva Teixeira/Visabeira, ACE	Lisboa	50,00%	50,00%
Visabeira Imobiliária			
Ifervisa - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento Imobiliário, SA	Lisboa	-	50,00%

No exercício de 2013, foram adquiridos os restantes 50% da Ifervisa, passando o Grupo a deter esta empresa na totalidade, consolidando assim pelo método integral (ver nota 5).

7. EMPRESAS ASSOCIADAS

	Sede social	Participação		Capital próprio	Res. líquido	Valor contabilístico		Efeito do MEP		
		2013	2012	2013	2013	2013	2012	2013	2012	
Visabeira Global										
Beiragás, SA	Viseu	23,52%	23,52%	30.009.398	4.319.227	9.131.312	8.153.837	977.475	946.194	
Beiragás, SA - Empréstimos	-	-	-	-	-	2.238.111	1.246.543	-	-	
Visabeira Imobiliária										
Figueira Paranova, SA *	Figueira da Foz	-	48,00%	-	-	-	0	-	0	
Visabeira Turismo										
Doutibelo, Lda	Viseu	19,97%	19,97%	1.724.353	-565.304	2.995.217	3.108.278	-113.061	-100.507	
Doutibelo, Lda - empréstimos	-	-	-	-	-	1.606.497	-	-	-	
Lipilichi Holdings, Lda	Port-Louis	15,00%	15,00%	27.510	0	36	36	0	0	
Mtdendele Holdings, Lda	Port-Louis	25,00%	25,00%	2.562	0	60	60	0	0	
Sem Amarras, SA	Viseu	19,97%	19,97%	1.504.978	-204.361	1.755.258	1.796.131	-40.872	-55.319	
Sem Amarras, SA - empréstimos	-	-	-	-	-	5.153.325	-	-	-	
Visabeira Participações Financeiras										
Gevisar, SA	Stª Mª da Feira	30,00%	30,00%	25.250.829	-831.709	4.212.884	4.660.111	-249.513	197.714	
Martifer Amal, SA	Maputo	35,00%	-	818.927	-409.726	286.625	-	-222.493	-	
Payshop, Lda	Maputo	35,00%	35,00%	-857.837	-167.171	0	0	0	0	
Porto Salus Azeitão, SA	Setubal	40,00%	40,00%	3.003.758	0	1.391.379	1.391.379	0	0	
TOTAL						28.770.705	20.356.374	351.536	988.081	

* Em processo de dissolução

O quadro que se segue evidencia a parte proporcional do Grupo nos balanços e demonstrações dos resultados das empresas acima referenciadas:

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Visabeira Global					
Beiragás, SA	2012	21.730.394	14.672.183	5.832.167	4.847.566
	2013	21.860.070	13.785.769	5.421.109	4.405.226
Visabeira Turismo					
Doutibelo, Lda	2012	1.856.227	1.398.972	61.460	161.816
	2013	1.855.683	1.510.920	29.093	141.985
Lipilichi Holdings, Lda	2012	489.049	501.283	63	16.424
	2013	308.837	513.094	0	0
Mtdendele Holdings, Lda	2012	4.352	3.877	11.900	11.734
	2013	3.866	3.253	0	0
Sem Amarras, SA	2012	1.966.629	1.651.737	13.559	68.781
	2013	1.970.114	1.669.644	27.459	68.331
Visabeira Imobiliária					
Figueira Paranova, SA	2012	2.075.273	2.263.353	105.927	67.032
	2013	-	-	-	-

	Ano	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Visabeira Participações Financeiras					
Payshop, Lda	2012	87.441	387.683	494	59.003
	2013	60.195	344.641	0	0
Porto Salus Azeitão, SA	2012	8.206.993	7.003.924	0	1.566
	2013	9.058.458	7.856.955	0	0
Gevisar, SA	2012	13.183.150	5.829.376	344.873	316.828
	2013	13.157.001	5.581.752	82.707	332.220
Martifer Amal, SA	2012	-	-	-	-
	2013	1.742.446	1.455.822	265.985	409.389
TOTAL 2012		49.599.506	33.712.389	6.370.442	5.550.751
TOTAL 2013		50.016.671	32.721.851	5.826.353	5.357.150

8. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Participações no capital	Sede Social	%	Valor de Balanço 2013	%	Valor de Balanço 2012
Não corrente					
Fractalnema, SA	Viseu	19,00%	5.527.270	19,00%	5.527.270
Twin City Maputo, Lda	Maputo	40,00%	383.794	40,00%	383.794
Parque de Ciência e Inovação (PCI)	Ílhavo	5,00%	375.000	5,00%	375.000
Fundação Visabeira, ISS	Viseu	85,09%	360.000	85,09%	360.000
HPP Viseu	Viseu	35,00%	210.000	35,00%	210.000
Transcom - S. F. C. Auditoria T. Comunicações, SARL	Maputo	22,00%	193.174	22,00%	193.174
TF Turismo Fundos - SGFII, S.A.	Lisboa	2,50%	137.574	2,50%	137.574
Moçambique Companhia de Seguros, SARL	Maputo	5,00%	97.382	5,00%	97.382
Duofil, Lda	Pedrogrão Grande	3,17%	75.000	3,17%	140.000
PIM - Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	5,66%	74.315	5,66%	74.315
Açor Pensões	Ponta Delgada	5,00%	49.880	5,00%	49.880
Imersys Ceramic	Maputo	n.d.	42.000	n.d.	48.000
Lusitânia Gás - Companhia de Gás do Centro, SA	Aveiro	0,04%	26.784	0,04%	7.784
Centro Venture - Soc. Capital de Risco, SA	Coimbra	3,33%	25.000	3,33%	25.000
Associação Inov Paredes	Paredes	10,00%	25.000	10,00%	25.000
Gestinviseu - Parques Empresariais de Viseu, SA	Viseu	4,00%	19.952	4,00%	19.952
Garval		n.d.	11.263	n.d.	11.263
Hospital Nossa Senhora da Arrábida, Lda	Azeitão	20,00%	10.200	-	-
Itexample, ACE	Santarém	1,54%	10.000	1,54%	10.000
Norgarante		n.d.	9.430	n.d.	9.430
Lisgarante		n.d.	9.183	n.d.	9.183
Oeirasepo, SA	Oeiras	12,75%	8.500	12,75%	8.500
Sinergestão, Lda	Maputo	n.d.	5.425	n.d.	5.425
Sinergisa, Lda	Maputo	n.d.	1.492	n.d.	1.492
Base Force, Lda	Viseu	20,00%	1.000	20,00%	1.000
Outras participações			25.391		5.126
			7.714.010		7.735.544
Empréstimos financiamento					
Fractalnema, SA	Viseu		2.500.005		2.500.005
Base Force, Lda	Viseu		397.870		296.620
			2.897.875		2.796.625
Seguro de capitalização			0		18.000.000
Empréstimos a acionistas			18.000.000		0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			131.215		137.856
TOTAL			28.743.100		28.670.025

No final de 2013, o Grupo mantém no saldo de investimentos financeiros um valor de 18 milhões de euros relativo a um empréstimo concedido ao acionista maioritário, em Junho de 2013. Este financiamento é remunerado a uma taxa de 5% com possibilidade de revisão em função de alterações supervenientes de mercado ou modificação do custo de financiamento do Grupo, com um prazo de 6 anos (vencimento a 21 Junho 2019). O seguro de capitalização foi resgatado na data do seu vencimento.

9. ALTERAÇÕES AO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

		% Detida	Data	Valor
Aquisições / Constituições				
Combustíveis do Songo	Constituição	100,00%	01.05.2013	2.421
Constructel África, SA	Constituição	100,00%	15.07.2013	145.243
Hospital Nossa Senhora da Arrábida, SA	Constituição	20,00%	30.08.2013	10.200
Mob Cuisines	Constituição	97,77%	07.03.2013	100.000
VAA I.I. - Sociedade Imobiliária, SA	Constituição	81,37%	13.05.2013	100.000
Visabeira Turismo e Imobiliária, SGPS, SA	Constituição	100,00%	23.07.2013	50.000
Vista Alegre Atlantis USA, Lda.	Constituição	81,37%	01.03.2013	36.256
TOTAL				444.120

		% Alienada	Data	Valor
Alienações / Dissoluções				
Arte e Cena - Proj., Obras e Constr. Cinematográficas, Lda	Fusão	90,00%	27.12.2013	179.567
Constructel Roménia	Dissolução	100,00%	01.07.2013	154.138
Joafil - Acessórios Automóveis, Lda	Fusão	90,00%	27.12.2013	179.567
Visabeira Digital - Sistemas Informação e Multimédia, SA	Fusão	100,00%	27.12.2013	50.000
Visabeira Investigação & Desenvolvimento Tecnológico, SA	Fusão	100,00%	27.12.2013	100.000
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, SA	Fusão	100,00%	27.12.2013	187.000.000
Visabeira Pro - Gestão de Serviços Partilhados, Lda	Fusão	100,00%	27.12.2013	600.000
TOTAL				188.263.273

O impacto das alterações do perímetro no ativo e no passivo não é significativo, pelo facto de se tratar de constituições de empresas.

10. ATIVIDADES DESCONTINUADAS

Nos exercícios de 2013 e 2012 não se registaram atividades descontinuadas.

De igual forma, desde 31 de Dezembro de 2013 e até à presente data, não existem decisões para descontinuar atividades operacionais.

11. PRINCIPAIS INDICADORES POR SEGMENTOS

a) Por área de atividade	Anos	Global	Indústria	Turismo	Imobiliária	Participações Financeiras	Total
Volume de negócios	2012	386.142.476	98.718.678	33.621.030	3.301.258	12.170.606	533.954.047
	2013	393.636.561	108.171.626	32.578.707	10.685.133	17.783.336	562.855.363
EBITDA	2012	46.435.309	7.050.784	13.071.588	790.048	3.873.308	71.221.037
	2013	50.363.317	9.103.713	12.851.445	3.083.566	7.118.727	82.520.768
Resultados operacionais*	2012	37.624.484	1.645.659	8.587.812	637.074	3.183.700	51.678.729
	2013	37.993.161	-1.786.165	7.975.059	5.262.713	10.141.565	59.586.332
Resultado líquido	2012	28.055.659	605.650	1.815.302	-1.485.665	-21.414.225	7.576.721
	2013	15.901.428	-6.800.850	5.643.727	668.903	-10.971.252	4.441.956
Ativos tangíveis/intangíveis**	2012	126.836.966	168.974.025	122.998.940	2.608.527	21.716.102	443.134.559
	2013	181.092.650	185.515.130	122.298.238	2.438.611	23.804.084	515.148.712
Existências	2012	43.176.788	36.523.211	203.693	83.407.510	6.318.034	169.629.235
	2013	52.134.890	38.865.098	344.998	88.549.122	5.628.402	185.522.511

b) Por área geográfica	Anos	Portugal	Moçambique	Angola	França	Bélgica	Espanha	Outros	Total
Volume de negócios	2012	341.199.410	72.083.404	49.874.616	56.830.488	6.116.331	5.835.224	2.014.573	533.954.047
	2013	328.410.920	81.209.465	70.192.246	65.862.352	5.717.900	5.643.451	5.819.028	562.855.363
EBITDA	2012	33.929.852	14.798.921	21.748.505	1.546.987	245.483	-875.465	-173.245	71.221.037
	2013	42.438.441	15.268.854	25.121.364	1.509.534	236.819	-982.122	-1.072.123	82.520.768
Resultados operacionais*	2012	15.806.105	11.054.569	24.560.390	1.275.882	148.294	-977.562	-188.948	51.678.729
	2013	27.553.763	14.955.267	18.949.625	1.110.842	123.542	-1.057.222	-2.049.484	59.586.332
Resultado líquido	2012	-10.509.344	1.925.471	16.551.796	753.331	43.883	-983.976	-204.441	7.576.721
	2013	-7.922.443	2.762.714	11.336.178	573.324	40.327	-1.211.068	-1.137.076	4.441.956
Ativos tangíveis/intangíveis**	2012	322.638.590	55.050.451	62.406.521	2.200.351	312.945	343.802	181.899	443.134.559
	2013	377.159.581	62.913.137	71.040.389	2.695.904	249.302	381.183	709.217	515.148.712
Existências	2012	147.116.815	12.477.766	8.093.975	6.650	0	611.868	1.322.161	169.629.235
	2013	158.709.907	14.635.214	9.644.722	224.587	100.279	542.981	1.664.822	185.522.511

* Excluindo o efeito dos fenómenos não recorrentes (justo valor das propriedades de investimento e reversão de imparidades de clientes)
** nota 25

12. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

	2013	2012
Construção de novas células em Moçambique (TVCABO)	2.905.020	1.159.832
Lojas e edifícios (Vista Alegre e Ria Stone)	497.836	788.235
Recuperação, restauro e criação de novos moldes e madres	160.037	381.919
Obras no parque desportivo de Aveiro	122.407	125.206
Desenvolvimento de aplicação de software	93.000	0
Mobiliário de exposição	59.561	293.705
Pedreira de Benguela	28.033	103.403
Construção de novas células em Angola (TVCABO)	11.380	109.891
Aldeamento Turístico e Montebelo Golfe	0	107.938
Outros	0	208.435
TOTAL	3.877.275	3.278.564

13. OUTROS PROVEITOS E OUTROS CUSTOS

	2013	2012
Outros Proveitos		
Proveitos suplementares	8.023.122	6.236.482
Subsídios ao investimento	239.055	236.786
Correções relativas a períodos anteriores	153.106	50.240
Ganhos em existências	0	627
TOTAL	8.415.284	6.524.134
Outros Custos		
Impostos	3.440.911	2.886.039
Dívidas incobráveis	118.980	354.993
Correções relativas a períodos anteriores	26.113	147.412
Perdas com imobilizações corpóreas	6.665	66.954
Multas e penalidades	0	80.327
Outros	2.429.301	400.588
TOTAL	6.021.971	3.936.311

A rubrica de proveitos suplementares inclui sinistros e outros rendimentos não financeiros como rendas e alienações de ativos fixos tangíveis. Em “outros custos operacionais” estão incluídas correções de períodos anteriores.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2013	Peso %	2012	Peso %
Subcontratos	116.796.784	55%	121.798.745	71%
Rendas e alugueres	16.578.111	8%	16.807.241	6%
Trabalhos especializados	15.482.448	7%	12.171.008	3%
Conservação e reparação	8.727.032	4%	6.239.703	3%
Combustíveis	8.088.284	4%	8.002.299	3%
Eletricidade	7.358.490	3%	7.676.223	3%
Transporte de mercadorias	6.037.591	3%	5.792.980	1%
Publicidade	5.036.102	2%	3.420.349	1%
Seguros	3.839.612	2%	3.637.323	1%
Comunicação	3.214.314	2%	3.341.434	1%
Deslocações e estadas	2.977.847	1%	2.288.020	1%
Vigilância e segurança	2.659.715	1%	2.474.512	1%
Comissões	2.529.740	1%	2.546.021	1%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.290.401	1%	1.766.615	1%
Limpeza, higiene e conforto	1.773.737	1%	1.691.569	1%
Material de escritório	683.277	0%	781.578	0%
Despesas de representação	358.379	0%	651.295	0%
Honorários	22.947	0%	1.109.399	0%
Outros	7.839.746	4%	6.585.694	1%
TOTAL	212.294.557	100%	208.782.009	100%

A redução de subcontratos tem a sua contrapartida no aumento dos custos com o pessoal (nota 15).

15. CUSTOS COM O PESSOAL

	2013	2012
Remunerações do pessoal	91.782.218	83.202.626
Contribuições para a segurança social	17.335.731	15.812.872
Remuneração dos órgãos sociais	1.274.646	1.302.252
Seguros	895.893	926.116
Custos ação social	756.023	698.911
Outros	1.505.039	2.644.996
TOTAL	113.549.551	104.587.773

Durante o exercício de 2013, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo foi de 8.099 empregados, com a seguinte distribuição por setor de atividade e país:

Número médio de trabalhadores por área de negócio	2013	2012
Global	3.718	2.932
Indústria	2.325	2.272
Turismo	854	791
Imobiliária	606	535
Participações Financeiras	597	555
TOTAL	8.099	7.085

Número médio de trabalhadores por país	2013	2012
Portugal	3.796	3.727
Moçambique	2.516	2.041
Angola	1.137	866
França	552	388
Bélgica	88	60
Alemanha	9	0
República Dominicana	0	3
TOTAL	8.099	7.085

16. AMORTIZAÇÕES

	2013	2012
Amortizações em ativos fixos intangíveis		
Projetos de desenvolvimento	380.112	326.758
Outros ativos intangíveis	120.665	100.176
Total amortizações em ativos fixos intangíveis	500.777	426.934
Amortizações em ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	649.681	457.303
Edifícios e outras construções	8.684.068	7.092.646
Equipamento básico	6.403.362	5.022.908
Equipamento de transporte	2.653.398	1.922.850
Equipamento administrativo	845.926	1.191.473
Outros ativos tangíveis	3.197.225	3.428.194
Total amortizações em ativos fixos tangíveis	22.433.660	19.115.373
TOTAL AMORTIZAÇÕES	22.934.436	19.542.308

17. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

	2013	2012
Aumentos nas provisões	5.311.164	2.647.867
Reduções nas provisões	-3.638.228	-11.621.869
	1.672.936	-8.974.002

Em 2012, a reversão das provisões e ajustamentos incluiu o montante de 6,5 milhões de euros na sequência do recebimento no mês de dezembro de 2012, de um valor significativo de um dos principais clientes de Angola e 5 milhões de euros decorrentes da recuperação de créditos considerados incobráveis no passado.

18. JUROS SUPORTADOS, LÍQUIDOS

	2013	2012
Juros suportados		
Empréstimos obtidos	-30.151.995	-33.649.269
SWAP de taxa de juro	0	1.828.420
	-30.151.995	-31.820,849
Juros obtidos		
Empréstimos obtidos	2.037.740	2.204.531
	2.037.740	2.204.531
TOTAL	-28.114.255	-29.616.318

Os *Swaps* de taxa de juro foram liquidados na sua totalidade em Janeiro 2013.

19. GANHOS/(PERDAS) EM AÇÕES COTADAS

	2013	2012
Ativos financeiros detidos para negociação (Ver nota 27)	366.282	105.533
Ativos financeiros disponíveis para venda - imparidade (Ver nota 27)	-13.925.659	-20.345.520
Mais/(menos) valias na alienação.	2.195.901	0
Dividendos	11.534.674	23.345.326
Juros dos empréstimos relacionados com os ativos financeiros	-9.602.984	-13.703.483
TOTAL	-9.431.786	-10.598.144

O efeito da renegociação das maturidades dos papéis comerciais (ver 38.1), aliado à redução da dívida em resultado da alienação das ações da EDP, originou uma diminuição dos juros suportados relacionados com os ativos financeiros de cerca de 4,1 milhões de euros. A mais valia de 2 milhões de euros decorre da venda de ações da EDP.

Os dividendos recebidos detalham-se da seguinte forma:

	2013	2012
Portugal Telecom, SA	7.683.938	15.367.875
EDP - Electricidade de Portugal, SA	3.010.960	6.857.749
ZON Multimédia SGPS, SA	839.776	1.119.702
TOTAL	11.534.674	23.345.326

20. OUTROS CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

	2013	2012
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-5.817.072	-13.982.267
Outros custos	-3.347.968	-3.534.215
Descontos de pronto pagamento concedidos	-76.117	-81.059
Diferenças de câmbio favoráveis	3.667.960	9.237.639
Descontos de pronto pagamento obtidos	60.860	55.518
Outros proveitos	49.544	204.329
TOTAL	-5.462.792	-8.100.056

As operações em Moçambique contribuíram negativamente em 1,3 milhões de euros (2012: 3 milhões de euros) para o saldo líquido das diferenças de câmbio, enquanto que as operações de Angola contribuíram positivamente 200 mil euros (2012: negativamente 1,2 milhões de euros).

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	2013	2012
Imposto corrente	-10.727.818	-6.855.805
Imposto diferido	-5.949.258	3.021.178
Imposto sobre o rendimento do exercício	-16.677.075	-3.834.627
	2013	2012
Ativo por imposto diferido		
Prejuízos fiscais	9.836.169	15.839.958
Ajustamento e outras provisões não aceites fiscalmente	2.908.210	3.508.962
Ajustamento fiscal de transição	1.950.396	3.145.892
Benefícios fiscais	350.804	561.773
Variações cambiais	253.077	1.008.071
Resultados não realizados em operações intra-grupo	233.306	245.866
Impostos diferidos de ajustamentos às contas de imobilizado	247.554	138.345
Total ativo por imposto diferido	15.779.515	24.448.867
Passivo por imposto diferido		
Diferença para o justo valor de propriedades de investimento	18.227.692	18.313.987
Justo valor de ativos intangíveis	17.844.320	19.396.000
Reservas de reavaliação livres (anterior "POC")	15.321.620	16.268.747
Diferença para o justo valor dos terrenos	2.824.638	3.212.986
Ajustamento fiscal de transição	322.765	322.765
Ajustamento e outras provisões não aceites fiscalmente	85.080	0
Variações cambiais	82.777	249.412
Outros ajustamentos decorrentes da consolidação	70.834	73.084
Reservas de reavaliação legais (anterior "POC")	0	6.346
Total passivo por imposto diferido	54.779.726	57.843.327
	2013	2012
Demonstração dos resultados		
Resultado consolidado antes de imposto	21.119.031	11.411.348
Imposto corrente sobre os resultados do exercício	-10.727.818	-6.855.805
Imposto diferido		
Justo valor de ativos intangíveis	1.551.680	0
Reservas de reavaliação livres (anterior "POC")	953.472	187.983
Diferença para o justo valor dos terrenos	388.347	0
Impostos diferidos de ajustamento às contas de imobilizado	109.209	0
Diferença para o justo valor de propriedades investimento	86.295	295.015
Outros ajustamentos decorrentes da consolidação	2.250	0
Resultados não realizados em operações intra-Grupo	-12.560	76.397
Benefícios fiscais	-210.970	-814.884
Variações cambiais	-588.359	987.133
Ajustamento e outras provisões não aceites fiscalmente	-1.029.337	-1.823.238
Ajustamento fiscal de transição	-1.195.496	-1.450.711
Prejuízos fiscais	-6.003.790	5.134.365
Outros	0	429.116
Imposto diferido	-5.949.258	3.021.178
Imposto sobre o rendimento do exercício	-16.677.075	-3.834.627

A elevada taxa efetiva de imposto é explicada pela não dedutibilidade das perdas por imparidade das ações da Portugal Telecom e pelo desconhecimento de impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por não ser provável a sua utilização antes dos respetivos prazos de expiração.

22. ATIVOS TANGÍVEIS

	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo
Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2012	19.588.159	184.067.618	64.089.646	6.850.370	3.595.768
Aumentos	719.492	3.656.424	11.039.841	3.483.360	380.224
Alienações/Transferências	5.963.535	3.792.735	2.720.517	588.213	1.473.198
Efeito cambial	-29.240	-4.005.007	-2.066.735	-420.884	-112.957
Imparidade	0	30.942	11.866	-58.328	2.851
Amortizações do exercício	-457.303	-7.092.646	-5.022.908	-1.922.850	-1.191.473
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	25.784.644	180.450.066	70.772.227	8.519.881	4.147.612

A 31 de Dezembro de 2012

Custos de aquisição	27.218.689	262.034.818	174.062.500	25.033.366	22.382.740
Amortizações acumuladas	1.380.525	81.510.176	103.282.826	16.455.158	18.233.730
Perdas de imparidade	53.520	74.575	7.447	58.328	1.397
Ativos tangíveis	25.784.644	180.450.066	70.772.227	8.519.881	4.147.612

Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2013	25.784.644	180.450.066	70.772.227	8.519.881	4.147.612
Aumentos	261.309	39.716.774	13.775.325	10.622.236	1.123.059
Alienações/Transferências	551.126	-1.055.130	-824.317	1.495.761	479.491
Alterações ao perímetro	0	0	0	0	12.434
Efeito cambial	-49.355	-2.944.889	-2.154.559	-373.797	-69.629
Imparidade	4.000	19.828	-40	58.328	1.397
Amortizações do exercício	-649.681	-8.684.068	-6.403.362	-2.653.398	-845.926
Saldo final a 31 de Dezembro de 2013	25.902.044	207.502.581	75.165.274	17.669.010	4.848.438

A 31 de Dezembro de 2013

Custos de aquisição	27.426.263	296.655.245	187.817.129	35.625.275	23.723.737
Amortizações acumuladas	1.474.700	89.097.917	112.644.368	17.956.265	18.875.299
Perdas de imparidade	49.519	54.747	7.487	0	0
Ativos tangíveis	25.902.044	207.502.581	75.165.274	17.669.010	4.848.438

	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2012	5.074.071	32.257.939	6.864.321	322.387.892
Aumentos	693.366	38.838.727	1.323.500	60.134.933
Alienações/Transferências	4.725.276	-13.243.605	0	6.019.870
Efeito cambial	-81.703	-189.264	0	-6.905.789
Imparidade	-19.383	-2.296	0	-34.348
Amortizações do exercício	-3.428.194	0	0	-19.115.373
Saldo final a 31 de Dezembro de 2012	6.963.433	57.661.501	8.187.821	362.487.184
A 31 de Dezembro de 2012				
Custos de aquisição	36.100.343	57.661.501	8.187.821	612.681.778
Amortizações acumuladas	29.111.790	0	0	249.974.206
Perdas de imparidade	25.120	0	0	220.387
Ativos tangíveis	6.963.433	57.661.501	8.187.821	362.487.184
Saldo Inicial a 1 de Janeiro de 2013				
Aumentos	1.543.894	29.036.683	980.924	97.060.203
Alienações/Transferências	4.008.567	-1.995.118	34.146	2.694.527
Alterações ao perímetro	0	0	0	12.434
Efeito cambial	54.324	-408.570	0	-5.946.475
Imparidade	24.672	0	0	108.186
Amortizações do exercício	-3.197.225	0	0	-22.433.660
Saldo final a 31 de Dezembro de 2013	9.397.665	84.294.496	9.202.891	433.982.399
A 31 de Dezembro de 2013				
Custos de aquisição	36.994.923	84.294.496	9.202.891	701.739.960
Amortizações acumuladas	27.596.810	0	0	267.645.359
Perdas de imparidade	448	0	0	112.202
Ativos tangíveis	9.397.665	84.294.496	9.202.891	433.982.399

INVESTIMENTO EM ATIVOS TANGÍVEIS E EM CURSO

Os investimentos mais relevantes em 2013 foram os seguintes:

GLOBAL

Na área das telecomunicações e construção, destaca-se pelo segundo ano consecutivo o investimento realizado pela Fibroglobal na construção e implementação das Redes Nova Geração, no montante de 29 milhões de euros. Em Angola, a TVCABO absorveu os maiores valores, investindo na expansão da rede, tendo investido 13,7 milhões de euros. Em Moçambique, a TVCABO investiu 9 milhões de euros na conversão de rede para FTTH em Maputo e na manutenção de rede.

Nesta área ainda foram capitalizados alguns custos, nomeadamente fornecimentos e serviços externos, encargos financeiros e custos com pessoal, com maior incidência na TVCABO Angola e Moçambique.

INDÚSTRIA

Nesta área, depois do ciclo de fortes investimentos dirigidos à maior eficiência operacional, com apostas na qualidade e na adequação ambiental das unidades, iniciou-se uma nova fase caracterizada pela política seletiva e integrada de análise e aprovação de aplicações em capital fixo, de forma a assegurar a plena competitividade dos seus ativos. Deste modo, em 2013, o investimento ascendeu a 23,6 milhões de euros, essencialmente realizado pela Vista Alegre Atlantis (21,4 milhões de euros), destacando-se o valor do investimento em curso na nova fábrica Ria Stone (16 milhões de euros)

TURISMO

Neste âmbito, destaca-se o investimento realizado pela Turvisa de 1,6 milhões de euros, nas duas novas unidades no Songo e na Gorongosa e ainda em equipamento básico e mobiliário administrativo para as diversas unidades, bem como na aquisição de viaturas.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Nesta *sub-holding*, o destaque vai para a Parque Desportivo de Aveiro que teve um investimento de 911 mil euros no projeto em curso.

23. GOODWILL

	Ano de aquisição	Valor do <i>goodwill</i>	
		2013	2012
Visabeira Global			
Viatel - Tecnologia de Comunicações, SA	1997, 2002	14.997.178	14.997.178
Edivisa - Empresa de Construções, SA	1993, 2002	888.354	888.354
Gatel, SAS	2008	869.778	869.778
Electrotec, Lda	2008	768.337	768.337
Visabeira Indústria			
Granbeira - Soc. Expl. Com. Granitos, SA	1992, 1998, 2002	3.116.383	3.116.383
Granbeira II - Rochas Ornamentais, SA	1992, 1998, 2001, 2002	2.105.101	2.105.101
Mob - Indústria de Mobiliário, SA	1998, 2002	1.320.221	1.320.221
Cerutil - Cerâmicas Utilitárias, SA	1993, 2002	401.130	401.130
Visabeira Turismo			
Empreendimentos Turísticos Montebelo, SA	1998, 2002	2.518.558	2.518.558
Visabeira Participações Financeiras			
Visabeira Moçambique, SARL	2001, 2002	3.390.676	3.390.676
PDA - Parque Desportivo de Aveiro, SA	2008	894.659	894.659
Outros		1.637.928	1.296.432
TOTAL		32.908.305	32.566.809

Para efeitos da análise da imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa, as quais correspondem aos segmentos de negócio reportáveis. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais daqueles segmentos, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2013, o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo o *goodwill*, não excede o seu valor recuperável, sendo de realçar relativamente ao valor do *goodwill* mais elevado alocado ao negócio desenvolvido pela Viatel, o EBITDA desta empresa (2013: 5,3 milhões de euros; 2012: 6,8 milhões de euros).

24. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	2013	2012
Saldo inicial	245.123.803	247.053.155
Amortizações	-37.135	-14.405
Reclassificação de imobilizado	-2.268.070	0
Alteração no justo valor	5.862.932	-1.914.947
TOTAL	248.681.529	245.123.803
Palácio do Gelo Shopping	158.421.000	158.085.319
Aldeamento Turístico Montebelo Golfe Resort	60.484.613	60.234.613
Edifícios Vista Alegre Atlantis	22.035.225	24.303.295
Visabeira Moçambique, Lda (Empreendimento)	5.244.507	0
Edifício MOB 2	2.300.000	2.300.000
Visabeira Imobiliária, SA (Arrendamentos)	196.184	200.576
TOTAL	248.681.529	245.123.803

As propriedades de investimento estão mensuradas ao justo valor, determinado com base em avaliações realizadas por entidades independentes, com referência à data de balanço.

De salientar que em toda a Europa continua a existir pouca clareza nos preços devido à crise da dívida soberana que emergiu nos anos recentes. Esta situação aumenta a incerteza e a potencial volatilidade dos pressupostos derivados do mercado financeiro.

PALÁCIO DO GELO SHOPPING

A avaliação do Palácio do Gelo Shopping teve como base os seguintes pressupostos:

	2013	2012
Taxa de desconto	6,2% - 7,4%	6,3% - 7,3%
Taxa de desconto da perpetuidade	7,4%	7,3%
Taxa de ocupação	98%	98%
Taxa de crescimento das vendas	-0,5% - 9%	-1,5% - 11%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,0%	2,0%

Uma descida (aumento) de 1 p.p. na taxa de ocupação das lojas reduziria (aumentaria) o valor da avaliação para 157,3 milhões de euros (159,6 milhões de euros). Estas variações nas taxas de ocupação, conjugadas com as variações indicadas na análise de sensibilidade da taxa de desconto, traduzem-se num valor mínimo de 144,1 milhões de euros (-1 p.p. na ocupação e mais 0,5 p.p. na taxa de desconto) e num valor máximo de 175,8 milhões de euros (1 p.p. na ocupação e menos 0,5 p.p. na taxa de desconto).

O crescimento das rendas variáveis associado apenas a 50% das vendas dos lojistas, previstas no cenário base, traduzir-se-ia num valor de 154,5 e um aumento da taxa de crescimento das rendas variáveis em 1,5 p.p. traduzir-se-ia num valor de 159,5 milhões de euros, conjugada com aumento da taxa de desconto de 0,5 p.p. seria de 141,6 milhões de euros. O crescimento das rendas variáveis em 1,5 p.p. conjugada com a diminuição da taxa de desconto de 0,5 p.p. aumentaria o valor de avaliação para 175,7 milhões de euros

Durante o exercício de 2013, o valor das rendas dos espaços comerciais do Palácio do Gelo atingiu cerca de 11,3 milhões de euros, tendo o número de visitantes ascendido desde Abril de 2008 até à data a 50,5 milhões. A taxa de ocupação em 31 de Dezembro é de 84%.

ALDEAMENTO TURÍSTICO E MONTEBELO GOLFE:

O Aldeamento Turístico e Montebelo Golfe Resort visa colmatar as carências e potenciar as características do Campo de Golfe de 27 buracos, existente no local há largos anos. Além de valorizar e revitalizar a área do Golfe, irá permitir a sua dinamização e o reconhecimento daquela área como um lugar urbano e parte articulada da cidade, criando um núcleo desportivo-turístico de prestígio numa única unidade.

São cerca de 168.421 m² de construção, dividido por moradias (68.913 m²), apartamentos (70.506 m²) e Hotel de 5 estrelas (29.003 m²). A intervenção distingue-se em 3 áreas diferenciadas; a primeira destinada à rede imobiliária, de pequena expressão e que não colide com a segunda, área de Resort. A terceira corresponde a uma área comum de serviços, equipamento e comércio. Assim, o justo valor dos lotes afetos às moradias é de 45,9 milhões de euros, dos apartamentos de 11,3 milhões de euros e do terreno onde será construída a unidade hoteleira de 2,4 milhões de euros.

	Área	2013	2012
Terreno para moradias	68.913 m ²	45.900.000	45.400.000
Terrenos para apartamentos	70.506 m ²	11.300.000	11.100.000
Terreno para hotel	29.003 m ²	2.400.000	2.850.000
Adições por construção de infra-estruturas		884.613	884.613
TOTAL	168.421 m²	60.484.613	60.234.613

PROPRIEDADES VISTA ALEGRE

O grupo Vista Alegre Atlantis tem imóveis (terrenos e edifícios) não utilizados no decurso ordinário dos negócios do grupo, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinados a venda. Sendo que uma parte destes imóveis é geradora de rendas, tendo em conta a atividade do grupo, podem também ser considerados Propriedades de Investimento.

Em 2013, a valorização do conjunto das propriedades de investimento foi de 35 mil euros e foi reclassificado para ativo tangível um conjunto de imóveis onde vai ser construído um empreendimento hoteleiro.

EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DE BELO HORIZONTE (MOÇAMBIQUE)

O terreno do Condomínio Belo Horizonte está integrado numa zona residencial consolidada, constituída por moradias isoladas de qualidade média/alta, e é constituído por 69 lotes, com uma área total de 67.667 m². O seu justo valor apurado por uma entidade independente especializada, após obtenção de licença de construção nº 253/2013 em 16 de Dezembro de 2013, é de 5,4 milhões de euros.

O terreno onde será implantado o empreendimento fechado tem uma área total de 67.667 m², e o seu justo valor é de 5,4 milhões de euros.

25. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Projetos de desenvolvimento	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2012	1.012.699	78.880.270	165.816	80.058.784
Aumentos	238.694	636.638	14.683	890.015
Alienações/Transferências	32.366	-23.810	132.472	141.027
Efeito cambial	-10.962	-4.554	0	-15.516
Amortizações do exercício	326.758	100.176	0	426.934
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2012	946.038	79.388.368	312.970	80.647.375
A 31 de Dezembro de 2012				
Custos de aquisição	3.285.262	80.436.087	312.970	84.034.320
Amortizações acumuladas	2.339.224	1.047.719	0	3.386.944
Ativos intangíveis	946.038	79.388.368	312.970	80.647.376
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	946.038	79.388.368	312.970	80.647.376
Aumentos	968.873	324.095	0	1.292.968
Alienações/Transferências	-45.810	-158.245	-53.450	-257.506
Efeito cambial	-23.037	7.289	0	-15.748
Amortizações do exercício	380.112	120.665	0	500.777
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	1.465.952	79.440.841	259.520	81.166.314
A 31 de Dezembro de 2013				
Custos de aquisição	3.634.581	81.172.921	259.520	85.067.022
Amortizações acumuladas	2.168.629	1.732.080	0	3.900.709
Ativos intangíveis	1.465.952	79.440.841	259.520	81.166.313

Na rubrica de “outros” destaca-se o valor da marca Vista Alegre (80 milhões de euros), atribuída por uma entidade independente especializada.

Para efeitos de teste de imparidade, o valor da marca foi alocado às unidades geradoras de caixa correspondentes (segmentos porcelanas e cristal da Vista Alegre), tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 6,64%.

Simultaneamente, o valor da marca é regularmente avaliada através de uma avaliação realizada por uma entidade externa.”

26. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2012		2013	
	Reserva justo valor	Valor de Balanço	Reserva justo valor	Valor de Balanço
Participações no capital				
Portugal Telecom, SA	0	88.637.176	0	74.711.517
EDP - Electricidade de Portugal, SA	0	83.771.166	6.184.676	43.455.484
ZON Multimédia, SGPS, SA	3.265.049	20.784.461	15.508.986	37.789.929
TOTAL	3.265.049	193.192.802	21.693.662	155.956.929

De salientar a descida da cotação das ações da Portugal Telecom, com perda por imparidade registada no ano de 13,9 milhões de euros. Desde a data da aquisição, o valor acumulado de desvalorização das ações ascende a 169,4 milhões de euros.

No que diz respeito às ações da EDP, em 2013, foi registada uma variação positiva de 6,2 milhões de euros (2012: negativa em 3,7) refletida no capital próprio. O valor acumulado de desvalorização desde a data da aquisição das ações da EDP detidas à data do balanço é de 25,2 milhões de euros. Em 2013 o Grupo alienou 48,6 milhões de euros de ações da EDP, reduzindo o passivo financeiro no mesmo montante.

As ações da ZON Multimédia registaram uma variação positiva de 17 milhões de euros (2012: 4,5 milhões de euros) refletida no capital próprio. O valor acumulado de desvalorização desde a data da aquisição é de 36,3 milhões de euros.

27. EXISTÊNCIAS

	Matérias primas	Mercadorias	Produtos acabados	Produtos trabalhos em curso	Total
31 de Dezembro de 2012					
Custo	33.342.861	24.532.290	93.966.073	32.786.174	184.627.398
Ajustamentos	-1.824.863	-2.555.042	-7.188.275	-3.429.983	-14.998.163
Existências ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	31.517.998	21.977.248	86.777.798	29.356.191	169.629.235
31 de Dezembro de 2013					
Custo	38.810.999	28.085.904	115.915.935	25.601.539	208.414.377
Ajustamentos	-2.288.817	-3.468.307	-16.315.517	-819.225	-22.891.866
Existências ao mais baixo entre o custo de aquisição e valor de realização	36.522.181	24.617.597	99.600.418	24.782.314	185.522.511

Para o aumento dos ajustamentos em “produtos acabados” contribuiu uma avaliação realizada por uma entidade independente a um projeto na área imobiliária, que originou um reforço de ajustamento de 2,3 milhões de euros.

28. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

	2013	2012
Cientes - conta corrente	130.101.860	136.633.563
Cientes - saldos de cobrança duvidosa	17.911.489	16.018.289
Cientes - títulos a receber	485.025	717.366
Saldos devedores de fornecedores	4.552.590	532.128
	153.050.964	153.901.347
Ajustamentos de dívidas a receber	-14.554.299	-13.115.288
TOTAL	138.496.666	140.786.059

Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobranças duvidosas, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, France Telecom, Belgacom, Portugal Telecom, Zon, EDP e as concessionárias de gás natural.

29. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	Ativo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre o rendimento	903.547	5.669.415	4.469.132	544.340
Retenções impostos sobre rendimentos de terceiros	121.738	158.865	378.967	319.701
Imposto sobre o valor acrescentado	1.739.517	4.561.637	2.211.075	2.646.171
Contribuições para a segurança social	0	0	1.400.899	1.802.089
TOTAL	2.764.802	10.389.917	8.460.072	5.312.301

30. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	2013	2012
Correntes		
Especialização da margem	67.468.282	53.487.084
Empresas participadas - empréstimos	28.689.764	21.899.406
Outros devedores	12.010.391	6.824.992
Outras especializações	10.748.995	11.295.017
Acionistas - empréstimos	8.701.084	3.395.518
Adiantamentos a fornecedores	6.055.421	6.182.518
Cientes de investimento	891.980	895.079
TOTAL	134.565.918	103.979.615

O valor da “especialização de margem” diz respeito a proveitos incorridos em 2013, mas apenas faturados em 2014, e está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.

O montante a receber de empresas participadas incluiu com a Fractalnema 22 milhões de euros (2011: 12 milhões de euros). Em 2012 incluía também saldos a receber da Doutibelo e Sem Amarras.

31. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	N.º ações		Valor de balanço	
	2013	2012	2013	2012
Participações no capital				
Banco Comercial Português, SA	3.945.767	3.945.767	666.256	295.933
Outras participações empresas cotadas	-	-	41.848	40.802
TOTAL			708.104	336.735

32. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Depósitos à ordem	18.854.842	19.375.819
Depósitos a prazo	11.295.000	16.951.309
Aplicações de tesouraria	2.011.254	93.344
Caixa	172.930	377.319
TOTAL	32.334.027	36.797.791

33. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado está representado por 23,025,126 ações ao portador, com o valor nominal unitário de cinco euros e está realizado no montante de 115,125,630 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2013, o acionista maioritário Fernando Campos Nunes, detinha, direta e indiretamente, 78,2642% do Grupo Visabeira (2012: 77,9196%), possuindo 18,020,434 ações.

34. AÇÕES PRÓPRIAS

O Grupo Visabeira, após deliberação em Assembleia Geral de 25 de Novembro 2010, adquiriu 1.200.804 de ações próprias, representativas de 5,22% do capital social, no valor de 16,290,767 euros.

Em 23 de Julho de 2013, o Grupo Visabeira deliberou a aquisição de ações próprias representativas de 4,78% do capital social, correspondente ao valor de 16,433,716 euros (1,101,708 ações), integralmente paga. À data de 31 de Dezembro, as ações próprias correspondem a 10% do capital.

35. RESULTADO POR AÇÃO

	2013	2012
Básico		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	231.871	2.152.617
N.º médio ponderado de ações para efeito do cálculo	21.269.468	21.820.322
Resultado por ação básico	0,011	0,099
Diluído		
Resultado líquido do ano para efeito do cálculo	231.871	2.152.617
N.º médio ponderado de ações para efeito do cálculo	21.269.468	21.820.322
Resultado por ação diluído	0,011	0,099

36. RESULTADOS RETIDOS E OUTRAS RESERVAS

	2013	2012
Resultados retidos	110.204.816	129.269.534
Reservas	51.472.085	35.181.246
Reserva justo valor	21.693.662	3.265.050
Investimentos financeiros - <i>Swaps</i>	-1.353.805	-1.933.608
Reservas de conversão cambial	-21.566.133	-18.531.127
TOTAL	160.450.625	147.251.095

A legislação comercial portuguesa estabelece que se deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas. Da mesma forma, o saldo dos resultados retidos não se encontra totalmente disponível para distribuição, na medida em que incluiu os ganhos por aumento de justo valor em propriedades de investimento.

37. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

	% Interesses que não controlam		Valor do balanço		Resultados atribuídos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Visabeira Global						
TVCABO Angola, Lda	50,00	50,00	17.034.956	14.842.446	3.125.724	4.919.193
Visabeira, Lda	40,00	40,00	3.013.853	2.811.291	202.562	249.223
TVCABO Moçambique, Lda	50,00	50,00	1.277.077	1.539.410	102.056	651.190
Televisa, Lda	50,00	50,00	937.432	862.230	238.320	256.545
Electrotec, Lda	49,00	49,00	516.967	722.630	-162.468	65.108
Visabeira Indústria						
Vista Alegre, SGPS, SA	18,71	23,42	8.291.266	11.272.753	-746.269	-826.855
Pinewells, SA	44,00	44,00	2.291.333	1.792.416	498.917	247.605
Ambitermo, SA	49,00	49,00	2.196.281	1.736.552	459.729	257.564
Bordallo Pinheiro, SA	44,00	44,00	543.053	521.320	21.733	44.809
Bordalgest, SA	16,01	16,01	522.562	498.365	26.831	22.259
Visabeira Participações Financeiras						
PDA, SA	45,00	45,00	1.794.595	1.818.819	-5.583	8.918
Outros			1.900.710	1.091.277	448.532	-471.455
TOTAL			40.320.085	39.509.508	4.210.085	5.424.103

38. ENDIVIDAMENTO

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Papel comercial	15.300.000	299.200.000	84.850.000	298.100.000
Empréstimos bancários	55.376.399	155.193.027	57.472.963	164.375.642
Empréstimos por obrigações	64.000.000	56.000.000	0	60.000.000
Subsídios reembolsáveis	3.032.793	16.125.866	1.049.360	14.380.627
Locação financeira	4.573.389	46.537.783	5.404.016	46.349.108
TOTAL	142.282.580	573.056.676	148.776.340	583.205.378

38.1. PAPEL COMERCIAL

Com o objetivo de adquirir ações da EDP, PT, e ZON Multimédia, o Grupo Visabeira contratou os seguintes Papéis Comerciais, pelo prazo de 6 meses, renováveis pelo mesmo período até 5 anos, indexados à Euribor a 6 meses, com compromisso de tomada firme:

2013

	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SGPS, SA	145.000.000	0	145.000.000	20-12-2019
Grupo Visabeira, SGPS, SA	130.000.000	10.800.000	119.200.000	22-02-2023
TOTAL	275.000.000	10.800.000	264.200.000	

Foram contratados ainda os seguintes programas de emissão de papel comercial com compromisso de tomada firme:

	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SGPS, SA	27.500.000	0	27.500.000	20-12-2016
Visabeira Turismo, SGPS, SA	7.500.000	0	7.500.000	29-05-2015
Grupo Visabeira, SGPS, SA	2.500.000	2.500.000	0	12-07-2014
Grupo Visabeira, SGPS, SA	2.000.000	2.000.000	0	21-09-2014
TOTAL	39.500.000	4.500.000	35.000.000	

2012

	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SGPS, SA	150.000.000	0	150.000.000	22-02-2023
Grupo Visabeira, SGPS, SA	124.750.000	0	124.750.000	20-12-2019
Grupo Visabeira, SGPS, SA	10.000.000	10.000.000	0	30-06-2013
Visabeira Imobiliária SGPS, SA	20.000.000	20.000.000	0	30-06-2013
Visabeira Industria SGPS, SA	19.750.000	19.750.000	0	30-06-2013
TOTAL	324.500.000	49.750.000	274.750.000	

Foram contratados ainda os seguintes programas de emissão de papel comercial com compromisso de tomada firme:

	Montante	Corrente	Não corrente	Data Liquidação
Grupo Visabeira, SA	30.000.000	30.000.000	0	21-06-2013
Visabeira Turismo, SA	7.500.000	0	7.500.000	29-05-2014
Grupo Visabeira, SA	6.750.000	1.000.000	5.750.000	27-04-2014
Grupo Visabeira, SA	5.000.000	2.500.000	2.500.000	12-07-2013
Grupo Visabeira, SA	5.000.000	0	5.000.000	10-10-2013
Grupo Visabeira, SA	4.200.000	1.600.000	2.600.000	20-06-2015
TOTAL	58.450.000	35.100.000	23.350.000	

38.2. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Descobertos bancários autorizados	2.076.778	0	2.960.444	0
Portugal	1.698.660	0	2.423.566	0
Moçambique	0	0	225.104	0
França	378.118	0	311.775	0
Empréstimos obtidos	53.299.621	155.193.027	54.512.519	164.375.642
Portugal	40.521.266	126.902.444	32.602.276	130.420.306
Moçambique	11.389.416	17.818.747	9.487.494	16.429.766
Angola	923.122	9.161.634	12.299.492	15.899.267
Outros	465.816	1.310.201	123.257	1.626.304
TOTAL	55.376.399	155.193.027	57.472.963	164.375.642

38.3. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

	Montante	Data Liquidação
Corrente		
Grupo Visabeira, SGPS, SA	60.000.000	13-07-2014
Não corrente		
Grupo Visabeira, SGPS, SA	50.000.000	30-09-2018
Visabeira Global, SGPS, SA	10.000.000	29-10-2017
	120.000.000	

O empréstimo obrigacionista corrente é formado por um sindicato de várias instituições financeiras.

38.4. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Portugal	3.964.175	45.678.505	4.994.828	45.712.577
Moçambique	402.833	676.391	409.189	636.532
Angola	168.184	99.281	0	0
Bélgica	38.197	83.605	0	0
TOTAL	4.573.389	46.537.783	5.404.016	46.349.109

Os saldos são apresentados na rubrica de outros passivos.

38.5. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO - MATURIDADE

	Portugal	Moçambique	Angola	Outros	Total
2015	61.408.874	7.656.866	3.812.495	213.766	73.092.000
2016	85.373.961	5.329.645	1.512.274	215.120	92.431.000
2017	103.917.854	3.126.913	1.283.137	154.096	108.482.000
2018	123.679.584	1.018.706	1.283.137	156.574	126.138.000
2019 e anos seguintes	169.526.543	1.363.009	1.369.873	654.251	172.913.676
TOTAL	543.906.815	18.495.138	9.260.916	1.393.807	573.056.676

39. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

	2013	2012
Fornecedores - conta corrente	137.532.433	136.846.602
Saldos credores de clientes	106.829	3.252.219
Fornecedores - títulos a pagar	102.017	153.952
Outros	2.488.892	1.332.508
TOTAL	140.230.172	141.585.281

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

	2013	2012
Não correntes		
Locação financeira (nota 38)	46.537.783	46.349.108
Acionistas	15.000.000	0
	61.537.783	46.349.108
Correntes		
Especialização da margem	59.021.952	42.218.884
Factoring	51.565.920	43.786.725
Subsídios ao investimento	36.566.918	16.250.956
Adiantamentos de clientes	34.992.765	15.119.913
Outros credores	33.598.343	12.360.128
Custos incorridos a faturar em anos seguintes	24.045.831	26.177.369
Remunerações a liquidar	9.720.702	9.049.319
Locação financeira (nota 38)	4.573.389	5.404.016
Fornecedores de investimento	3.292.006	2.425.264
Swap taxa de juro (nota 41)	1.589.547	7.164.193
Outras empresas associadas e participadas	162.829	506.029
Adiantamentos por conta de vendas	95.806	2.112.238
Acionistas - empréstimos	0	78.500
	259.226.008	182.575.034
TOTAL	320.763.791	228.924.143

O valor da rubrica “especialização da margem” em 2013, está essencialmente relacionado com o negócio das telecomunicações.

41. RISCOS FINANCEIROS**RISCO DA TAXA DE JURO**

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juro advém essencialmente dos empréstimos obtidos, uma vez que as aplicações financeiras são normalmente contratadas por prazos curtos e conseqüentemente os impactos decorrentes de variações nas taxas de juro não afetam as contas de forma relevante.

O saldo da dívida financeira consolidada do Grupo Visabeira no final de Dezembro de 2013 foi contratado, maioritariamente, à taxa de juro indexada, sendo o principal indexante utilizado a Euribor, a um e a três meses para financiamentos nacionais, e a Libor para financiamentos em dólares, maioritariamente concedidos ao estrangeiro.

Com o objetivo de reduzir o risco de flutuação da taxa de juro tem-se privilegiado a contratação de financiamentos pelas diversas participadas, particularmente em Angola e Moçambique em moeda local e a taxa fixa.

O Grupo Visabeira SGPS, SA procedeu em 2013 à liquidação da posição do *swap* Euribor Range Accrual, que trocava a Euribor a 3 meses por uma taxa fixa de 3,65% para um montante nominal de 30 milhões de euros. Com esta liquidação, o Grupo Visabeira apenas apresenta, à data de balanço, posições em aberto classificadas como instrumentos de cobertura deste indexante para 5 e 2 milhões de euros, contratados, respetivamente, em 2011 e 2012 e com um valor *mark to market* de -314 mil euros e -4 mil euros, respetivamente.

Através da Cerutil, empresa que detém a participação na Vista Alegre Atlantis, foram contratadas em 2011 coberturas no valor 16,8 milhões de euros, com início em Junho de 2011 e fim em Maio de 2016, recebendo taxa Euribor a 3 meses e pagando uma taxa fixa de 2,74%, e que apresentavam um *mark to market* de -912 mil euros integralmente reconhecido. A Vista Alegre contratou o montante de 5,7 milhões de euros para o mesmo período, recebendo também a Euribor a 3 meses e pagando a taxa fixa de 2,69%, com um *mark to market* de -306 mil euros.

A Visabeira Global contratou em 2009 uma fixação de 2,68% para cobertura da Euribor a 3 meses, para um valor nominal inicial de 5 (atualmente 2,4 milhões de euros), que apresentava em 31 de Dezembro um *mark to market* de -53 mil euros.

A taxa Euribor a três meses iniciou em Outubro de 2008 uma descida em consequência dos sucessivos cortes na taxa diretora do Banco Central Europeu, em resposta à crise financeira internacional. Tendo iniciado o ano 2013 em 0,187%, a Euribor a três meses fixou-se em 0,287% em 31 de Dezembro. Com a Euribor em patamares muito baixos e com tendência estável no curto prazo, e estando a dívida parcialmente coberta, o Grupo estima que os impactos decorrentes de variações deste indexante não terão impacto significativo nas suas contas.

O Grupo antecipa existirem condições favoráveis a uma redução do atual nível dos *spreads* em 2014, fundamentalmente nas novas operações de financiamento, com impacto positivo nos resultados financeiros do Grupo.

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o *mark to market* desses instrumentos. O Grupo utiliza o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos a utilizar para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro.

As variações de justo valor dos instrumentos financeiros de derivados que não se classificam como de cobertura são reconhecidas em resultados, as que se classificam como de cobertura são registadas em capital próprio.

Empresa	Descrição	Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade média	Objetivo económico
Cerutil, SA	Swap Euribor 3M	10.000.000	Interest rate swap	5 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Vista Alegre Atlantis SGPS, SA	Swap Euribor 3M	5.743.000	Interest rate swap	5 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Euribor 3M	5.000.000	Interest rate swap	5 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cerutil, SA	Swap Euribor 3M	5.000.000	Interest rate swap	5 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Visabeira Global SGPS, SA	Swap Euribor 3M	3.347.349	Interest rate swap	6 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Euribor 3M	2.018.543	Interest rate swap	2 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Cerutil, SA	Swap Euribor 3M	1.757.000	Interest rate swap	5 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Euribor 3M Range Accrual	0	Interest rate swap	7 anos	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em financiamentos

O justo valor de todos estes instrumentos financeiros encontram-se refletidos na demonstração da posição financeira, como segue:

Empresa		Valor de Balanço	
		2013	2012
Cerutil, SA	Swap Euribor (10M€)	-535.018	-677.467
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Euribor (5M€)	-313.712	-476.325
Vista Alegre Atlantis SGPS, SA	Swap Euribor (5,743M€)	-305.806	-431.046
Cerutil, SA	Swap Euribor (5M€)	-283.860	-359.730
Cerutil, SA	Swap Euribor (1,757M€)	-93.561	-118.483
Visabeira Global SGPS, SA	Swap Euribor (3,347M€)	-53.478	-111.934
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Euribor (2,01M€)	-4.114	5.635
Grupo Visabeira SGPS, SA	Swap Range Accrual (30M€)	0	-4.994.844
TOTAL		-1.589.547	-7.164.193

RISCO DA TAXA DE CÂMBIO

O Grupo opta, sempre que possível, por efetuar uma cobertura natural do risco cambial, uma vez que as suas participadas possuem ativos e passivos denominados em dólares, de forma a efetuar um equilíbrio e um ajuste automático a possíveis desfasamentos cambiais. A exposição a passivos em dólar não representa, pois, um risco económico e financeiro elevado, dados os impactos de variações cambiais sobre esses passivos serem naturalmente compensados pela receita operacional dos respetivos negócios, também conetada ao dólar. Nos mercados externos, designadamente em Angola e Moçambique, as empresas locais importam do mercado europeu bens e serviços expressos em euros, faturando aos clientes em dólares e meticais, respetivamente. Nestes mercados, a moeda local está fortemente correlacionada com o dólar americano, com uma tendência histórica de desvalorização.

Em 2013, o kwanza angolano desvalorizou 1% face ao dólar e o metical moçambicano 0,5%. Ao longo do ano o dólar manteve alguma oscilação face ao euro, apresentando uma desvalorização anual de 4,52%. Em Angola, as transações internas têm ainda por referencial o dólar americano, pelo que os passivos e ativos nesta divisa estão relativamente equilibrados. Apesar do Grupo se financiar neste país em dólares, o progressivo reembolso dos empréstimos inverteu a exposição a esta moeda, que passou de uma posição líquida curta de 2,8 milhões para uma posição líquida longa de 5,8 milhões de dólares. Em Moçambique os saldos expressos nesta moeda apresentam também uma posição longa de 6,4 milhões de dólares. Note-se, porém, que a exigibilidade destes passivos em dólares apresenta uma maturidade de médio e longo prazo, enquanto os ativos expressos na mesma moeda são essencialmente de curto prazo, não existindo por conseguinte qualquer pressão na disponibilidade de divisas necessárias ao pontual cumprimento das responsabilidades expressas nesta moeda. O Governo Moçambicano introduziu em 2006 alterações nas regras de faturação referente a transações efetuadas em território Moçambicano, passando a exigir que passasse a ser emitida na moeda do país. Consequentemente, o Grupo passou também a contratar os novos financiamentos nessa moeda. Mantêm-se, ainda assim, posições expressas em dólares e fundamentalmente passivos em euros, que se traduzem também em desvalorizações cambiais reconhecidas nos resultados consolidados do Grupo.

RISCO DE FLUXOS DE CAIXA

A tesouraria e os investimentos de todas as empresas do Grupo são geridos por uma organização global e centralizada, que permite reduzir os riscos de fluxos de caixa, evitando uma exposição a variações que possam afetar os resultados das empresas.

O recurso ao *factoring* permite, por outro lado, uma redução dos prazos médios de recebimento com a inerente antecipação de recebimentos e facilita uma melhor gestão de tesouraria, através da obtenção atempada do fundo de manei necessário ao financiamento do ciclo de exploração, fundamental a um crescimento económico-financeiro sustentado. Em 31 de Dezembro 2013, os valores de clientes adiantados neste formato ascendia a 51,6 milhões de euros. O Grupo mantém adicionalmente contratadas contas correntes de curto prazo para fazer face a necessidades pontuais de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é uma vertente importante e complexa que está presente no quotidiano da maioria das participadas do Grupo Visabeira, independentemente da natureza da sua atividade.

As avaliações do risco pressupõem uma tomada de decisão de crédito, com base em informações por vezes incompletas, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações.

Tendo em conta o negócio, a área de atividade em que se insere, ou o risco da região e país, a classificação e avaliação do risco de crédito de um cliente é normalmente resumida numa ficha de crédito, que contém as informações que permitirão elaborar a emissão de um parecer sobre uma operação de crédito, tais como: o carácter do cliente, a sua capacidade de gestão, o património, garantias de crédito e condições de pagamento.

A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito.

Há anos que o Grupo Visabeira conta com a colaboração de algumas seguradoras de crédito, com as quais mantém a subscrição de apólices, delegando em primeira instância a análise de concessão de crédito em profissionais especializados de cobrança e recuperação de dívidas, recebendo de uma fonte privilegiada a indicação de exposição – limite de crédito – ajustada à capacidade creditícia de cada cliente. Desta forma, as atenções da gestão podem centralizar-se fundamentalmente nas questões operacionais. A cobertura deste risco possibilita uma indemnização pelos créditos de clientes não pagos, que para o mercado interno é de 80% e no mercado externo é de 90%. Os últimos anos foram marcados por um aumento das restrições na concessão de crédito em geral, tendo os limites de crédito sido objeto de revisões desfavoráveis significativas. Face a este cenário, e para dar resposta às necessidades de cobertura do risco de crédito, relativamente aos quais os limites concedidos ao abrigo das apólices base se mostram insuficientes, o Grupo Visabeira contratou as coberturas adicionais que permitem incrementar as coberturas parciais dos seus riscos, até ao dobro do montante concedido na apólice base, para clientes situados no mercado doméstico e nos mercados externos e ainda obter coberturas para riscos que não tenham valor atribuído na referida apólice base, ou obter um montante superior ao dobro da cobertura existente, para clientes situados nos mercados externos.

As maiores restrições na cobertura externa do crédito concedido implicam um rigor acrescido e uma maior exigência na apreciação dos pedidos de concessão de crédito interno.

O *factoring*, na modalidade sem recurso, é utilizado como uma forma de cobertura de risco complementar em operações em que o seguro de crédito possa não ser suficiente.

Relevante também é o montante relativo a recebimentos por adiantamento ou a pronto pagamento que, no ano em apreço, representaram um volume de cerca de 14% do volume de negócios, com especial contributo do negócio de distribuição de televisão por cabo e internet, turismo, restauração e lazer. O crédito concedido a entidades externas, que atuam simultaneamente como fornecedoras do Grupo, teve neste ano um peso de 1,12%.

As empresas do Grupo Visabeira que atuam como prestadoras de serviços de infraestruturas e telecomunicações faturam a entidades de reconhecida idoneidade financeira. Neste grupo de entidades estão normalmente os operadores de telecomunicações locais, regra geral participados diretamente pelo Estado de cada país, pelo que o risco de crédito se substitui pelo risco político. São exemplo a TDM – Telecomunicações de Moçambique, EDM – Eletricidade de Moçambique, Angola Telecom, France Telecom, Belgacom, Portugal Telecom, Zon, EDP e as concessionárias de gás natural.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo efetua uma gestão do risco de liquidez de forma a garantir o financiamento dos ativos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas e a liquidação atempada dos seus compromissos financeiros. Concomitantemente são mantidos saldos de disponibilidades apropriados e linhas de curto prazo que permitem uma gestão do disponível adequado aos compromissos financeiros de curto prazo.

A alavancagem associada à aquisição das ações da PT, Zon Multimédia e EDP, sob a forma de papel comercial emitido pelo Grupo Visabeira em 275 milhões de euros encontra-se configurada em dois programas de papel comercial distintos, um a sete e outro a dez anos adicionais, com compromisso de tomada firme.

Face à elevada liquidez dos ativos subjacentes e não obstante política de redução da distribuição de dividendos da PT, e o início da tributação dos mesmos no ano 2011, não existe qualquer pressão sobre a tesouraria do Grupo Visabeira. De facto, a contratação destas duas operações, após a redução do montante de 50 milhões de euros na dívida por recurso à alienação do mesmo montante em ações da EDP, permitiu a separação e um certo *ring fencing* do risco destas operações.

Assim, contratou-se um papel comercial com um valor de 140 milhões de euros com maturidade de 7 anos que apresenta como colateral o justo valor das ações e que à data de 31/12/2013 representavam um rácio de cobertura de 108% e um outro, de 130 milhões de euros, e que se enquadra num colateral já existente associado à propriedade Palácio de Gelo Shopping.

Destacamos a contratação em Dezembro de 2013 de um novo Programa de Papel Comercial no valor de 27,5 milhões de euros pelo prazo de três anos e com subscrição das emissões objeto de garantia prestada por um sindicato de instituições durante os primeiros dezoito meses. O valor da dívida de curto prazo incorpora o montante de 60 milhões de euros relativo ao empréstimo obrigacionista sindicado que vence em Julho de 2014, cujo *revolving* se encontra a ser negociado e tem já manifestações positivas por parte dos principais membros do sindicato bancário quanto à sua renovação.

O Grupo estima ainda ter de negociar o *revolving* de linhas em cerca de 25 milhões de euros, com expectativa favorável forte, considerando que parte desse refinanciamento se concentra em entidades que são parceiros de longa data bem como nas instituições que incrementaram recentemente o envolvimento com o Grupo. A dívida do curto prazo do Grupo Visabeira é notada pela Companhia Portuguesa de Rating com a nota “B”, que considera que o Grupo possui atualmente uma capacidade adequada para cumprir os seus compromissos financeiros.

O índice de liquidez geral nas contas consolidadas situou-se em 0,74, o que demonstra a adequabilidade do financiamento dos ativos correntes por passivos correntes.

Por outro lado o fundo de maneo funcional é positivo e cobre parte das necessidades de fundo de maneo, após o ajustamento para uma maior maturidade dos passivos por impostos diferidos bem como dos subsídios ao investimento, verba esta classificada em outras contas a pagar.

OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Tal como definido pela IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das categorias previstas, é assim discriminado:

	2013	2012
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Clientes e outros devedores	138.496.666	140.786.059
Estado e outros entes públicos	2.764.802	10.389.917
Outros ativos correntes (adiantamentos a fornecedores e outros devedores)	134.565.918	103.979.615
Caixa e equivalentes de caixa	32.334.027	36.797.791
Ativos financeiros registados ao justo valor		
Ações cotadas	155.956.929	193.192.802
Derivados de cobertura de fluxos de caixa registados ao justo valor	-1.589.547	-7.164.193
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Dívida	137.709.191	143.372.324
Contas a pagar	140.230.172	141.585.281
Acréscimo de custos	70.332.201	58.673.965
Passivo financeiro registados de acordo com a IAS 17 - Locações	51.111.171	51.753.124

MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

No quadro seguinte, apresenta-se a hierarquia de justo valor dos ativos e passivos detidos pelo Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	Ativos mensurados ao justo valor - 2013				Ativos mensurados ao justo valor - 2012			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor								
Propriedades de Investimento	248.681.529	0	0	248.681.529	245.123.803	0	0	245.123.803
Ativos financeiros detidos para venda	155.956.929	155.956.929	0	0	193.192.803	193.192.803	0	0
Ativos financeiros detidos para negociação	708.104	0	708.104	0	336.735	0	336.735	0
Passivos mensurados ao justo valor								
Instrumentos financeiros - Swaps	1.589.547	0	1.589.547	0	7.164.193	0	7.164.193	0

(A avaliações foram efetuadas à data de 31 de Dezembro de 2013)

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado ativo;
- Análise de mercado (Nível 2): Nesta coluna estão incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis de mercado. Estão incluídos neste nível derivados de cobertura valorizados através de informação da Reuters Calculator;
- Outras (Nível 3): Nesta coluna estão incluídas propriedades de investimento que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

Não foram efetuadas transferências entre os níveis 1 e 2 nos exercícios de 2012 e 2013.

O justo valor dos empréstimos remunerados de bancos é considerado próximo do valor escriturado, atendendo à renegociação recente dos empréstimos mais significativos e das taxas de mercado praticadas.

RISCO DE CAPITAL

O objetivo do grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2013	2012
Empréstimos não correntes	573.056.676	583.205.378
Empréstimos correntes	142.282.580	148.776.340
Dívida alocada a operações de bolsa	-156.624.790	-146.993.464
Dívida alocada a imobiliária, inv. em curso e ainda não geradores EBITDA	-147.293.323	-109.657.285
Disponibilidades	-32.334.027	-36.797.791
Dívida operacional	379.089.129	438.535.190
Subsídios ao investimento	36.566.918	16.250.956
Total do capital próprio	327.665.434	330.089.044
Capital e subsídios	364.232.352	346.340.000
Dívida operacional/total do capital	1,0	1,3

42. CONTINGÊNCIAS

a) Processos com perda provável

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, existem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Grupo, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, registou provisões (nota 43) para estes processos judiciais e contingências fiscais de forma a fazer face à saída provável de recursos.

b) Processos com perda possível

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, existem diversos processos judiciais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo, para os quais a possibilidade de desembolso futuro de caixa foi considerada como possível, de acordo com as informações dos advogados e consultores que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	2013	2012
Responsabilidade civil	1.351.000	1.351.000
Outras responsabilidades	9.716.000	8.774.000
TOTAL	11.067.000	10.125.000

Foi intentada pelo ex- administrador, Sr. Eng.º Bernardo de Vasconcellos, uma ação contra a VAA-Vista Alegre Atlantis SGPS, SA e a VA Grupo-Vista Alegre Participações, SA, em que pedia a condenação destas no pagamento de uma pensão de reforma vitalícia, com efeito em 01/01/2010, no valor de 231 mil euros, por referência ao ano de 2010, a pagar em 12 prestações mensais no valor de 19 mil euros cada. Julgada a ação em 1ª instância, foi tal pedido julgado improcedente e as empresas VAA-Vista Alegre Atlantis SGPS, SA e a VA Grupo-Vista Alegre Participações, SA, absolvidas do pedido.

Da decisão foi interposto recurso para Tribunal da Relação de Lisboa, o qual, revogando a decisão proferida em 1ª instância, condenou as empresas VAA-Vista Alegre Atlantis SGPS, SA e a VA Grupo-Vista Alegre Participações, SA, nos valores acima referidos. O Conselho de Administração do Grupo VAA, não se conformando com tal decisão considerando que houve um erro de interpretação e aplicação da lei, irão interpor recurso para Supremo Tribunal de Justiça.

43. PROVISÕES

	2012	Aumentos	Reduções	2013
Pensões de reforma	1.622.229	0	-8.146	1.614.083
Outros	3.729.174	0	-1.089.714	2.639.460
	5.351.403	0	-1.097.860	4.253.543

43.1. PENSÕES DE REFORMA

O Grupo Vista Alegre Atlantis (VAA) tem em vigor vários planos de benefício de reforma definidos, uns a cargo do Fundo de Pensões (BPI Pensões) e outros a cargo do Grupo VAA.

	2013	2012
Passivo – Provisões para pensões de reforma:		
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA	-1.614.083	-1.622.229
Ativo – Acréscimo de proveitos:		
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido com fundo constituído (excesso/défice do valor do fundo de pensões)	2.821	-104.558

Em 31 de dezembro de 2013, o valor das responsabilidades relacionado com um ex-administrador do Grupo é de 1 milhão de euros (dezembro de 2012: 980 mil euros).

Os valores refletidos na demonstração dos resultados do Grupo VAA relacionados com benefícios de reforma são os seguintes:

	2013	2012
Custos operacionais:		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	-7.917	0
Proveitos:		
Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA e pessoal no ativo	0	84.534
Plano de benefício definido com fundo constituído	154.208	156.626

Plano de benefício definido a cargo do Grupo VAA

A responsabilidade decorrente destes planos é assegurada diretamente pelo Grupo, sendo atualmente estimada, à data do encerramento das contas, por uma entidade especializada (BPI Pensões).

Movimento ocorrido no exercício no Grupo VAA:

	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	1.622.229	1.537.000
Custos com juros + ganhos/perdas atuárias + reforço provisões	59.043	152.855
Reformas pagas	-66.960	-67.626
Saldo em 31 de Dezembro	1.614.312	1.622.229

Plano de benefício definido com fundo constituído

As responsabilidades decorrentes destes planos encontram-se cobertas por um fundo de pensões autónomo gerido por uma entidade especializada (BPI Pensões).

Valores reconhecidos no balanço no Grupo VAA:

	2013	Variação	2012
Valor presente das obrigações	-3.573.317	386.147	-3.959.464
Valor de mercado do fundo	3.576.138	-278.768	3.854.906
Ativo reconhecido no balanço	2.821	107.379	-104.558

Os movimentos descritos acima apenas foram reconhecidos pelo Grupo Visabeira a partir da aquisição do Grupo VAA. Ver nota 2.2 g).

43.2. OUTROS

A provisão apresentada na linha de “Outros” destina-se, principalmente, a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos de índole contratual, laboral e fiscais intentados contra as empresas do Grupo.

44. GARANTIAS PRESTADAS

	2013	2012
Garantias financeiras	33.323.564	31.447.699
Garantias técnicas/boa execução obra	43.121.736	37.391.031
Garantias reais	385.943.968	444.155.626
TOTAL	462.389.267	512.994.356

Nas “Garantias reais” há a destacar 275 milhões de euros (dos PPC das ações cotadas do Grupo Visabeira, SGPS, SA), respeitante às emissões ativas de papel comercial, 10,6 milhões de euros referentes ao Grupo Vista Alegre e 16,9 milhões de euros respeitantes ao Palácio do Gelo.

45. PARTES RELACIONADAS

	Ano	Vendas a partes relacionadas	Compras a partes relacionadas	Adiantamentos por conta de compras a partes relacionadas	Valores a receber de partes relacionadas	Valores a pagar a partes relacionadas
Acionistas	2013	0	0	7.975.137	30.709.693	180.606
	2012	0	0	7.975.137	7.282.203	170.000
Associadas e outras participações	2013	1.437.207	825.773	0	17.177.510	100.924
	2012	3.206.274	212.680	0	8.073.991	493.219

De salientar também os empréstimos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos (ver nota 38).

46. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

Viseu, 26 de Fevereiro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Allyopes *Paulo António*

Jose Luis Nogueira

José *Paulo*

DOCUMENTOS
DE APRECIACÃO
E CERTIFICAÇÃO





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 226 002 015
 Avenida da Boavista, 36, 3º Fax: +351 226 000 004
 4050-112 Porto www.ey.com
 Portugal

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Grupo Visabeira, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.520.380.822 Euros e um total de capital próprio de 327.665.434 Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 231.871 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão Consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

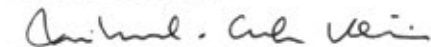
7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Grupo Visabeira, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão Consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 19 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420, conjugado com o n.º 1 do artº 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Grupo Visabeira, S.G.P.S., S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as demais operações de consolidação efectuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Apreciámos os Relatórios e Pareceres emitidos pelos órgãos de fiscalização das empresas integradas no perímetro de consolidação onde enquanto Revisor Oficial de Contas não exercemos funções;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidados;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas individuais, as quais são preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“NCRF”) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade; tal como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas consolidadas, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.



- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados nas contas consolidadas, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações Legais das Contas, ambas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2013 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 31 de Dezembro de 2013 satisfazem os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;



- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e
- (d) A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 19 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Rui Manuel da Cunha Vieira', is positioned above the printed name.

Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)



GRUPO VISABEIRA, SGPS, SA

Repeses, 3504-511 Viseu
NIPC e Reg. na CRC de Viseu 502 263 628

ATA NÚMERO 113 - A

----- Aos dois dias do mês de Abril de dois mil e catorze, pelas doze horas, na sede social, no lugar de Repeses, freguesia de Repeses, concelho de Viseu, reuniu a Assembleia Geral Anual de acionistas da sociedade comercial anónima denominada Grupo Visabeira, S.G.P.S., S. A., pessoa coletiva número 502 263 628, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu sob o mesmo número e com o capital social totalmente realizado de cento e quinze milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta euros. -----

----- Presidiu à Assembleia o Senhor Dr. Leopoldo de Sousa Camarinha e secretariou a Senhora Dr.ª Marta Albuquerque Santos, elementos que constituem a mesa. -----

----- O Senhor Presidente cumprimentou os presentes e, antes de iniciados os trabalhos, pediu que fosse assinada a lista de presenças, tendo depois procedido à confirmação da comparência e representação da totalidade do capital social considerando, após verificar a regularidade das cartas mandadeiras apresentadas, que se encontravam reunidas as condições para a realização da Assembleia, nos termos do artigo trezentos e setenta e sete do Código das Sociedades Comerciais. Foram então indicados os pontos da ordem de trabalhos, presentes na convocatória, que eram os seguintes: -----

----- 1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2013. -----

----- 2. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos acionistas, e dos representantes das acionistas, a necessidade de se apreciar qualquer questão prévia à discussão da ordem de trabalhos. Como tal não aconteceu, os trabalhos avançaram para a apreciação dos referidos pontos, de forma a tomar deliberação sobre os mesmos. Deste modo, o Senhor Presidente conferiu a palavra ao Conselho de Administração, para apresentação do primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Foi então feita a apresentação do relatório de gestão e dos restantes documentos que instruíam as contas consolidadas da sociedade, reportadas ao final do exercício de 2013. -----

----- De seguida, concedida a palavra ao representante do Fiscal Único, declarou terem sido as contas preparadas de acordo com as regras e critério contabilísticos em vigor em Portugal e agradeceu a colaboração obtida que permitiu a regular realização do trabalho da fiscalização. -----

----- Terminada que foi a apresentação das contas consolidadas da sociedade, o Senhor Presidente da mesa interrogou os presentes no sentido de, se assim o pretendessem, intervirem. Verificando-se que não existia quem pretendesse intervir, colocou-se à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o qual foi merecedor de opinião favorável dos presentes, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade de votos. -----

----- De seguida, passou-se à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos e, face à aprovação anterior dos resultados da sociedade, o Senhor Presidente da Mesa propôs aos acionistas a votação deste ponto, no sentido de se deliberar sobre a apreciação geral das funções exercidas pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único, com referência ao ano 2013. -----

----- Os representantes dos acionistas e os acionistas presentes, associando-se na apresentação de uma proposta, aprovaram conferir um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração, enquanto órgão, e a cada um dos seus elementos em particular, bem como ao órgão de fiscalização, reconhecendo a competência e considerando a lealdade no reporte das contas, ao longo do exercício em análise. Deste modo, foram o Conselho de Administração e o Fiscal Único merecedores de um voto de louvor e confiança, o qual mereceu a aprovação de todos. Desta forma, foi deliberado o segundo ponto da ordem de trabalhos, por unanimidade de votos. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente certificou-se de que mais nenhum dos presentes pretendia usar a palavra, pelo que foi encerrada a sessão, pelas doze horas e cinquenta minutos, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos elementos da mesa. -----

2013

RELATÓRIO
ANUAL

